

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO-SP:
TURISMO POR DECRETO

PATRÍCIA MARIANA FINO

ARARAQUARA – SP

2009

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO-SP:
TURISMO POR DECRETO

PATRÍCIA MARIANA FINO

*Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte
das exigências para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente.*

ORIENTADOR: PROFº DR. ORIOVALDO QUEDA

ARARAQUARA – SP

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

- (1) Autor – FINO, Patrícia
- (2) Estância Turística de Salto-SP: (3) Turismo por decreto (4) Patrícia Fino.(5) Araraquara,(6) 2009.
- (7) Dissertação de Mestrado – UNIARA – Centro Universitário de Araraquara
- (8) Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade
- (9) Orientador: Queda, Oriowaldo.
- (10) 1. Turismo. 2. Políticas Públicas. 3. Estâncias.

BANCA DE DEFESA

**Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado de Queiroz
ESALQ/USP**

**Profa. Dra. Zilda Maria Alves Matheus
Universidade Anhembi Morumbi**

**Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA**

À Deus por sempre iluminar meu caminho e colocar pessoas tão especiais nesta trajetória.

Aos meus pais por todo ensinamento e incentivo. À minha mãe que me encorajou a realizar o sonho do “tão distante mestrado”.

À minha querida irmã, que após nos fazer esperar 10 anos, trouxe para nossas vidas o significado de seu nome: Alegria.

À minha querida Nininha que, de tão especial, será para sempre nossa criança.

Ao meu eterno amor, pelo companheirismo e apoio incondicional em todos os momentos.

Aos meus queridos amigos que sempre estiveram ao meu lado, compreendendo minhas ausências.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador, Prof^o Dr. Oriowaldo Queda, pessoa que muito admiro e respeito, todo o auxílio e companheirismo nesta etapa tão importante da minha vida.

À minha “família” de Araraquara, verdadeiros amigos que sabia poder contar durante o período que residi nesta cidade: Júlio, Ivani, Adriana, Izolina, Lílian e Silvia.

Aos Professores que muito contribuíram com esta dissertação (em ordem alfabética): Hildebrando Herrmann, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz e Zilda Maria Alves Matheus.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa para a realização desta dissertação.

À toda equipe do Jornal Taperá, que me auxiliou e acolheu durante a coleta de dados.

A todos vocês, meu muito obrigada!

SUMÁRIO

Lista de Siglas	IX
Lista de Tabelas	XI
Lista de Figuras	XII
Resumo	XIV
Abstract	XV
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO II – TURISMO E O PODER PÚBLICO	
2.1 O Papel das Políticas Públicas no Setor Turístico	30
2.2 Análise Histórica das Instituições Públicas do Setor Turístico no Brasil	32
2.2.1 Caminhando entre Pedras – 1930 até 1990	33
2.2.2 O Caminho da Consolidação - Pós 1990	37
2.3 O Turismo no Estado de São Paulo	44
CAPÍTULO III – ESTÂNCIAS	
3.1 Estâncias	48
3.2 Processo de Criação das Estâncias	52
3.3 As Estâncias Paulistas	55
3.3.1 Estâncias Balneárias	56
3.3.2 Estâncias Climáticas	57
3.3.3 Estâncias Hidrominerais	59
3.3.4 Estâncias Turísticas	62
3.4 Benefícios e Repasses de Verbas	66
CAPÍTULO IV – SALTO	
4.1 Histórico do Município	68
4.2 Origem do Nome	70
4.3 Industrialização e Imigração	71
4.4 Histórico e Precedentes do Turismo em Salto	75

CAPÍTULO V – PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

5.1 Análise do Processo de Transformação do Município de Salto à Categoria de Estância Turística	78
--	----

CAPÍTULO VI – RESULTADOS

6.1 Análise dos Resultados	102
6.1.1 O Processo de Transformação: Ponto de Partida (1995 - 1997)	102
6.1.2 Da Expectativa a transformação Jurídica (1998 - 2000)	104
6.1.3 Sonho Realizado: Salto é Estância Turística. E agora? (2001 - 2007)	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Matérias Jornalísticas)	128
--	-----

APÊNDICE	142
-----------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

APRECESP - Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

COBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico

DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DREMU – Declaração da Receita Tributária Própria Municipal

EMBRATUR - (atual) Instituto Brasileiro de Turismo

FUMEST – Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INDESP – Instituto nacional do Desenvolvimento do Desporto

IPI – Imposto de Produtos Industrializados

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA – Imposto de Propriedade de Veículos Automotores

IR – Imposto de Renda

IVV – Imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

MTur – Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

PIB - Produto Interno Bruto

PLANTUR – Plano Nacional de Turismo

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SPCVB - São Paulo Convention & Visitors Bureau

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo Receptivo Internacional	18
Tabela 2 – Assuntos Abordados	26
Tabela 3 – Diferenças entre Planejamento e Política	32
Tabela 4 – Linhas de atuação do Ministério do Turismo/2003	40
Tabela 5 – Cronologia da Legislação Estadual Paulista Relacionada com as Estâncias	52
Tabela 6 – Relação das Estâncias Paulistas	55
Tabela 7 – Relação das Estâncias Balneárias Paulistas	57
Tabela 8 – Relação das Estâncias Climáticas Paulistas	59
Tabela 9 – Relação das Estâncias Hidrominerais Paulistas	62
Tabela 10 – Relação das Estâncias Turísticas Paulistas	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevistas	27
Figura 2 - Ano: 1996	27
Figura 3 - Visão Total das Matérias dos Últimos 12 Anos	28
Figura 4 – Processo para Classificação de Estância	54
Figura 5 - Localização das Estâncias Balneárias do Estado de São Paulo	56
Figura 6 - Localização das Estâncias Climáticas do Estado de São Paulo	58
Figura 7 - Localização das Estâncias Hidrominerais do Estado de São Paulo	60
Figura 8 - Localização das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo	63
Figura 9 - Queda D'água do Rio Tietê	70
Figura 10 - Cartão Postal com Foto da Brasital	73
Figura 11 - Uma das Esquinas da Vila Operária Brasital	74
Figura 12 - Hotel Saturno	77
Figura 13 - Ponte Pênsil	80
Figura 14 - Ilha dos Amores	82
Figura 15 - Museu da Cidade de Salto (Antigo Tear da Brasital)	83
Figura 16 - Monumento à Padroeira	85
Figura 17 - Entrada do Parque das Lavras	86
Figura 18 - Rocha Moutonné	87
Figura 19 - Parque do Lago	89
Figura 20 – Salto: Mapa Estilizado	93

Figura 21 - “Praca”	113
Figura 22 - Matérias “Estância”	142

Resumo

A atividade turística tem sido amplamente reconhecida pelo seu impacto econômico. Números e cifras fazem com que grande parte dos gestores públicos acredite que o turismo é a solução mais fácil para os problemas das localidades. Visando o incremento das divisas para as cidades do estado de São Paulo, o governo do estado criou, por meio de sua Constituição Estadual de 1967, o termo “Estância”. As localidades contempladas com este título passam a receber recursos financeiros que devem ser utilizados para promover melhorias em sua infra-estrutura e serviços turísticos objetivando atrair turistas e visitantes. Considerando que o tema “Estância” é a principal política pública de turismo do estado de São Paulo e que as pesquisas feitas sobre este tema ainda são limitadas, objetivou-se verificar a eficiência desta concessão. Para isto foi utilizada a Estância Turística de Salto/SP, contemplada com o título em 1999, como universo da pesquisa. Para que os objetivos desta dissertação fossem alcançados, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e levantamento documental (processo oficial de transformação e matérias jornalísticas referente ao período de 12 anos). Após coleta e análise dos dados foram constatadas irregularidades durante todo o período analisado (desde o processo jurídico até o último ano analisado - 2007). Irregularidades que questionam o “fazer turismo por decreto”, não levando em conta que a transferência de recursos financeiros envolve interesses políticos conflitantes. Com a finalização deste trabalho nasce uma série de indagações que nos abre uma agenda de pesquisa sobre o tema turismo no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Turismo, Políticas Públicas, Estâncias, Estado de São Paulo, Salto.

Abstract

The tourist activity is widely recognized for its economic impact. Because of this, a large part of the public managers believes that tourism is the easiest solution to the problems of the localities. In order to increase the financial contribution of cities with recognized tourist potential, the state's government created, through its Constitution of 1967 the term "Estância". The places with that title would receive financial resources to be used in the promotion of their infrastructure and tourism services to attract tourists and visitors. Estância has been the main public policy of tourism of the São Paulo's state, but the researches done on this subject are still limited. This study aims to verify the effectiveness of this concession. It was used the county of Salto, that received the title of Estância in 1999, as a case study. To reach this objective the following methodology was used: review of the literature on Tourism and Estância; officials documents, related to "Estâncias", were analyzed; a local newspaper provides informations, during the period of 1995 to 2007, about how politicians, local leaders, journalists, and others members of the community express their concerns about the conversion of the Salto into Estância. Many irregularities were found during the period analyzed (from beginning of the legal process to the last year examined - 2007). Irregularities were found in the sense that put in question the process of "doing tourism by decree", that is, the transfer of financial resources which involves conflicting political interests were not considered. With the finalization of this study comes a series of questions that is opened to future researches on the theme of tourism in the state of Sao Paulo, created by decree.

Keywords: Tourism, Public Policy, State of São Paulo, Salto.

INTRODUÇÃO

Apesar de haver registros da existência de viagens desde as primeiras civilizações, foi durante a Revolução Industrial que se consolidou o turismo como temos hoje.

O turismo atual é resultado do avanço da tecnologia e de mudanças sociais e econômicas. Dentre estas mudanças podemos considerar o aumento da renda da população, o aumento do tempo livre com a redução do trabalho semanal, o direito a férias anuais, um maior acesso a educação e, talvez uma das principais mudanças em benefício do turismo: o avanço dos meios de transporte, sua popularização e, conseqüentemente, um mais amplo acesso a lugares distantes. Segundo Beni,

O turismo é um fator socioeconômico importantíssimo, que intensifica e aperfeiçoa a mobilidade humana. Eis que estes dois fenômenos – turismo e mobilidade – guardam uma relação direta e influenciam-se mutuamente ou, em outras palavras, uma das formas mais importantes de mobilidade é o turismo (2004, p. 66).

Outra característica do turismo atual é que a vida estressante nos grandes centros urbanos cria uma “necessidade” de fuga do cotidiano, da poluição, do trabalho mecanizado, entre outros. Isto faz com que as pessoas deixem suas cidades sempre que possível, sejam em férias, feriados, finais de semana ou mesmo um dia.

Este estilo de vida também contribui para que os números sejam cada vez mais crescentes no setor turístico. Ruschmann comenta que, sua evolução ocorreu em “conseqüência da ‘busca do verde’ e da ‘fuga’ dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer” (Ruschmann, 2002, p. 9).

Perante este aspecto, Jost Krippendorf cita que:

Trabalhamos sobretudo para poder sair de férias, e temos necessidade das férias para poder retomar o trabalho. Descansamos para nos deixar atrelar mais facilmente a tarefa seguinte. Se não existisse o turismo, o cúmplice da evasão, seria necessário construir clínicas e sanatórios, para que o ser humano se recuperasse desse cansaço. O turismo funciona como uma terapia da sociedade, como válvula que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias (Krippendorf, 2001, p. 16).

Estas mudanças ajudam a explicar o atual crescimento do turismo mundial que, desde 1982, teve apenas uma retração por causa dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. (Beni, 2004, p.36).

De acordo com dados fornecidos pela OMT, o fluxo receptivo internacional (número de turistas que ingressam em países receptivos) em 2001 foi de aproximadamente 688,5 milhões, em 2005 este número subiu para aproximadamente 808,4 milhões e existe estimativa de que, para 2020, este número alcance 1,6 bilhões. (Dados e Fatos, 2006, p. 4). Beni cita que estes 1,6 bilhões de turistas

Gastarão em torno de US\$ 4 trilhões que, somados ao turismo interno de cada país, deverá atingir a cifra extraordinária de US\$ 9 trilhões. Esses dados representam taxas de crescimento anuais médias de 4,3% a 6,7% muito mais que a provável expansão máxima da riqueza mundial, que será de 3% aproximadamente (2004, p.67).

A receita cambial mundial turística que, em 2001 foi de aproximadamente US\$ 471,6 bilhões e nos anos subsequentes foram de US\$ 486,9 bilhões, US\$ 532,8 bilhões, US\$ 632,7 bilhões, alcançando em 2005 o valor de US\$ 681,5 bilhões (Dados e Fatos, 2006, p. 7).

Dados do Banco Central informam que os gastos de turistas estrangeiros no Brasil cresceram de US\$ 1,215 bilhão no primeiro trimestre de 2006 para US\$ 1,332 bilhão para o mesmo período de 2007, este incremento equivale a um percentual de 9,66% (NEATH/EBAPE-FGV, 2007, p.3).

Também houve aumento nos números do turismo doméstico. Os desembarques nacionais que em 1996 eram de 19.532.602 passageiros, passaram para 43.095.828 em 2005, contabilizando os vôos regulares e não regulares (Dados e Fatos, 2006, p. 12).

Os números do turismo internacional, apesar de crescentes, como relatados acima, ainda são incipientes se comparados com o de outros países. A Tabela 1 apresenta o fluxo receptivo internacional:

Tabela 1
Fluxo Receptivo Internacional

País	2001	2002	2003	2004	2005
França	76,5	77	75	75,1	76
Espanha	49,5	52,3	51,8	52,4	55,6
USA	45,5	41,9	41,2	46,1	49,4
China	33,2	36,8	33	41,8	46,8
Itália	39,1	39,8	39,6	37,1	36,5
Reino Unido	22,8	24,2	24,7	27,8	30
México	19,8	19,7	18,7	20,6	21,9
Alemanha	17,9	18	18,4	20,1	21,5
Turquia	11,6	13,3	14	16,8	20,3
Áustria	18,2	18,6	19,1	19,4	20
...					
Brasil	4,8	3,8	4,1	4,8	5,4
Outros	349,6	363,5	357	403,5	425,1
Total	688,5	708,9	696,6	765,5	808,4

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT

Notas: Dados de 2001 a 2004 revisados

Dados de 2005 estimados

Vários podem ser os motivos pelos qual o Brasil permanece com tão pouca expressão no mercado internacional. Entre eles pode-se citar: a violência, a fraca divulgação no exterior, a grande distância dos principais países emissores, a infraestrutura muitas vezes precária, entre outros.

São Paulo é uma das cidades que mais atrai turistas no Brasil. Segundo pesquisa do São Paulo Convention & Visitors Bureau - SPCVB, o turismo paulistano gera algo em torno de R\$ 70 milhões só em ISS (Imposto Sobre Serviço) por ano e 500 mil empregos diretos e indiretos (SPCVB, 2005).

O governo do Estado, levando em conta este fluxo externo e o da própria população residente da metrópole, criou as Estâncias objetivando alcançar estas demandas. As cidades caracterizadas como Estâncias recebem incentivos financeiros para investir em melhorias. Porém, esta classificação tem gerado dúvidas quanto a sua eficiência (Fonseca, 2006, p. 11).

Primeiramente foram criadas as Estâncias Balneárias, Climáticas e Hidrominerais e, após cinco anos, foi criada a categoria de Estâncias Turísticas.

Desde a criação das primeiras categorias de Estâncias foram poucos os autores que desenvolveram suas pesquisas relacionadas ao estudo das Estâncias.

O livro de Oswaldo de Aguiar Pupo, o A.B.C. do Turismo e Estâncias, publicado em 1972, foi o material mais antigo encontrado sobre a questão das Estâncias paulistas. Como as Estâncias Turísticas só foram criadas em 1977, este livro descreve, de maneira sucinta, algumas questões sobre as Estâncias Hidrominerais, Climáticas e Balneárias.

Um segundo livro que trata deste tema é o Turismo e Estâncias: Impactos e Benefícios para os Municípios, de Madalena Pedroso Aulicino. Este livro foi originado de sua dissertação de mestrado. Aulicino utiliza as Estâncias paulistas existentes na época para verificar se “o turismo é uma atividade econômica importante, geradora de renda, emprego e de outros benefícios socioeconômicos” (2001, p. 65).

Para esta verificação, a autora utilizou-se das 44 Estâncias existentes na época. Cada Estância foi relacionada com um município não Estância (chamados “contrastes”) do mesmo Estado e com algumas características comuns, conforme segue:

- a. Tamanho da população equivalente segundo classificação do IBGE nas seguintes faixas:
 - até 20.000 habitantes
 - de 20.001 a 100.000 habitantes
 - de 100.001 a 500.000 habitantes
- b. Localização em uma mesma região de forma a buscar igualdade de condições geográficas, de acesso e de distância em relação à capital de São Paulo.
- c. Período de mais de dez anos de autonomia administrativa ou de elevação à condição de município. (2001, p.76).

Feita a contabilização de algumas variáveis e comparando os resultados das Estâncias e seus contrastes, a autora chegou à conclusão de que:

(...) as estâncias, por meio de sua maior ou menor condição turística, são realmente favorecidas quanto a alguns dos pressupostos deste trabalho, tais como: o turismo pode estimular a arrecadação de impostos como IPTU, a geração de empregos no setor de serviços e de comércio e mesmo indicadores sociais como o número de terminais telefônicos e de consumidores residenciais de energia elétrica. (2001, p.113).

A autora conseguiu confirmar sua hipótese de que o turismo gera emprego, renda e melhoria na condição de vida das populações locais. Aulicino ainda afirma que:

(...) o conjunto de Estâncias do Estado de São Paulo está vinculado ao turismo de uma forma globalmente positiva; ele lhes é benéfico e elas não seriam o que são hoje se não fosse pelo turismo, porque estão comparativamente em melhor situação que outros municípios de características semelhantes (2001, p. 145).

Turismo e Desenvolvimento no Estado de São Paulo: A Atuação do Poder Público foi a dissertação de mestrado desenvolvida por Paula Moreti Fonseca.

Neste trabalho, Fonseca, buscou analisar e discutir as ações do poder público no Estado de São Paulo.

Analisando as estâncias que o Estado possui, o processo de classificação, os seus pré-requisitos e, levando em conta os demais municípios do Estado, passou-se a questionar a validade desse processo já que há municípios com reconhecida vocação turística, como Brotas, que não são estâncias. Por outro lado há municípios que carecem de atrativos, como Tupã, que são classificados como tal. (Fonseca, 2006, p. 52).

Fonseca utiliza-se de um Índice de Potencialidade Turística (IP) para verificar a validade das classificações de Estâncias do Estado. Para esta avaliação, são utilizados todos os municípios que aparecem no Guia Brasil, um total de 170. Segundo Fonseca:

Este é um método manual, simples e confiável que descartou a necessidade da realização de trabalhos de campo caros e exaustivos. Para classificar os atrativos, o guia utiliza um sistema de estrelagem, que consiste em designar um determinado número de estrelas para cada um dos atrativos, qualificando-os (2006, p. 57).

Ao analisar o Guia Brasil, autora observa que:

das 67 estâncias existentes no Estado, nove (13,43%) nem constam do guia. De outro lado, apesar de serem citadas pelo guia, outras cinco estâncias dentre as 58 restantes (as 67 totais menos as nove que não aparecem no guia), ou seja, 8,62%, não possuem nenhum atrativo. Somam-se então 14 estâncias do total do Estado, 20,89%, que não possuem atrativos e que, portanto, teriam IP igual a 0 (zero).

Ao aplicar os números relativos à qualidade dos atrativos de cada município ao IP, Fonseca diz ter conseguido comprovar esta ineficiência uma vez que “vários dos

municípios com potencial turístico não são estâncias, e várias das estâncias não possuem potencial turístico.” (2006, p.71).

Neste trabalho, a Estância Turística de Salto é uma das cinco Estâncias que constam como não possuindo atrativos. Porém, como será possível verificar nos próximos capítulos, Salto possui inúmeros atrativos, sendo um deles, o Parque Rocha Moutonneé, um atrativo de caráter único. Cabe aqui uma questão: o trabalho foi totalmente baseado em informações do Guia Brasil, mas quais foram os critérios utilizados por este guia para que nele seja informado que não existe nenhum atrativo na Estância Turística de Salto?

A dúvida sobre a legitimidade da classificação de Salto com Estância Turística permaneceu e foi estudada neste trabalho, porém não pela ausência de atrativos, e sim por outras questões que serão expostas adiante.

Hospitalidade e Turismo: Um Modelo de Acolhimento para as Estâncias Paulistas foi o título da tese de doutorado de José Roberto Yasoshima. Neste trabalho, Yasoshima utiliza-se das Estâncias paulistas para verificar como a hospitalidade se traduz no acolhimento turístico e como a cidade se comunica com o turista (divulgação da imagem e satisfação das necessidades do turista).

Segundo Yasoshima, a escolha das Estâncias se deu pelos motivos:

- O Estado de São Paulo tem uma legislação própria para a classificação de municípios turísticos, assim sendo os municípios pesquisados são os que têm esse status turístico reconhecido oficialmente;
- As estâncias paulistas, embora não tendo dados estatísticos sobre sua demanda turística, recebem a maioria do fluxo regional de visitantes, haja vista a movimentação no período de alta estação, feriados e finais de semana (baixada santista, litoral sul, litoral norte, circuito das águas e região metropolitana);
- A classificação das estâncias em quatro categorias principais – climáticas, hidrominerais, turísticas e balneárias, facilita uma análise comparativa entre elas. (2003, p. 128).

Após analisar 50 das 65 estâncias existentes na época, Yasoshima desenvolveu uma proposta de um modelo de acolhimento turístico para as Estâncias paulistas.

Nota-se que as obras de Aulicino e Fonseca são, de certa forma, conflitantes. Aulicino utiliza em sua metodologia os municípios Estâncias como localidades onde o

turismo é capaz de promover melhorias representativas, fazendo comparativos com os municípios não Estâncias. Já Fonseca comprova que, em muitos casos, os municípios não Estâncias são mais turísticos (e, conseqüentemente, mais beneficiados com o turismo) do que os classificados como Estância, porém sua metodologia também gera dúvidas.

À vista da importância do turismo no mundo, torna-se cada vez mais necessária e urgente a reflexão sobre o seu desenvolvimento e o papel do poder público. Considerando, ainda, que o tema “Estância” é a base para desenvolvimento turístico do estado de São Paulo (FONSECA, 2006, p.5) e que a revisão bibliográfica demonstra que as pesquisas feitas sobre este tema ainda são poucas, conflitantes e limitadas aos temas propostos pelos autores, esta pesquisa pretende elucidar algumas questões sobre este assunto.

Para a realização desta dissertação foi utilizada Estância Turística de Salto como universo da pesquisa. Salto recebeu o título de Estância Turística em setembro de 1999, após receber pareceres favoráveis em todas as etapas de formalização do processo jurídico de transformação.

Refletindo sobre a situação atual do turismo no município, surgiu o problema que norteou esta pesquisa: o título “Estância Turística” proporcionou, de fato, melhorias para o desenvolvimento do turismo do município em questão?

De acordo com a Constituição Estadual do Estado de São Paulo, de 13 de maio de 1967, foram criadas as Estâncias paulistas com o objetivo de promover melhorias aos municípios beneficiados com esta titulação. É o que estabelece o

Artigo 146. A classificação de municípios como estâncias de qualquer natureza, para concessão de auxílio, subvenção e benefícios, dependerá da observância de condições e requisitos mínimos estabelecidos em lei complementar, de manifestação de órgãos técnicos competentes e do voto favorável da maioria dos membros da Assembléia Legislativa.

Parágrafo 1º. O estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um Fundo de Melhoria das Estâncias, com o **objetivo** (o grifo é nosso) de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza (Constituição Estadual do Estado de São Paulo, 1967).

O presente trabalho objetivou analisar a trajetória da transformação de um município em Estância Turística desde sua idealização, os benefícios e/ou malefícios causados por esta transformação e como estas mudanças foram transmitidas aos moradores locais.

Com esta pesquisa também houve a intenção de verificar:

- se o processo nº. 34218 que transforma Salto em Estância Turística foi elaborado de acordo com as exigências legais.
- consolidou-se (ou não) um turismo “feito por decreto” ao longo dos anos.
- qual a situação antes, durante e depois do recebimento do título de Estância Turística.

Para que este trabalho alcançasse os propostos foi utilizada além da revisão bibliográfica, citada anteriormente¹, o levantamento e análise dos documentos oficiais: foi localizado o processo de nº. 34218, referente à transformação do município de Salto em Estância Turística.

Para que fosse possível resgatar a trajetória, desde a idealização até a transformação do município em Estância, foi feito um segundo levantamento documental.

Considerando que é “(...) nos escritos antigos, e os velhos jornais, que vamos buscar os fatos históricos relacionados com a comunidade, com o Estado e com a Nação” (RANDI, 1984, p.2) optou-se por averiguar os arquivos do jornal local.

Este material foi importante fonte de dados que permitiu confrontar informações em determinadas épocas, fornecendo elementos que revelaram a situação do município em cada estágio do processo de transformação.

O Jornal Taperá² é o mais vendido no município de Salto. “De cada 10 jornais da região vendidos em Salto nos fins de semana, 9 são Taperá” (Jornal Taperá, 2008). Considerando o período durante a semana, o segundo mais vendido é o Taperá de Quarta (quarta-feira). Ele possui tiragem atual de 10.000 exemplares e é, conforme mencionado anteriormente, bissetimanal.

¹ Não foi preocupação de esta dissertação analisar a produção teórica existente sobre o turismo em geral.

² Taperá é uma ave da família dos passeriformes. Esse tipo de andorinha é o símbolo de Salto, pois bandos delas eram vistos ao amanhecer e ao entardecer, quando chegavam ou saíam, depois de passar a noite agarradas nas pedras da cachoeira.

Dentre os jornais existentes na cidade apenas o Taperá já existia desde 1995, época da elaboração do projeto de lei, que resultou na criação da Estância Turística.

A importância do Jornal Taperá, para a realização dessa dissertação, está revelada também nas variadas matérias que o levantamento realizado durante o período de 1995 até 2007 constatou.

Além dos detalhes sobre os aspectos da transformação, este material também nos oferece dados relacionados ao desenvolvimento da atividade turística que complementar a pesquisa, como por exemplo, as matérias onde são publicadas:

1. A situação dos atrativos turísticos: estas matérias permitiram analisar se realmente houve melhorias e se estas melhorias estiveram atreladas às verbas advindas da transformação.
2. Entrevistas: durante estes 12 anos foram entrevistadas pessoas ligadas ao processo, bem como especialistas do setor.
3. Opinião: permitiu traçar um perfil de como a questão da Estância Turística foi vista pelos leitores e pelo editorial do jornal durante todo o período.
4. Histórico: em um quadro, no caderno 2, o historiador da cidade, Ettore Liberalesso, conta sobre aspectos históricos da cidade. Destes, há algumas matérias específicas sobre o turismo que foram utilizadas na pesquisa.
5. Iniciativa privada: com estas matérias foi possível verificar se houve aumento nos empreendimentos turísticos e as ações desenvolvidas por ela. Estes dados nos deram subsídios para, juntamente com outros dados, constatar se o turismo se consolidou ou não no município.
6. Essa relação não excluiu a análise de outros temas.

As matérias identificadas chegaram a um total de 885. Primeiramente, elas foram tabuladas de acordo com as datas e a seguir, por ordem de assuntos. Também foram excluídas matérias não relevantes, gerando um total de 721 matérias.

Para facilitar o manuseio das mesmas, o confronto de informações, bem como a redação da dissertação, as matérias foram divididas por assuntos conforme segue:

- Estância
- Entrevistas
- Eventos
- Histórico
- Iniciativa Privada
- Opinião
- Planos e Projetos
- Atualidades e Fatos.

Estas informações podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2³
Assuntos Abordados

Ano	Estância	Entrevistas	Eventos	Histórico	Iniciativa Privada	Opinião	Planos e Projetos	Atualidades/Fatos	Total Ano
1995	1	0	1	2	0	3	1	1	9
1996	2	1	1	2	1	0	2	5	14
1997	6	1	7	5	3	2	8	12	44
1998	22	0	12	1	0	2	10	15	62
1999	26	1	1	0	0	0	23	31	82
2000	2	2	9	1	0	3	17	21	55
2001	6	3	2	2	0	4	24	13	54
2002	6	1	5	3	4	2	22	27	70
2003	2	1	3	1	0	5	13	43	68
2004	8	5	5	0	1	4	7	24	54
2005	7	0	5	1	3	2	23	26	67
2006	10	0	1	1	0	2	21	32	67
2007	8	1	5	1	4	1	30	25	75
Total Assunto	106	16	57	20	16	30	201	275	
Geral	721								

Fonte: Levantamento de campo da autora.

³ A análise desta Tabela encontra-se no apêndice.

Estes dados permitiram elaborar gráficos sobre a trajetória de determinado assunto. Como pode ser visualizado no exemplo da Figura 1:

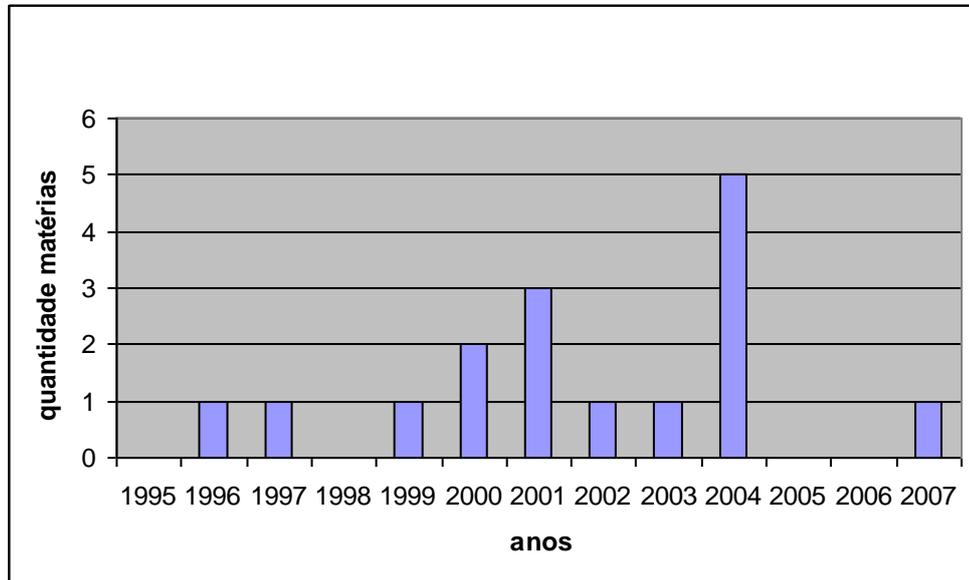


Figura 1 – Entrevistas

Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

Ou sobre determinado ano. Como pode ser visualizado no exemplo da Figura 2:

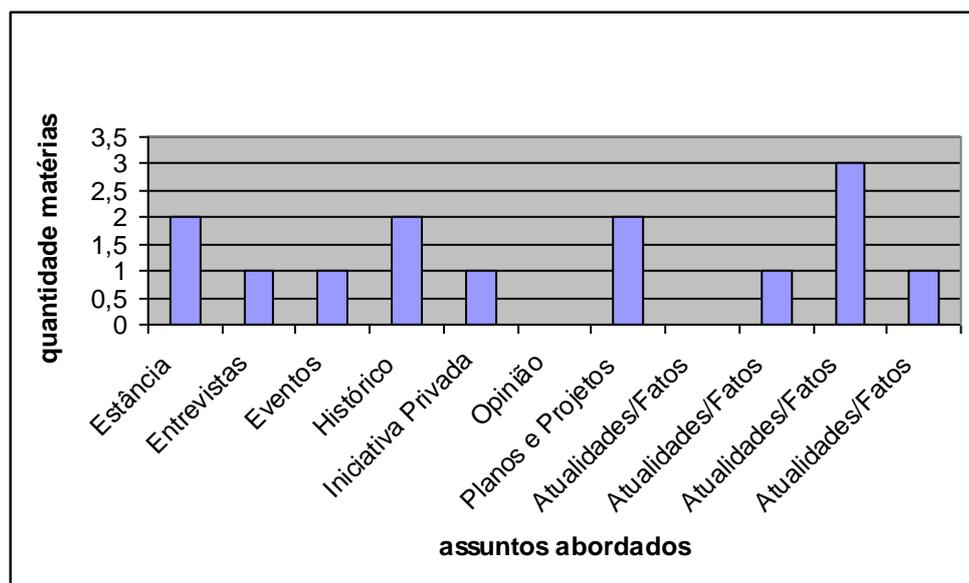


Figura 2 – Ano: 1996

Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

Eles permitiram, também, fazer uma avaliação prévia de como os assuntos foram tratados no decorrer dos anos e a relação entre eles em um mesmo ano.

Na Figura 3 abaixo, é possível ter uma visão geral das matérias estampadas no período:

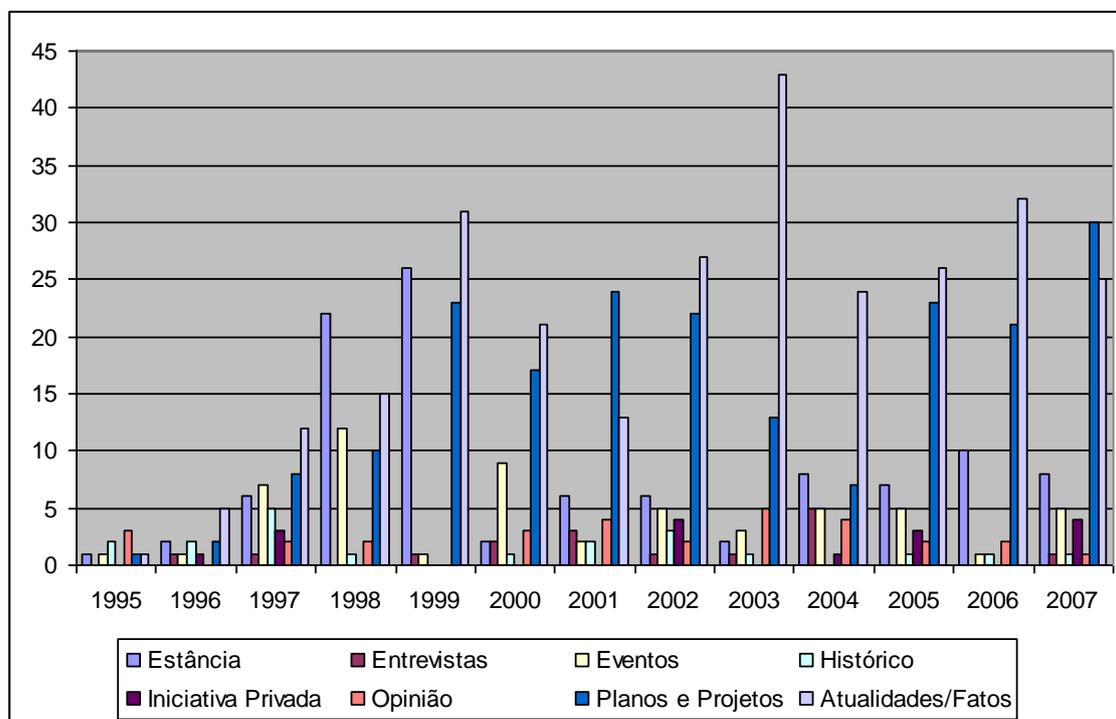


Figura 3 – Visão total das matérias jornalísticas dos últimos 12 anos
Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

O trabalho final ficou disposto, além da introdução, da seguinte maneira:

Capítulo II – Turismo e o Poder Público

Neste capítulo objetivou-se fazer uma análise das políticas públicas de turismo primeiramente no âmbito Federal e posteriormente no Estadual.

Esta análise justifica-se, pois as ações “globais” refletem no “local” e a trajetória histórica reflete na situação atual.

Capítulo III – Estâncias

Este capítulo teve como objetivo proporcionar ao leitor o entendimento sobre o tema Estância.

Nele, é descrita a legislação existente, detalhes sobre cada uma das categorias de Estância, o processo de transformação e os benefícios recebidos pelos municípios reconhecidos como Estância.

Capítulo VI – Salto

Este capítulo busca apresentar o município estudado ao leitor. Nele objetivamos apresentar não apenas o histórico, mas as particularidades que fazem de Salto um local único.

Capítulo V – Processo de Transformação

Neste capítulo foi descrito atrativos citados no processo e os principais pontos do processo jurídico. Nele são apontadas falhas que forneceram subsídios para algumas conclusões prévias.

Capítulo VI – Resultados

Para fazer a análise dos resultados, o período de 12 anos foi dividido em três etapas: a primeira (1995 até 1997) refere-se ao período inicial, a partir da elaboração do projeto de lei; a segunda (1998 até 2000) refere-se ao período classificado como de “transição”. Esperava-se que a transformação ocorresse em 1998, mas ela ocorreu em 1999. O primeiro ano de Salto como Estância foi em 2000, mas sem o recebimento de verbas (conforme previsto por lei); a terceira etapa (2001 até 2007) equivale ao período em que o município pode se considerar, de fato, como Estância. Neste período Salto já tem direito aos benefícios advindos da obtenção do título.

Por fim, no capítulo VII, são apresentadas as considerações finais como resultado da análise dos capítulos anteriores.

Também é possível verificar a análise de todas as matérias referentes ao tema Estância no apêndice desta dissertação.

CAPÍTULO II – TURISMO E O PODER PÚBLICO

2.1 O Papel das Políticas Públicas no Setor Turístico

As políticas públicas podem ser definidas como “o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (...). São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p.121).

Solha compartilha desta definição, e conclui que política pública é “uma forma de gerenciamento de interesses diversos, em torno de um objetivo” (SOLHA, 2004, p. 8).

Para Beni, “política de turismo é o conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país (...)” (2002).

Observa-se que em todas as definições é ressaltada a importância do papel do Estado para alcançar os objetivos direcionados ao bem comum. Estas ações podem se dar em todos os níveis: municipal, estadual ou federal.

No âmbito federal, uma política pública de turismo deve considerar, segundo GOLDNER, RITCHIE e MCINTOSH (2002):

- a)** os papéis do turismo dentro do desenvolvimento socioeconômico geral da destinação;
- b)** o tipo de destinação que irá cumprir de forma mais eficaz as funções desejadas;
- c)** taxaço – tipos e níveis;
- d)** financiamento do setor turístico – fontes e prazos;
- e)** natureza e direção do desenvolvimento e manutenção do produto;
- f)** acesso e infra-estrutura de transportes;
- g)** práticas regulamentadoras (como companhias aéreas e agências de turismo);
- h)** práticas e restrições ambientais;
- i)** imagem e credibilidade do setor;
- j)** relacionamentos na comunidade;
- k)** oferta de recursos humanos e mão-de-obra;

- l) legislação sindical e trabalhista;
- m) tecnologia;
- n) práticas de Marketing;
- o) funcionamento do turismo estrangeiro

De acordo com levantamentos feitos nas obras de Iuoto (1974), Hall (2001), OMT (2003), Beni (2000), Souza (2002) entre outros, Dias (2003, p. 126) concluiu que o poder público pode atuar nas seguintes áreas:

- Coordenação
- Planejamento
- Legislação e Regulamentação
- Empreendimentos
- Incentivo
- Atuação Social
- Promoção do Turismo

Para Fonseca, o papel ativo do Estado é de fundamental importância para o desenvolvimento turístico:

(...) grande parte dos países, em especial os subdesenvolvidos, precisa que o Estado haja como coordenador dessa complexa atividade. O ideal é que um país não seja dependente em demasia do turismo uma vez que, dadas as características da atividade (alta sazonalidade, modismo), uma queda no fluxo de turistas pode fazer com que uma localidade entre em declínio. De toda forma, é primordial que o Estado tenha, dentre outras, a responsabilidade pelo desenvolvimento turístico (FONSECA, 2006, p. 35).

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2003, p. 192), “as políticas geralmente dizem respeito a um plano geral de alto nível (**planejamento**)⁴, que incluem objetivos e procedimentos”. O primeiro passo para desenvolver a atividade de maneira sustentável é através do planejamento do turismo.

⁴ Acréscimo da autora.

De acordo com Beni, o planejamento “deve ter diretrizes básicas expressas na Política Nacional de Turismo – fixando objetivos, definindo linhas de ação e planos detalhados de como atingi-los, determinando os recursos necessários à consecução destes (BENI, 2002).”.

Da análise da literatura acerca do assunto, planejamento e política pública, observa-se que é comum a confusão entre eles. Para facilitar este entendimento segue abaixo a Tabela 3, onde constam as principais diferenças:

Tabela 3 – Diferenças entre Planejamento e Política

PLANEJAMENTO	POLÍTICA
- Possui três pontos essenciais: estabelecimento de objetivos, definição das ações e determinação das necessidades de recursos.	- É um dos três pontos que constitui o planejamento: a definição das ações. Portanto a política faz parte do planejamento.
- É desenvolvido visando o setor como um todo.	- É desenvolvido visando objetivos específicos.
- Caracterizado por ações de longo prazo.	- Caracterizado por ações de curto prazo.
- Tem como objetivo analisar “o que” pode/deve ser feito.	- Tem como objetivo analisar “como” pode/deve ser feito.
- É um processo teórico.	- É um processo prático. Aqui é necessário constatar a viabilidade das ações.
- É um processo contínuo, uma vez que a atividade é dinâmica.	- As ações se encerram podendo ser retomadas se o planejamento assim determinar.

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

2.2. Análise Histórica das Instituições Públicas do Setor Turístico no Brasil

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o desenvolvimento das políticas públicas mundiais, relativas ao turismo, podem ser divididas em três principais fases:

- **“1950 - 1970** – quando se verificava a expansão do turismo de massa, eram comuns as políticas de fomento, que tinham como principal intuito o aumento do fluxo de visitantes;”

Durante estas décadas, as políticas públicas buscavam o desenvolvimento econômico a qualquer preço, justificando os incentivos ao turismo de massa. No Brasil, esta fase contempla desde os “50 anos em 5”, até o “Milagre Brasileiro.”.

- “**1970-1985** – as políticas começavam a focar o turismo como agente de desenvolvimento, verificando-se um aumento do envolvimento governamental no fornecimento de infra-estrutura;”

- “**1985 – atual** – observa-se, ao mesmo tempo, maior preocupação com as questões ambientais (**pelo menos nos discursos**)⁵ e um grande aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade” (SOLHA, 2004 *apud* OMT, 1998).

Este novo período marca o retorno do Estado Liberal, agora denominado Neoliberal. Período marcado pela liberdade do mercado e das forças do capital (aumento da competitividade e acúmulo do capital). Estado busca reestruturar o turismo dentro desta tendência, buscando parcerias com os setores privados e promovendo a gestão participativa.⁶

2.2.1. Caminhando entre pedras – 1930 até 1990

As primeiras políticas públicas relacionadas ao turismo estiveram preocupadas apenas com a regulamentação de algumas partes deste setor, basicamente sobre a venda de passagens e o funcionamento das agências de viagens e turismo, não compreendendo sua complexa totalidade, sem realizar, desta forma, ações efetivas de desenvolvimento.

Segundo Beni, para que as políticas públicas de turismo alcancem seus objetivos é necessário que **todos**⁷ os seus componentes estejam “sincronizados e seqüencialmente ajustados, a fim de produzir o atingimento das metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo (...)” (BENI, 2002, p80).

No Brasil, o primeiro registro da atuação pública na área do Turismo, em âmbito federal, data da década de 30. Na ocasião, por meio do Decreto de Lei nº. 406, de 4 de maio de 1938 foi estabelecida a necessidade de autorização governamental para a venda de passagens aéreas, marítimas ou rodoviárias (DIAS *apud* FERRAZ, 2003, p. 128).

⁵ Acréscimo da autora.

⁶ A atual crise mundial da economia capitalista, em especial a financeira, não permite apontar nenhum prognóstico sobre as atividades turísticas. Caíram por terra as elaborações teóricas que justificaram a capacidade do mercado como elemento propulsor e regulador das ações econômicas.

⁷ Grifo da autora.

O primeiro órgão oficial de turismo foi a Divisão de Turismo, criada em 1939, com as atribuições de “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo, num papel eminentemente de fiscalização das agências de viagens e turismo” (Decreto de Lei 1915, 27/12/1939). Na ocasião, este órgão fazia parte do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP.

Em 1945, pouco antes da queda do Estado Novo, o DIP foi extinto, e a Divisão de Turismo passou a integrar a estrutura do Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a queda do Estado Novo, em 1946, a Divisão de Turismo foi também extinta (DIAS, 2003, p. 128).

Após tantos anos sem uma instituição responsável, em 1958 foi criada a COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo, cuja principal intenção era a de instituir o primeiro Plano Nacional de Turismo, por meio da elaboração de suas primeiras diretrizes.

As atribuições do COBRAMTUR eram:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo de estrangeiros;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;
- c) a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis;
- e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística (DIAS, 2003, p. 129).

Em 1962 a COMBRATUR foi extinta, antes que conseguisse efetivar uma Política Nacional de Turismo.

Paralelamente a isto, em 1961, o Ministério da Indústria e Comércio foi reformulado e passou a fazer parte deste ministério a Divisão de Turismo e Certames. Este órgão tinha como propósito executar as diretrizes traçadas pela Política Nacional de Turismo (CRUZ, 2001, p.

48). Porém este objetivo nunca iria se concretizar, uma vez que a COMBRATUR não criou uma Política Nacional de Turismo.

Mesmo na ausência de um Plano Nacional de Turismo, a Divisão de Turismo e Certames desenvolveu algumas ações como, por exemplo, a promoção e divulgação do país, tanto interna como externamente (SOLHA *apud* DIAS, 1991).

Apenas em 1966, enquanto o mundo vivia o período conhecido como “Boom Turístico” - ocasião em que o fluxo turístico aumentou ao ponto de massificar a atividade, é que o governo brasileiro passa a valorizar a atividade visando os benefícios econômicos.

Neste ano foi elaborada uma Política Nacional de Turismo e criaram-se organismos públicos para sua coordenação e execução. Sendo assim, em 1967, pelo Decreto-lei 60.224 foi criado o Sistema Nacional de Turismo que era constituído pelo CNTur - Conselho Nacional de Turismo, pela EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o Ministério de relações Exteriores (CRUZ, 2001, p.51).

As funções foram assim divididas:

Ao Conselho Nacional de Turismo – CNTur coube, entre outras atribuições, formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 6º);

À EMBRATUR caberia, por sua vez, estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 20º);

O Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio de suas tarefas diplomáticas (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 7º) (CRUZ, 2001, p.51).

Conforme exposto, a EMBRATUR era subordinada a CNTur. A CNTUR, por sua vez, era formada por representantes do governo, da própria EMBRATUR e do *trade*, especificamente das agências de viagens, dos meios de hospedagem e transporte (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p.122).

Apesar desta participação do *trade* no CNTur, o governo deteve o controle sobre o desenvolvimento do turismo até o final da ditadura militar.

Este período foi marcado pela divulgação da imagem do país no exterior, contextualizada pela liberdade sexual (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p.123). Nestas

divulgações eram transmitidas imagens sensuais da mulher brasileira, em locais paradisíacos com conotações sexuais.

Em 1969, a CNTur faz indicações para a elaboração do que seria o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), com os seguintes objetivos:

- a) desenvolvimento do turismo receptivo, como fator preponderante para a geração e captação de divisas, dando-lhe tratamento de mercadoria exportável, para efeito de comercialização;
- b) incremento de turismo interno com vistas ao acréscimo de rendas, a dinamização de atividades econômicas nas áreas em que se desenvolva;
- c) desenvolvimento do turismo em bases que estimulem o aparecimento de atividades correlatas ou decorrentes e a absorção de mão-de-obra, especializada ou não, gerando novas oportunidades no mercado de trabalho;
- d) estímulo aos investimentos privados de interesse turístico;
- e) concessão de estímulos fiscais e outras facilidades que propiciem a canalização de empreendimentos turísticos para as áreas que deles necessitem e apresentem condições potenciais favoráveis (DIAS, 2003, p. 128).

Em 1971, é criado o primeiro fundo com o objetivo de financiar o desenvolvimento turístico do país. O Fundo Geral do Turismo - Fungetur é subordinado a EMBRATUR e tem como objetivo prover recursos para financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesse turístico.

Em 1977 uma Lei Federal (6.513/77) revela o despertar do poder público para a importância das áreas naturais e especiais para o desenvolvimento da atividade turística. Esta Lei define as áreas de interesse turístico, conforme segue:

I – os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;

II – as reservas e estações ecológicas;

III – as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis;

IV – as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem;

V – as paisagens notáveis;

VI – as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e a prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer.

- VII – as fontes hidrominerais aproveitáveis;
- VIII – as localidades que apresentem condições climáticas especiais;
- IX – outros que venham a ser definidos (DIAS, 2003, p. 132).

Se, durante as últimas décadas, o governo detinha o controle da atividade turística, na década de 80, o turismo brasileiro sofre mudanças radicais em sua estrutura.

Uma destas mudanças, regidas pela política neoliberal, é o Decreto-lei nº. 2.294, de 21 de novembro de 1986: ele permite que a atividade turística seja exercida sem a necessidade de fiscalização de órgãos públicos. “São livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis” (DIAS, 2003, p. 133).

Estas mudanças causaram “abertura desordenada de agências de viagens, advindo dificuldades ao setor (...)” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 124).

A não obrigatoriedade do registro e da classificação junto a EMBRATUR acarreta “o fim da própria instituição nos moldes até então concebida” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 124).

Ainda segundo SILVEIRA; PAIXÃO e COBOS:

Com a abertura política e o fortalecimento do pensamento neoliberal (em consonância com o que ocorria no Leste Europeu, por exemplo), não era mais concebível o controle do Estado com mãos-de-ferro sobre a iniciativa privada, e, assim, a estatal inicia uma nova fase. As transformações se dão nos governos subseqüentes. Mudanças radicais transformaram o cenário político nacional e, por conseguinte, as políticas públicas de turismo (2006, p.124).

2.2.2. O Caminho da Consolidação - Pós 1990

Segundo SOLHA, foi apenas a partir de 1990 que as políticas públicas de turismo tomaram consistência e tiveram alguma continuidade (SOLHA, 2004).

Lima também afirma benefícios a partir da década de 90:

Como se pode constatar, apesar de ter existido desde década de 1960, o estabelecimento do conceito de Política Nacional de Turismo – como o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do

turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional – só passa a ser realidade no país na década de 1990, quando a atividade passa a ser considerada como uma estratégia de inserção do país no mundo globalizado (LIMA, 2006, p. 36).

Dentre os principais pontos desta afirmação estão a continuidade dos Planos Nacionais de Turismo e a criação do Ministério do Turismo.

Porém, antes desta “consolidação” das políticas públicas de turismo citada por Solha, a década de 90 ainda assistiu a alguns problemas no âmbito institucional.

Em 1991, com a extinção do CNTur, a EMBRATUR sofre novas alterações. A Empresa Brasileira de Turismo, agora também responsável pelas funções que antes eram da CNTur, se transforma no Instituto Brasileiro de Turismo, recebe status de autarquia e fica vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Sua função passa a ser a de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo (DIAS, 2003, p. 134). Em 1992, a EMBRATUR passa a responder ao Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo.

Em 1992 é retomado o projeto de 1969 de instituir um Plano Nacional de Turismo – PLANTUR. Este era um plano detalhado de ações que deveriam ser desenvolvidas pelo governo federal em prol da consolidação da atividade turística.

Porém, mais uma vez, o Plano Nacional de Turismo não sai do papel por causa da deposição do presidente da república. Este fato reforça a idéia de que a EMBRATUR sofreu um “golpe” em 1991, pois sua função passou a ser relacionada a um Plano Nacional de Turismo que nunca existiu. Além disto, esta alteração implicou em uma “reformulação quase que total no corpo técnico do órgão, já que os funcionários (em fim) de carreira, em sua grande maioria, preferiram ser transferidos para outros órgãos federais, com cede no Rio de Janeiro, evitando assim a mudança para a Capital Federal” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 125).

Enfim, em 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso é criado e colocado em prática o primeiro Plano Nacional de Turismo sob a responsabilidade da EMBRATUR e do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo.

É importante ressaltar que foi a partir deste plano, criado por Caio Luiz de Carvalho e sua equipe, que foi dado início às ações contínuas no setor.

De acordo com o governo, a Política Nacional de Turismo sustentava-se em cinco macroestratégias:

- a) a implantação de infra-estrutura básica e turística;
- b) a capacitação de recursos humanos para o setor;
- c) a modernização da legislação;
- d) a descentralização da gestão do turismo; e
- e) a promoção do turismo no Brasil e no Exterior (DIAS, 2003, p. 136).

As principais características deste Plano Nacional eram

a descentralização das ações, a valorização dos recursos naturais e culturais e, a necessidade de sensibilizar o setor para ver o país não apenas como um lugar de recursos privilegiados, mas conseguir efetivamente transformar estes recursos em produto turístico, a fim de tornar-se competitivo nos mercados nacionais e internacionais (SOLHA, 2004, p. 56).

Assim, “Com 24 programas nacionais para o setor turístico, o governo Fernando Henrique Cardoso implantou o ‘Avança Brasil’(...)” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 128). Dentre os principais programas pode-se citar: o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur); o Programa Nacional de Ecoturismo; o Programa de Formação Profissional no Setor Turístico; o Plano Anual de Publicidade e Promoção e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (DIAS, 2003, p. 136). Este último teve início na gestão de Itamar Franco.

Foi dada continuidade a todos os programas durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (SOLHA, 2004, p. 73).

O Ministério do Esporte e Turismo foi criado em dezembro de 1998 e, durante sua existência de pouco mais de quatro anos, teve sua estrutura alterada por duas vezes.

A primeira, em 05 de outubro de 2000, através do Decreto n.º 3.623 quando foram criados os Departamentos de Captação de Recursos e de Programas e Políticas de Esporte e Turismo e segunda, através da Medida Provisória n.º 2.049- 24, de 26 de outubro de 2000, e Decreto n.º 3.679, de 1º de dezembro de 2000, quando foram extintos o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP e o Departamento de Programas e Políticas de Esporte e Turismo e criada a Secretaria Nacional de Esportes (Ministério do Esporte e Turismo, 2000).

Em 01 de janeiro de 2003, com a posse do novo Presidente da República, foi criado o Ministério do Turismo (MTur). Sua criação foi saudada por todas as organizações ligadas ao setor. De acordo com a medida provisória, foram definidas as seguintes atribuições:

- a) política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promoção e divulgação do turismo nacional;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo (DIAS, 2003, p. 138).

O Ministério do Turismo é definido por duas linhas: “a estruturação do Ministério e a reformulação das ações da EMBRATUR” (DIAS, 2003, p. 139), conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 – Linhas de atuação do Ministério do Turismo/2003

Estruturação do Ministério

- criar e implantar uma estrutura organizacional apta a conduzir o turismo para atingir as metas indicadas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Senhor Presidente da Republica;
- lançar o Plano de Metas para o período 2003-2006;
- formular a Política Nacional do Turismo em parceria com a sociedade brasileira, especialmente com todos os organismos públicos, privados e não governamentais que possuem interfaces com o setor;
- consolidar a atuação do Conselho Nacional do Turismo (CNT) como espaço de discussão dos interesses do setor, reforçando as relações institucionais entre os poderes públicos, setor produtivo, associações, ONGs, universidades e entidades de classe;
- consolidar a parceria com o Fórum de Secretários Estaduais de Turismo como instrumento de implantação do Plano nacional de turismo;
- criar um Sistema de Acompanhamento e Avaliação Trimestral de Resultados da execução da Política Nacional do Turismo;
- criar um Sistema Nacional de Pesquisa de Informações sobre a atividade turística;
- promover o turismo buscando o reconhecimento da atividade como fator de desenvolvimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda;

- aprimorar os métodos para identificação do turismo na pauta de exportação e importação de serviços brasileiros;
- ampliar a participação do turismo nas macroestratégias de Governo, promovendo a integração efetiva com ações dos demais ministérios;
- promover a descentralização da gestão pública do turismo, privilegiando as articulações e as parcerias entre os Governos Federal, estaduais e municipais, estimulando os roteiros integrados e os consórcios de cooperação, potencializando, assim, as diferenças regionais;
- promover a capacitação profissional para o setor;
- intensificar as ações de captação e estímulo aos investimentos privados para o setor
- promover articulações para estruturar e aperfeiçoar as linhas de financiamento para a atividade do turismo;
- desenvolver a produção artesanal e de demais produtos associados que agreguem valor ao turismo; e
- desenvolver e negociar ações, planos e projetos com instituições internacionais, bem como acompanhar sua implementação para consolidar e captar financiamentos destinados aos programas de desenvolvimento regionais para o setor.

Reformulação das ações da EMBRATUR

- revisar a estrutura organizacional e gerencial do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para o cumprimento das metas e dos objetivos do Ministério do Turismo.
- aumentar a participação do Brasil na capacitação do fluxo intencional de turistas, contribuindo com a consolidação de uma imagem positiva do país; e
- potencializar os atrativos turísticos dos diversos segmentos, transformando-os em produtos para a comercialização, de sorte que fortaleça e amplie o turismo interno.

Fonte: Ministério do Turismo, 2003.

Em Abril de 2003 foi divulgado o Plano Nacional de Turismo (2003/2007), constituído por sete macroprogramas. São eles:

1. Macroprograma: Gestão de Relações Institucionais

- Programa de Acompanhamento do Conselho Nacional do Turismo
- Programa de Avaliação e Monitoramento do Plano
- Programa de Relações Internacionais

2. Macroprograma: Fomento

- Programa de Atração de Investimentos
- Programa de financiamento para o Turismo

3. Macroprograma: Infra-estrutura

- Programa de Desenvolvimento Regional
- Programa de Acessibilidade Aérea, Terrestre, Marítima e Fluvial

4. Macroprograma: Estruturação e Diversificação da Oferta Turística

- Programa de Roteiros Integrados
- Programa de Segmentação

5. Macroprograma: Qualidade do Produto Turístico

- Programa de Normatização da Atividade Turística
- Programa de Qualificação Profissional

6. Macroprograma: Promoção e Apoio a Comercialização

- Programa de Promoção Nacional e Internacional do Turismo Brasileiro
- Programa de Reposicionamento da Imagem Brasileira
- Programa de Apoio a Comercialização

7. Macroprograma: Informações Turísticas

- Programa de Base de Dados
- Programa de Pesquisa de Demanda
- Programa de Avaliação de Impacto do Turismo
- Programa de Avaliação de Oportunidade de Investimento (Ministério do Turismo, 2003).

De certa forma, este plano nacional oferece continuidade aos planos anteriores, só que de forma mais lapidada (SOLHA, 2004, p. 77). Para Zuanazzi, representante do governo:

(...) vários deles (programas de turismo) estão sendo reformulados para atender as novas estratégias como, por exemplo, o PRODETUR, que agora vai alcançar a região sudeste, Goiás e o Distrito Federal. O programa Clube da Melhor Idade deverá ser mais estimulado através de parcerias mais intensas com o setor privado na operação dos serviços, principalmente na questão da promoção. O PNMT já está passando por uma revisão e fará parte do Programa de Regionalização com a criação dos roteiros integrados (SOLHA, 2004, p. 76).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso é um retrato da fase de descentralização da gestão. Nele é incentivada as ações municipais, valorizando as especificidades locais e regionais dos municípios. Estas especificidades também são consideradas no Programa de Regionalização do Turismo do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano Nacional de Turismo (2007-2010) permaneceu oferecendo continuidade aos planos anteriores. Os programas e os macroprogramas que, apesar de algumas alterações (algumas só no nome), constituem basicamente a mesma consistência, como poderão ser observados abaixo:

1. Macroprograma: Planejamento e Gestão

- Programa de Implementação de Descentralização da Política Nacional de Turismo
- Programa de Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Turismo
- Programa de Relações Internacionais

2. Macroprograma: Informação e Estudos Turísticos

- Programa de Sistema de Informações do Turismo
- Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro

3. Macroprograma: Logística de Transportes

- Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional
- Programa de Integração da América do Sul
- Programa de Integração Modal nas Regiões Turísticas

4. Macroprograma: Regionalização do Turismo

- Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização
- Programa de Estruturação dos segmentos Turísticos
- Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo

5. Macroprograma: Fomento à Iniciativa Privada

- Programa de Atração de Investimentos
- Programa de Financiamento para o Turismo

6. Macroprograma: Infra-estrutura Pública

- Programa de Articulação Interministerial para Infra-estrutura de Apoio ao Turismo
- Programa de Apoio à Infra-estrutura Turística

7. Macroprograma: Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos

- Programa de Normatização do Turismo
- Programa de Certificação do Turismo
- Programa de Qualificação Profissional

8. Macroprograma: Promoção e Apoio à Comercialização

- Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro
- Programa de Apoio à Comercialização Nacional
- Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro
- Programa de Apoio à Comercialização Internacional (Ministério do Turismo, 2007).

Diante deste breve levantamento histórico, é possível constatar certa descontinuidade das ações institucionais do setor, desde sua origem até os últimos anos da década de 90. Bem como, verificar que, desde esta década, as políticas públicas estão caminhando para obter consistência e continuidade nas instituições e nas ações institucionais.

2.3 O Turismo no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo oferece opções de lazer e turismo diversificados. Neste estado existem muitos municípios com estrutura para atender as demandas turísticas, oferecendo os principais segmentos, como por exemplo: turismo de negócios, turismo cultural, turismo religioso, ecoturismo, turismo rural, turismo de praia e sol, turismo de aventura, entre outros.

De acordo com Coriolano, (2006, p. 98), a cidade de São Paulo é a segunda mais visitada por estrangeiros no Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (dados de 1996 e 2002). Este fluxo se deve, principalmente, ao turismo de negócios. Outros tipos de turismo também são praticados na cidade, como por exemplo, o de lazer e o cultural. Porém, é necessário ressaltar que este número é um pouco ilusório uma vez que parte dele utiliza-se da cidade de São Paulo apenas como portão de entrada, direcionando-se para outras localidades posteriormente.

Em se tratando de turismo doméstico, é ainda mais difícil obter dados, uma vez que não há “portões de entrada” para a contabilização. Porém, sabe-se que no estado existe uma grande movimentação, principalmente vinda da metrópole para o interior, onde os residentes buscam o descanso e o lazer como forma de se revigorar para voltar à vida cotidiana estressante dos grandes centros urbanos.

Normalmente, estas pessoas escolhem localidades dentro do mesmo estado devido a proximidade, boas condições das estradas, custos mais baixos e falta de tempo para viagens longas.

Segundo Serson, “O Estado de São Paulo, no cenário nacional, é uma das fronteiras mais promissoras para alavancagem do turismo interno” (SERSON, 2000, p.232).

Foi visando estes dois tipos de demanda: o potencial da demanda doméstica e a possibilidade da demanda internacional prolongar sua viagem de negócios, que o Governo do Estado decidiu, em 1967⁸, criar constitucionalmente o termo “Estância”.

Outra característica relevante do turismo no Estado de São Paulo é a existência de residências secundárias. Segundo Tulik, esta procura, normalmente parte de “centros urbanos, frequentemente industrializados, que concentram altos índices de renda e um contingente populacional que desfruta de conquistas sociais que lhes garantem disponibilidade financeira e maior extensão do tempo livre” (2000, p. 196).

Dentro do contexto brasileiro “São Paulo detém os mais significativos valores absolutos de residências secundárias no Brasil (459.597), o que corresponde a 27,32% do total

⁸ Lembrar que essa criação se dá em um período de regime ditatorial. Portanto criar “turismo por decreto” pode ser visto como uma característica do período.

brasileiro. Posição menos destacada ocupa o Rio de Janeiro, segundo colocado, que conta com 214.185 residências secundárias” (2000, p. 197).

Observa-se que estas características do turismo no estado de São Paulo ficaram definidas a partir da década de 60, período pós Juscelino Kubitschek, época de expansão do turismo de massa no Brasil. (RODRIGUES, 2001, p. 133).

Ainda segundo a autora, neste período, a política liberal de crédito permitiu um acentuado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), fase conhecida como o “Milagre Brasileiro”.

(...) a partir da década de sessenta, com grande incremento nas décadas de setenta e oitenta, ocorre grande surto de aquisição de uma segunda residência, formando-se um cinturão de chácaras de veraneio nos entornos da aglomeração paulistana e uma ocupação maciça da orla litorânea santista com a multiplicação dos edifícios de apartamentos de praia (RODRIGUES, 2001, p. 136).

Segundo Fonseca (2006), apesar de todo o potencial que São Paulo possui, o poder público estadual não tem dado importância ao turismo. A autora exemplifica citando a dificuldade em determinar a qual pasta o turismo pertence, conforme segue trecho:

A Secretaria Estadual do Turismo (ST) foi criada recentemente, em junho de 2005. Até o ano de 2002 a pasta de turismo pertenceu à Secretaria Estadual de Esportes, Turismo e Lazer; quando esta última foi desmembrada e a pasta do turismo passou para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (FONSECA, 2006, p. 39).

A criação de uma secretaria específica para o turismo, conforme citado, foi vista com muito otimismo para todos os envolvidos no setor. Geraldo Alckmin, o então governador, ressaltou a importância desta criação, pois segundo ele “(...) com uma secretaria específica teremos um esforço concentrado para fortalecer o turismo” (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, 2005).

Porém, todas as expectativas criadas em torno desta nova secretaria foram em vão, pois ela deixou de existir em menos de dois anos de existência. Desde 2007 a pasta do turismo voltou a fazer parte da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

As atribuições desta nova secretaria foram estipuladas de acordo com o Decreto nº. 51.464 de 1º de Janeiro de 2007.

Artigo 2º

- VIII - A promoção do incremento do turismo no Estado;
- IX - A organização e direção de certames (eventos) e festejos oficiais da área de turismo;
- X - O apoio às iniciativas particulares que apresentem interesse turístico;
- XI - A difusão das realidades turísticas do Estado, principalmente sob o enfoque de desenvolvimento econômico;
- XII - A criação de condições para o desenvolvimento da consciência turística no Estado;
- XIII - O estímulo à criação de organismos ou empresas de caráter privado que tenham por finalidade incrementar o turismo;
- XIV - O incentivo à criação e ao funcionamento de escolas e cursos destinados à formação de profissionais habilitados na prática de atividades relacionadas com o turismo;
- XV - A organização do calendário turístico do Estado;
- XVI - A colaboração nos estudos para a fixação de tarifas de serviços que interessem ao turismo e na fiscalização de sua cobrança;
- XVII - A adoção ou proposição das demais providências que julgar úteis ao fomento do turismo no Estado (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2007).

Estas constantes mudanças na pasta do turismo resultam em iniciativas isoladas e interrupções no processo de planejamento que, conseqüentemente, impede avanços no setor.

CAPÍTULO III – ESTÂNCIAS

3.1 Estâncias

Estâncias, de uma forma geral, podem ser entendidas como localidades beneficiadas por recursos naturais, paisagísticos, medicinais, históricos, artísticos, dentre outros, e que podem gerar um fluxo de turistas, estes, caracterizados pela longa permanência na localidade.

O termo “Estância é a denominação oficial adotada no Brasil e que corresponde, na milenar Europa, as ‘estações’, naquele continente classificadas em termais ou hidrominerais, climáticas e balneárias” (PUPO, 1974, p.35).

No Brasil, “(...) as estâncias tornaram-se para alguns Estados verdadeiros oásis dentro de seus territórios, por serem locais de lazer, distração, recreação, ar puro, contato com a natureza, originando um afluxo de população flutuante (...)” (PUPO, 1974, p.39).

O Estado de Minas Gerais foi o iniciador do processo de desenvolvimento das estâncias (especificamente das estâncias hidrominerais) durante os anos de 1926 e 1936 com a criação de infra-estrutura turística nos municípios com potencial para tal (PUPO, 1974, p.38).

No Estado de São Paulo, a criação das Estâncias se deu a partir da Constituição do Estado de São Paulo de 1967 conforme consta no artigo 146:

“A classificação de Municípios como estância de qualquer natureza, para concessão de auxílio, subvenções ou benefícios, dependerá da observância de condições e requisitos mínimos estabelecidos em lei complementar, de manifestação dos órgãos técnicos competentes e do voto favorável da maioria dos membros da Assembléia Legislativa” (Constituição do Estado de São Paulo, 1967).

Esta “lei complementar” que estabelece os critérios para a classificação de um município em Estância foi publicada apenas em 1971 (nº. 10.426 de 08/12/1971, regulamentada pelo decreto nº. 20 de 13/07/1972).

Ainda nesta oportunidade é criado o Fundo de Melhoria das Estâncias, “com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza” (Constituição do Estado de São Paulo, 1967).

Segundo Pupo, “o processo de desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo, especialmente do turismo interno, teve início através das estâncias, que são localidades definidas em lei estadual (...)”⁹ (PUPO, 1974, p.3).

De acordo com a lei complementar (citada acima) poderá haver três tipos de Estâncias: as hidrominerais, as climáticas e as balneárias e define os requisitos necessários para cada uma delas. Sendo eles:

- **Estância Balneária:** o município deve possuir praia para o mar, não se considerando como tal orla marítima constituída exclusivamente de rocha viva.

- **Estância Climática:** Constitui requisito mínimo para a criação de Estância Climática, a existência, no município, de posto meteorológico em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos, cujos resultados médios se enquadrem dentro das seguintes características.

I - temperatura média das mínimas no verão, até 20°C;

II - temperatura média das máximas no verão, até 25°C;

III - temperatura média das mínimas, no inverno, até 18°C;

IV - umidade relativa média, anual, até 60%, admitida a variação para menos de 10% do resultado obtido no local; e

V - número anual de horas de insolação superior a duas mil.

- **Estância Hidromineral** - Constituem requisitos mínimos para a criação de Estâncias Hidrominerais:

I - A localização, no município de fonte de água mineral, natural ou artificialmente captada, devidamente legalizada por decreto de concessão de lavra, expedido pelo Governo Federal, com vazão mínima de 96.000 litros por vinte e quatro horas.

II - A existência de balneário, de uso público, para tratamento crenoterápico, segundo a natureza das águas e de acordo com padrões e normas a serem fixados em regulamento.

Parágrafo único – Quando, no município, existirem fontes de águas minerais com análises química e físico-química semelhantes, poderão ser somadas as respectivas vazões para a apuração do requisito mínimo previsto no inciso I deste artigo.

⁹ Convém lembrar que muito antes da criação por decreto das Estâncias o turismo já era praticado em algumas cidades como, por exemplo, Campos do Jordão e Serra Negra.

Além dos requisitos específicos para cada uma das categorias, “devem as estâncias oferecer atrativos turísticos e condições para tratamento de saúde” (lei nº. 10.426 de 08/12/1971).

Neste primeiro momento foram criadas apenas estas três tipologias de Estâncias. Cinco anos depois, com a lei nº. 1.457, de 11/11/77, foi criada a categoria de Estância Turística, regulamentada pelo decreto nº. 11.022 de 28/12/77.

- **Estância Turística:** Constitui requisito para a criação de Estância Turística a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou recursos naturais e paisagísticos.

A Estância Turística deve oferecer condições para o lazer, dentro do seguinte padrão mínimo indispensável de atendimento e salubridade ambiental:

I – águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição;

II – abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas;

III – ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

IV – rede hoteleira para atendimento da demanda turística; e

V – áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público.

Conforme os requisitos exigidos e descritos nestas leis, conclui-se que as cidades Estâncias são localidades privilegiadas, com atrativos que justificam e promovem o deslocamento. Além do que “o município considerado estância incorpora os conceitos de permanência relativamente prolongada e retornos sucessivos (...)” (OLIVEIRA, 2003, p. 110).

A Constituição Estadual de 1989 reafirma os objetivos da última legislação (1967) e faz algumas modificações nos órgãos competentes, conforme seguem alguns artigos mais relevantes da lei nº 6.470 de 15/06/89:

- Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a extinguir a entidade autárquica “Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias – FUMEST”.

- Artigo 5º - Fica estabelecido o Fundo de Melhoria das Estâncias, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias.
- Artigo 6º - Fica criado, diretamente subordinado ao Secretário de Esportes e Turismo, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE, ao qual se vinculará o Fundo de Melhoria das Estâncias referido no artigo anterior.
- Artigo 8º - Serão transferidos para o Fundo de Melhoria das Estâncias as obrigações do FUMEST (...) (Constituição do Estado de São Paulo, 1967).

De acordo com a lei nº. 6.470/89, “o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo é o órgão responsável pela aprovação técnica (...)” (OLIVEIRA, 2003, p 112).

Ficam ainda determinadas as atribuições do DADE, de acordo com o Decreto Nº. 30.624, de 26 de outubro de 1989, artigo 3º conforme segue:

I - avaliar programas e projetos de urbanização e celebrar contratos, devidamente autorizados, visando ao desenvolvimento das estâncias;

II - promover estudos e pesquisas relativas à situação geral das estâncias e a outras áreas de interesse da Administração Estadual;

III - manifestar-se sobre a observância dos requisitos estabelecidos para a classificação de Municípios como estâncias e fiscalizar as já existentes, propondo a extinção daquelas que não os satisfaçam;

IV - elaborar relatório anual sobre as aplicações financeiras do Fundo de Melhoria das Estâncias e a situação geral das estâncias;

V - promover atividades de divulgação das estâncias (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1989).

Em 1996 foi feita uma emenda (nº4 de 18/12/96) que altera o artigo 146, 2º parágrafo, da Constituição do Estado de São Paulo, ficando determinado:

2º parágrafo – O Fundo de Melhoria das Estâncias terá dotação orçamentária nunca inferior a dez por cento da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício imediatamente anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989).

Esta emenda é válida até os dias de hoje, sendo ela a base para os valores dos repasses financeiros aos municípios estâncias.

Na Tabela 5 é apresentada a relação das legislações relacionada às Estâncias do Estado de São Paulo.

Tabela 5 - Cronologia da Legislação Estadual Paulista Relacionada com as Estâncias

Legislação	Data	Regulamentação
Constituição do Estado de São Paulo	08/12/67	Disciplina a criação de Estâncias no estado.
Lei nº. 10.426	8/12/71	Estabelece requisitos mínimos para a criação de Estâncias e institui a primeira classificação: Hidrominerais, climáticas e balneárias.
Lei nº. 1.457	11/11/77	Altera o artigo 2º da lei nº. 10.426, de 08/12/71 e cria uma nova classe, a de Estância Turística.
Lei nº. 6.470	15/06/89	Autoriza a extinção da Fumest – Fundo de Melhoria e Urbanização das Estâncias e cria o DADE – departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias.
Emenda Constitucional nº. 4	18/12/96	Altera o parágrafo 2º do art. 146 da Constituição, estabelecendo o percentual destinado à dotação orçamentária, que deverá ter um piso de 10%, no mínimo, da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das estâncias, no ano anterior e fixa critérios para transferência e a aplicação dos recursos.

Fonte: Governo do Estado de São Paulo.

3.2 Processo de Criação das Estâncias

Para requerer o título de Estância, o prefeito da cidade interessada deve solicitar a Assembléia Legislativa que seja elaborado um projeto de lei. A Assembléia Legislativa encaminha o anteprojeto de lei, após as tramitações burocráticas, à Secretária de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, onde deverá ser feita a abertura do processo. Após a abertura do processo, a prefeitura interessada deve enviar todos os relatórios solicitados ao DADE (será discriminado abaixo, de acordo com cada categoria) que fará uma análise técnica para verificar em qual categoria de Estância a cidade se enquadra.

No caso específico das Estâncias Turísticas, o relatório será encaminhado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT que deverá dar parecer quanto aos atrativos com base nos documentos enviados e de visita *in loco*. Em caso de parecer favorável, o processo retorna ao DADE para novas análises e vistoria técnica *in loco*.

Em cada estado brasileiro há um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – Condephaat -, que averigua os atrativos de uma estância turística, analisando e constatando seu valor dentro do contexto estadual. Assim, esse Conselho pode emitir um parecer favorável transformando um município em estância, após uma verificação minuciosa desses atrativos, elaborando um ‘parecer final’ (OLIVEIRA, 2003, p 118).

Para as Estâncias balneárias, climáticas e hidrominerais, o processo é mais curto, não necessitando passar pelo CONDEPHAAT. As análises e vistoria técnica *in loco* são feitas apenas pelo DADE.

Observa-se que, segundo o manual elaborado pelo DADE, a ausência de apenas um dos requisitos é determinante para a não obtenção do título. Conforme trecho abaixo.

“Caso o município deixar de atender à pelo menos um dos requisitos exigidos, será elaborado parecer final contrário à transformação pretendida” (DADE, p11).

Em caso de pareceres favoráveis, independente da categoria de Estância, será elaborado um parecer final para ser enviado á Assessoria Técnico Legislativa. A lei deve ser votada pela Assembléia Legislativa e aprovada com maioria absoluta. Cabe ao governador sancionar a lei.

O fluxograma representado na Figura 4 permite a visualização deste processo:

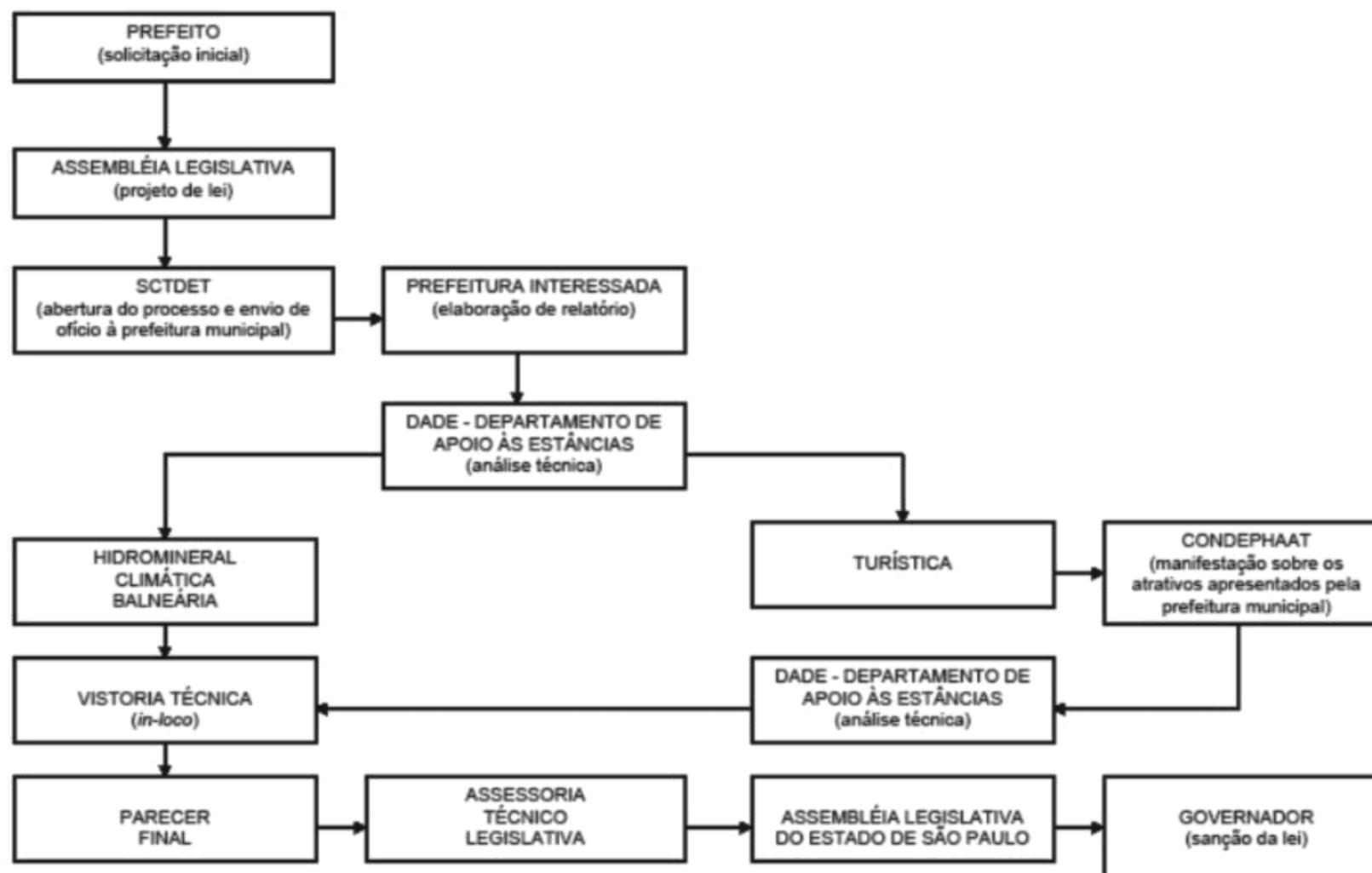


Figura 4 – Processo para Classificação de Estância
 Fonte: Manual do Dade

3.3 As Estâncias Paulistas

O Estado de São Paulo possui 645 municípios. Destes, 70 são Estâncias (entre turísticas, climáticas, balneárias e hidrominerais). Sendo assim, mais de 10% dos municípios do Estado são Estâncias, o que explica as atuais dificuldades de um município obter o título. Quanto as suas localizações, de uma forma geral, “não há uma homogeneidade, tendo em vista a flexibilidade no que diz respeito às suas características regionais, culturais e climáticas, dentro do conceito histórico-estadual” (OLIVEIRA, 2003, p. 111).

Segundo Pupo (1974), o fator determinante para a criação das Estâncias paulistas foi o termalismo.

O termalismo, expressão adotada internacionalmente, compreende técnicas de tratamento médico baseado em fenômenos naturais: a crenoterapia é o tratamento pelas águas minerais nas estâncias hidrominerais, o climatismo é o tratamento pelo clima nas estâncias climáticas, a talassoterapia é o tratamento pela água do mar nas estâncias balneárias (PUPO, 1974, p 51).

Se antigamente esta era a grande motivação para o deslocamento dos turistas, hoje a maior parte destes procuram estas localidades pelas mais diversas razões como: descanso, lazer, contato com a natureza entre outros.

Atualmente, os próprios órgãos do Estado definem outras características como sendo “determinantes” para a existência das Estâncias, como quando diz que determinadas localidades são Estância “pois oferecem condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Além disso, a cidade também tem de ter infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para qualificação” (Portal do Governo do Estado de São Paulo). Não há referência sobre tratamentos medicinais.

Tabela 6 - Relação das Estâncias Paulistas

Estâncias	Números Absolutos	Porcentagem
Balneárias	15	22,5
Climáticas	12	18
Hidrominerais	11	16,5
Turísticas	29	43
Total	67	100

Fonte: Elaborada pela autora.

3.3.1 Estâncias Balneárias



Figura 5 - Localização das Estâncias Balneárias do Estado de São Paulo

As Estâncias Balneárias estão localizadas em 15 municípios e equivalem a 22,5% do total das Estâncias. Elas estão distribuídas ao longo de todo o litoral paulista. Nos 622 km de extensão é possível notar a riqueza das belezas naturais. Esta extensão possui os mais diversos tipos de praias (desertas, badaladas, de águas mansas ou próprias para práticas de esportes como o surf, por exemplo), ilhas, grutas, rios que desembocam no mar e uma imensa biodiversidade de ecossistema.

Para a solicitação do título de Estância Balneária, um relatório deverá ser enviado ao DADE, contendo os seguintes itens:

- a) informar sobre a existência, no município, de praia para o mar não se considerando como tal orla marítima constituída exclusivamente de rocha viva;
- b) informar sobre as águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição, anexando na normalidade, o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- c) informar sobre a existência de abastecimento regular de água potável, capaz de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nos períodos de maior afluxo de turistas, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;

- d) informar sobre o ar atmosférico cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- e) apresentar descrição sucinta dos principais atrativos turísticos existentes no município, com indicação das respectivas localizações.
- f) Anexar mapa cartográfico ou planta de faixa litorânea, contendo a denominação das praias existentes no município (DADE, p.8).

A Tabela 7 apresenta a relação destas Estâncias:

Tabela 7 - Relação das Estâncias Balneárias Paulistas

Municípios	Principais Atrativos
Bertioga	Forte São João, Itatinga, praias.
Cananéia	Argolões de Bronze, Ilha do Cardoso, Museu da Base de Pesquisas do Instituto Oceanográfico, Núcleo Urbano.
Caraguatatuba	Árvore Gigante, Mirante do Santo Antonio, Praias, Relógio do Sol.
Guarujá	Morro da Península, Morro do Sorocotuba, Morro Maluf, Praias.
Iguape	Não informado
Ilha Comprida	Não informado
Ilhabela	Não informado
Itanhaém	Não informado
Mongaguá	Não informado
Peruíbe	Não informado
Praia Grande	Não informado
Santos	Não informado
São Sebastião	Não informado
São Vicente	Não informado
Ubatuba	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora. Dados obtidos na Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo.

3.3.2 Estâncias Climáticas

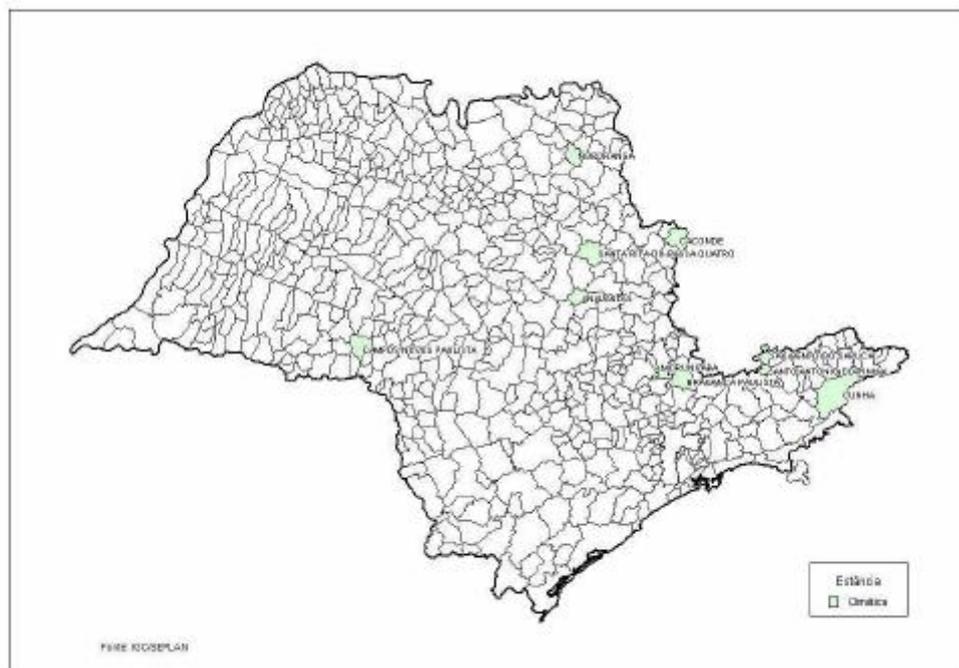


Figura 6 - Localização das Estâncias Climáticas do Estado de São Paulo

As Estâncias Climáticas estão localizadas em 12 municípios e equivalem a 18% do total das Estâncias. A grande maioria delas está localizada em regiões serranas do Estado e possuem como principais atrativos “piscinas de água medicinal, fontes de água radioativas, serra, mirantes e parques naturais” (Portal do Governo do Estado de São Paulo).

Para a solicitação do título de Estância Climática, deverá ser enviado ao DADE, relatório contendo os seguintes itens:

- a) informar sobre a existência, no município, de posto meteorológico instalado e em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos, operado por entidades especializadas oficiais, cujos resultados médios se enquadrem dentro das características citadas anteriormente.
 - Anexar comprovante expedido por entidade especializada oficial, referente a observações meteorológicas procedidas no município.
- b) informar sobre as águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição, anexando na normalidade, o comprovante, expedido por entidade especializada oficial;
- c) informar sobre a existência de abastecimento regular de água potável, capaz de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nos períodos

de maior afluxo de turistas, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;

- d) informar sobre o ar atmosférico cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- e) apresentar descrição sucinta dos principais atrativos turísticos existentes no município, com indicação das respectivas localizações (DADE, p.7).

A seguir, na Tabela 8, está a relação destas Estâncias.

Tabela 8 - Relação das Estâncias Climáticas Paulistas

Municípios	Principais Atrativos
Analândia	Cachoeira da Bocaina, Cuscuzeiro, Grande Canyon Bocaina, Ponte Amarela.
Atibaia	Estações de Via Sacra, Museu Ferroviário Dinâmica, Pedra Grande, Represa da Usina.
Bragança Paulista	Não informado
Caconde	Lago Usina Caconde, Parque Prainha, Praça do Mirante.
Campos do Jordão	Bondinho, Morro do Elefante, Museu “Casa da Xilografura”, Pedra do Baú, Trem Turístico e Bonde Urbano.
Campos Novos Paulista	Não informado
Cunha	Casa do Artesão, Parque estadual da serra do Mar, Pedra da Macela
Morungaba	Não informado
Nuporanga	Não informado
Santa Rita do Passa Quatro	Não informado
Santo Antonio do Pinhal	Não informado
São Bento do Sapucaí	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora. Dados obtidos na Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo.

3.3.3 Estâncias Hidrominerais

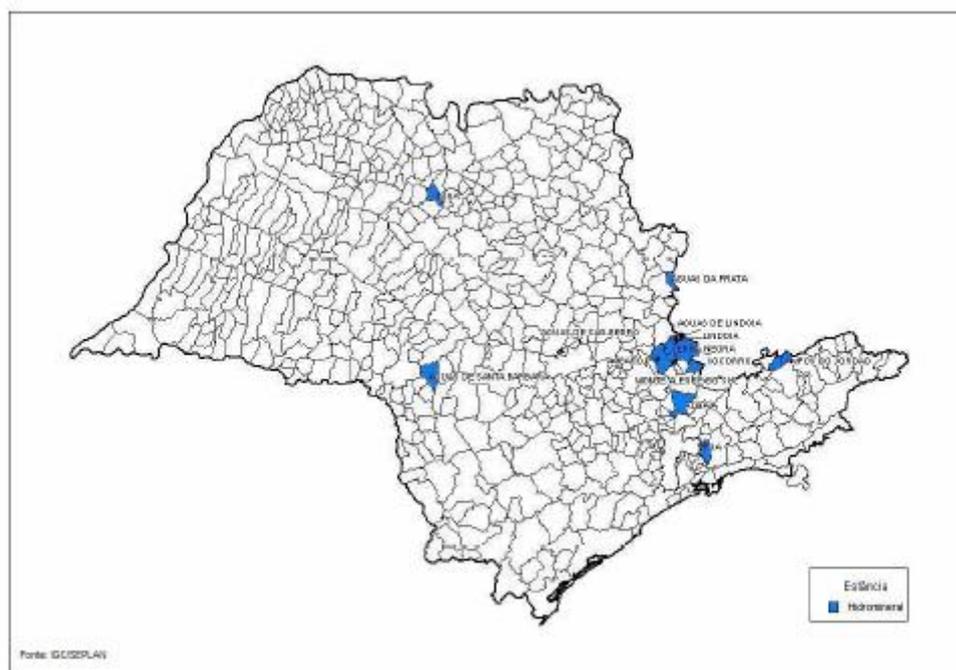


Figura 7 - Localização das Estâncias Hidrominerais do Estado de São Paulo

As Estâncias Hidrominerais são encontradas em 11 municípios e respondem por 16,5% do total das Estâncias. Estas Estâncias estão espalhadas pelo Estado e “sua formação histórica se deve principalmente aos caminhos do ouro no século XVII e pesquisadores e viajantes que encontravam nestas áreas espaço para repouso e cura de seus males junto às águas” (FONSECA, 2006, p 47).

Os principais atrativos deste tipo de Estância são os “museus, monumentos históricos, balneários, represas, cachoeiras, parques ecológicos, banhos em piscinas de águas medicinais e trilhas” (Portal do Governo do Estado de São Paulo).

Para a solicitação do título de Estância Hidromineral, deverá ser enviado ao DADE, relatório contendo os seguintes itens:

- a) informar sobre a localização, no município, de fonte de água mineral, natural ou artificialmente captada devidamente legalizada por decreto de concessão de lavra expedido pelo Governo Federal, com vazão mínima de 96.000 litros por vinte e quatro horas.

Quando existirem no município fontes de água mineral com análises químicas e físico-químicas semelhantes segundo classificação estabelecida pelo Código de Águas Minerais Decreto-Lei Federal nº 7.841, de 8 de agosto de 1946, poderão ser somadas as

respectivas vazões, para a apuração do requisito mínimo previsto na legislação em vigor.

- anexar a reprodução integral e autenticada, ou publicação oficial, do decreto de concessão de lavra da fonte ou fontes existentes no município.

- anexar resultados completos de análises químicas e físico-químicas das respectivas águas minerais, procedidas por órgão oficial competente;

- b) informar sobre a existência, no município de balneário de uso público para tratamento crenoterápico segundo a natureza das águas e cuja edificação e funcionamento deverão enquadrar-se dentro dos padrões e normas fixados no Decreto nº 20/72.

O Referido balneário deverá estar localizado em território do município e ser abastecido por uma ou mais emergências de água mineral, devidamente legalizadas, cujas vazões atinjam o mínimo de 96.000 litros por vinte e quatro horas. Além disso deve-se:

- anexar comprovante relativo ao resultado das medidas de vazão das respectivas fontes de água mineral, observando o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 3º do Decreto nº 20/72.

- anexar planta na escala de 1:100 do balneário de uso público existente no município, para tratamento crenoterápico, acompanhada de memorial descritivo;

- c) informar sobre as águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição, anexando na normalidade, o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- d) informar sobre a existência de abastecimento regular de água potável, capaz de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nos períodos de maior afluxo de turistas, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- e) informar sobre o ar atmosférico cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo

impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial; e

- f) apresentar descrição sucinta dos principais atrativos turísticos existentes no município, com indicação das respectivas localizações (DADE, p.5 e 6).

A seguir, na Tabela 9, está a relação destas Estâncias:

Tabela 9 - Relação das Estâncias Hidrominerais Paulistas

Municípios	Principais Atrativos
Amparo	Fazenda Atalaia, Mundão das trilhas, Sítio Duas Cachoeiras
Águas da Prata	Cristo Redentor, Praça Basílio Ceschin, Praça da Bandeira
Águas de Lindóia	Balneário Termas de Lindóia, Morro Pelado, Thermas regional
Águas de Santa Bárbara	Não informado
Águas de São Pedro	Balneário Municipal Dr. Octávio Moura Andrade, Biblioteca Municipal, Capela Nossa senhora Aparecida, Casa do Fundador da Estância entre outros.
Ibirá	Não informado
Lindóia	Cristo Redentor e Morro do Mosquito, Garrafa, Ponte de Arco, Praças Municipais e Rio do Peixe.
Monte Alegre do Sul	Não informado
Poá	Não informado
Serra Negra	Não informado
Socorro	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora. Dados obtidos na Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo.

3.3.4 Estâncias Turísticas

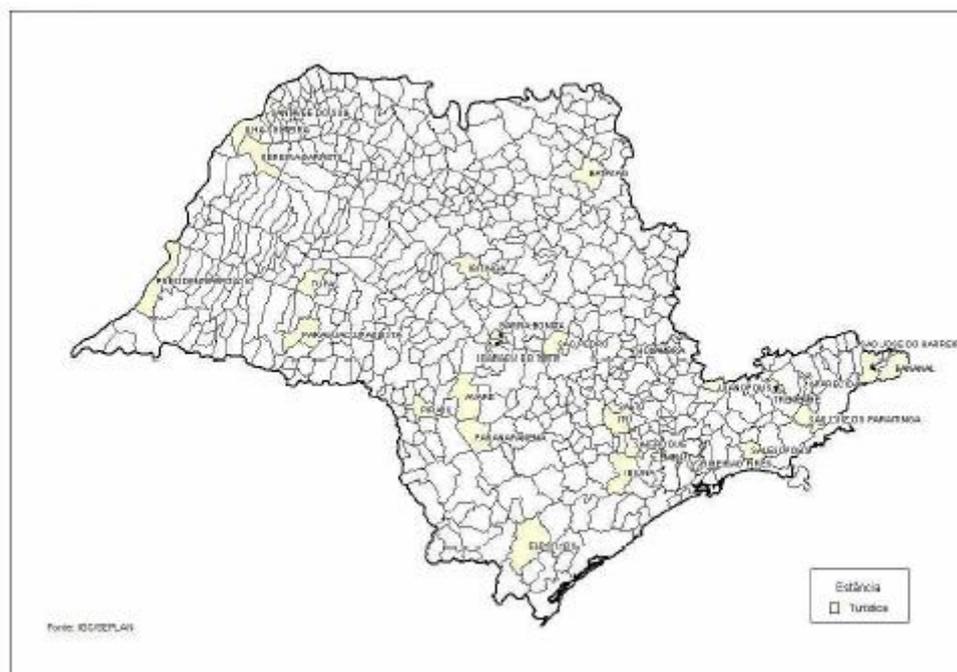


Figura 8 - Localização das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo

As Estâncias Turísticas estão situadas em 29 municípios e representam 43% do total das Estâncias. Apesar desta categoria de Estância ter sido criada cinco anos após as demais, é a que possui mais municípios com este título.

Para a solicitação do título de Estância Turística, deverá ser enviado ao DADE, relatório contendo os seguintes itens:

- a) Informar quais os atrativos turísticos do município, de natureza histórica, artística ou religiosa, bem como dos recursos naturais e paisagísticos existentes, especificando para cada um, as seguintes informações:
 - descrição do atrativo e sua área de uso público,
 - localização do atrativo,
 - propriedade do atrativo,
 - condições de acesso do público,
 - infra-estrutura turística existente;
- b) informar se as águas de qualquer natureza, de uso público no município, tais como: rios, lagos, represas etc., inclusive as de abastecimento de água, não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição, anexando o comprovante, expedido por entidade especializada oficial;

- c) informar sobre o abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nas épocas de maior fluxo de turistas, anexando os comprovantes respectivos, expedidos por entidades especializadas oficiais, de que o município atende aos padrões mínimos indispensáveis;
- d) informar sobre o ar atmosférico cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, anexando o comprovante expedido por entidade especializada oficial;
- e) informar sobre as unidades hoteleiras registradas no cadastro da Prefeitura, indicando em cada caso:
- nome do estabelecimento
 - número de apartamentos e/ou quartos,
 - número total de leitos, e
 - se o estabelecimento opera com diária completa ou apenas pernoite com café da manhã,
- f) informar quais são as áreas de lazer e recreação existentes no município, bem como jardins ou bosques, para passeio público, indicando para cada caso:
- se de uso público;
 - nome, se houver;
 - área aproximada;
 - localização; e
 - equipamentos existentes.

A seguir, na Tabela 10, está a relação destas Estâncias.

Tabela 10 - Relação das Estâncias Turísticas Paulistas

Municípios	Principais Atrativos
Aparecida	Basílica Nacional de Aparecida, Basílica Velha, Igreja de São Benedito e Relógio das Flores.
Avaré	Barracão Reciclarte, Cachoeira Bela Vista, Cachoeira Bela Vista, Cachoeira da Liberdade entre outros.
Bananal	Cachoeira da Usina Bocaina, Estação Ecológica de bananal, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Serra da Bocaina.
Barra Bonita	Hidroelétrica e Eclusa de Barra Bonita, Igreja de São José.
Batatais	Não informado
Eldorado	Caverna do Diabo, Ivaporunduva, Mirante do Bulha, Salto Encantado.
Embu	Cidade das Abelhas, Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, Museu Histórico, Folclórico e Artístico.
Holambra	Não informado
Ibitinga	Praças, Matriz do Senhor Bom Jesus, Pantaninho.
Ibiúna	Grutas de São Sebastião, Lages do Descalvado, Represa de Itupararanga,
Igaraçu do Tietê	Não informado
Ilha Solteira	Não informado
Itu	Casa Imperial, Conjunto Arquitetônico do Séc. XIX, Cruzeiro de São Francisco, Fabrica São Luiz entre outras.
Joanópolis	Não informado
Paraguaçu Paulista	Não informado
Paranapanema	Barco Jóia Rara, Caminho dos Tropeiros, Centro Cultural Momentum, Estação Ecológica entre outros.
Pereira Barreto	Casa de Cultura Aristeu Moreira, Gojú-no-tô, Praça Carlos Katu, Praia Pôr-do-Sol, relógio de 4 faces e Velha Praça.
Piraju	Não informado
Presidente Epitácio	Não informado
Ribeirão Pires	Não informado
Salesópolis	Cachoeira de Lagoinha e Trilha de Pirapitinga.
Salto	Não informado
Santa Fé do Sul	Não informado
São José do Barreiro	Não informado
São Luiz do Paraitinga	Arborismo 90°, Cachoeira, Trilha da Pirapitinga.
São Pedro	Não informado
São Roque	Não informado
Tremembé	Não informado
Tupã	Não informado

Fonte: Elaborada pela autora. Dados obtidos na Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo.

Os dados das quatro Tabelas apresentados anteriormente, onde constam à relação das Estâncias e os principais atrativos de cada uma, foram obtidos no site da Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo.

Observa-se que, até o momento, este é o único meio de divulgação digital onde é possível pesquisar sobre todos os municípios Estância. Porém, mais da metade das Estâncias não informam nada sobre seus atrativos, outras, como por exemplo, Ibitinga coloca informações confusas e em duplicidade (consta no site: “as praças de Ibitinga, Ecologia, Matriz do Senhor Bom Jesus, Matriz do Senhor Bom Jesus, Pantaninho, Praças.”) ou ainda, o caso de Campos do Jordão que cita como atrativo a Pedra do Baú que, na verdade, fica localizada na Estância Climática de São Bento do Sapucaí.

3.4 Benefícios e Repasses de Verbas

O interesse demonstrado por inúmeros municípios de se transformar em Estâncias advém dos benefícios diretos e indiretos adquiridos com a obtenção do título.

Os benefícios diretos oferecido aos municípios classificados como Estância são os repasses de verbas “nunca inferior a dez por cento da totalidade da arrecadação dos impostos municipais destas estâncias, no exercício imediatamente anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos” (Emenda Constitucional n.º 4, 1808/12/1996). Para que este repasse seja efetivado é necessário que o município Estância cumpra com prazos e apresente projetos relacionados com o desenvolvimento turístico do município.

O valor do repasse é calculado com base na “Declaração da Receita Tributária Própria Municipal - DREMU”, compondo-se de:

- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- imposto sobre a transmissão de bens móveis;
- imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- imposto sobre serviço de qualquer natureza (FONSECA, 2006, p.51).

Independente de o município ser ou não Estância, o repasse dos impostos feito pela União e pelos estados se dá da seguinte forma:

No Brasil, os impostos arrecadados por meio da União e dos estados são repassados parcialmente para os municípios. Esse percentual de repasse de verba vincula-se ao valor arrecadado pelo próprio município. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, em seu Título VI – da Tributação e do Orçamento -, a transferência da União para os municípios é de 22,5% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto de Produtos Industrializados (IPI). A transferência dos estados para os municípios é de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de 50% do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Os impostos sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) são cobrados pelo próprio município (OLIVEIRA, 2003, p.110).

Conforme o exposto, os municípios que arrecadam menos impostos, recebem, conseqüentemente, menos verbas. Sendo assim, os municípios com características especiais, como as Estâncias, que não podem ter grande número de indústrias e serviços, visando à preservação e a manutenção do que as torna especial, são prejudicados com relação aos outros municípios. Para compensar as disparidades no orçamento financeiro e promover a preservação destas cidades, é proposto então este repasse “extra” aos municípios Estâncias (OLIVEIRA, 2003, p.111).

CAPÍTULO IV – SALTO

4.1 Histórico do Município

Segundo autores que estudaram a região, os primeiros habitantes eram índios Guaianás ou Guaianazes (do tronco Tupi-Guarani) relativos ao século XII (CASTELLARI, p 120, 1971 e LIBERALESSO, p. 25, 2000). Porém, recentemente, foram encontrados objetos que comprovam a existência destes índios na região entre 500 e 2.000 anos atrás. De acordo com a arqueóloga Silvia Maranca, é necessário desenvolver estudos sobre a região, uma vez que “a pré-história de Salto e Itu, é muito pouco conhecida” (TAPERÁ, 17.mai.97, capa e TAPERÁ, 05.jul.2003, capa e p.5).

Estes objetos, encontrados no território que hoje delimita o município de Salto, comprovam a existência e a fixação destes índios na região muito provavelmente devido a suas características geográficas (presença de ribeirões e rios), por ter, assim, garantida a sua sobrevivência graças às condições de caça e pesca.

A colonização brasileira foi marcada pela tentativa de dominação à nossas riquezas naturais e aos índios. Como não poderia ser diferente, na região que englobava Salto, na época denominada “Campos de Pirapitingui”, houve grandes conflitos entre portugueses e indígenas, que tinham a intenção de “transformá-los em mão-de-obra para a lavoura de cana-de-açúcar” (Painel do Museu da Cidade de Salto). No site oficial da cidade é citado que: os índios “foram repelidos ou aprisionados nas investidas das primeiras bandeiras paulistas, que os levaram para abastecer de mão-de-obra as roças nas vilas do planalto” (Site Oficial da Estância Turística de Salto).

O Rio Tietê foi responsável pela forma como a colonização paulista ocorreu. Ele foi um “indicador natural de caminhos para exploradores, missionários e autoridades coloniais” (Site Oficial da Estância Turística de Salto).

Durante o século XVIII, desbravadores em busca do ouro utilizaram-se do Rio Tietê como meio de transporte. A princípio, o Rio era navegável e possuía águas mansas, porém após alguns dias começou a surgir pedras e quedas d’águas o que o tornaram inavegável (SEBRAE, 2000, p. 9).

Devido a estas características fisiográficas, os bandeirantes eram obrigados a trilharem percursos com as canoas nas costas, e assim foi criado um caminho paralelo (SEBRAE, 2000, p. 19). Segundo Liberalesso, ocorreu um “suceder de expedições que,

chefiadas por quase todos os nossos mais conhecidos bandeirantes, fundaram povoados rio abaixo e alargaram os horizontes do Brasil, anulando na prática tratados e acordos entre Portugal e Espanha” (LIBERALESSO, p. 20, 2000).

As dificuldades encontradas (doenças tropicais, fome, necessidade de alimentos, fadiga...) e a incerteza do que encontraria pela frente, fizeram com que muitos destes desbravadores desistissem e assim foram criados vilarejos em torno do caminho. Este capítulo da história foi narrado pelo cineasta saltense Anselmo Duarte:

[...] Muitos anos foram necessários para vencerem este penoso trecho, até encontrarem um local, de águas mansas, que os levariam até o sonhado Eldorado, Cuiabá, onde se encontrava o Ouro. Deixavam atrás os que, cansados e desiludidos com a louca aventura, foram ficando, formando pequenos povoados [...] (SEBRAE, 2000, p.9)

A região de estudo era inicialmente a cidade de Santana do Parnaíba e aos poucos suas terras foram desmembradas entre Porto Feliz, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Itu e Salto (Salto sendo desmembrada de Itu).

O atual território de Salto era uma propriedade particular do município de Itu. Seu proprietário, o capitão Antônio Vieira Tavares (sobrinho de Raposo Tavares) e sua esposa Maria Leite (filha de Manoel Borba Gato) mudaram-se para esta localidade denominada sítio “Cachoeira”, que foi adquirida por cartas-escrituras de sesmarias, aproximadamente em 1600 (LIBERALESSO, 2000, p. 26).

Antônio Vieira Tavares obteve autorização para construir uma igreja em sua fazenda argumentando sobre a grande distância “(...) e a travessia que tinham que fazer, de um largo rio - o Tietê – dificultavam a ele, à sua mulher e a seus agregados a assistência à missa aos domingos e dias santos. Acrescia a tudo isso, o fato de ele estar sofrendo, àquela época, de grave enfermidade” (LIBERALESSO, 2000, p. 26).

A igreja foi construída em aproximadamente três anos. “Suas paredes de ‘taipa’ foram solidamente feitas por braços de escravos e gentios da terra (...) Seu frontispício sem torre, de estilo seiscentista era de uma linha simples que a tornava encantadora. Na fachada lateral esquerda achava-se o sineiro, composto de quatro sinos pequenos” (CASTELLARI, 1971, p 11).

A primeira celebração data de 16 de junho de 1698, foi considerada como a fundação de Salto (na época, Salto de Itu) e o capitão, como seu fundador (Painel do Museu da Cidade de Salto).

4.2 Origem do Nome



Figura 9 - Queda d'água do rio Tietê
Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Salto, sem data.

O nome da cidade originou-se do que também é considerado o atrativo turístico mais antigo do município: a grande queda d'água do Rio Tietê.

Salto foi elevado à categoria de cidade de acordo com a “Lei Estadual nº. 1.038, de 19 de dezembro de 1906”, porém continuava a chamar-se Salto de Itu (LIBERALESSO, 2000, p. 144).

Foram anos de tentativas para que o nome do município fosse simplificado para apenas “Salto”. O principal argumento dos defensores desta idéia “era o que condenava o pleonasma que o nome ‘Salto de Ytu’ representava (Ytu em tupi quer dizer a água que cai, o salto, a queda d'água, a cachoeira). Portanto ‘Salto’ e ‘Ytu’ possuem o mesmo significado” (TAPERÁ, jun.98, p.6).

Também era utilizado como argumento o fato de que todas as correspondências endereçadas à saltenses fossem entregues primeiramente em Itu. “Além disso, o admirável desenvolvimento alcançado pela nova cidade na primeira década deste século, inverteu a situação e fez com que ela se tornasse mais progressista que a vizinha Itu” (TAPERÁ, jun.98, p.6).

Devido às dificuldades encontradas na tentativa de simplificação do nome, chegou-se a cogitar a sua troca, como uma maneira de alcançar algum êxito, conforme Liberalesso cita:

Como as dificuldades de apenas simplificar-se o nome da cidade eternizavam-se, criavam polêmicas, irritavam, algumas pessoas acreditaram que trocar, simplesmente (estava escrito assim e não, simplesmente), o nome da cidade poderia ser mais fácil e rápido. Assim, sugeria-se que Salto passasse a chamar-se 'Itaguassu', por exemplo (LIBERALESSO, 2000, p. 164).

Em 1917, o prefeito e o presidente da Câmara Municipal apresentaram novamente os argumentos já citados e mencionaram vários itens que evidenciavam o progresso da cidade, dados que, “não mais permitiam que Salto fosse julgada como sendo um subúrbio da velha e tradicional cidade de Itu” (TAPERÁ, jun.98, p.6).

Com esta iniciativa, de acordo com a Lei nº. 1.593, de 29 de dezembro de 1917, Salto de Itu passou a chamar-se apenas Salto.

Apesar de esta mudança ter ocorrido a mais de 90 anos, ainda é comum a confusão com o nome da cidade (TAPERÁ, 10.ago.96, p.3).

Outro fato interessante é que, em 2005, durante a elaboração do plano diretor, foram consultados alguns grupos da sociedade civil, os quais acabaram sugerindo a mudança do nome da cidade para “Salto das Águas” (TAPERÁ, 20.ago.2005, p. 5). Isto demonstra que, mesmo depois de anos tentando a alteração do nome, ainda há extratos da sociedade civil que não estão satisfeitos com o nome da cidade. Este tipo de desejo, juntamente com a ofensa que muitos saltenses sentem ao ser pronunciado “Salto de Itu”¹⁰, pode indicar a busca de identidade da população Saltense.

4.3 Industrialização e Imigração

Em mais um setor, o rio Tietê, ou melhor, a cachoeira do rio Tietê (a mesma que dá nome a cidade), foi decisiva para Salto: o econômico. A chegada da ferrovia foi outro fator preponderante para o desenvolvimento industrial saltense.

Salto passa de município tipicamente agrário para industrial (a cultura da cana-de-açúcar e posteriormente a do café proporcionaram a concentração de capital que levou a investimentos na área industrial). As indústrias chegam “a Salto em 1875, com tecnologia estrangeira e é estrategicamente construída às margens do rio Tietê para a

¹⁰ Em matéria ao jornal Taperá, sob o título “‘Salto de Itu’: Ofensa para muitos saltenses”, são citados vários casos que relatam a insatisfação de saltenses quando ocorre a troca do nome do município. (TAPERÁ, 10.ago.96, p.3).

captação de energia hidráulica. Tal energia foi determinante para a instalação das primeiras indústrias (...)” (KREIDLORO, 2007, p. 18).

Fábricas, principalmente têxteis, foram construídas ao redor das margens do rio Tietê. Conforme cita Martini e Kuhl:

O potencial hidráulico dos desníveis e cachoeiras do rio Tietê nas imediações da cidade de Salto permitiu no final do século passado a instalação de três indústrias no município, que utilizavam a força mecânica desse recurso hídrico para movimentar eixos e polias que colocavam em funcionamento sua maquinaria. À margem direita estavam a Fiação Júpiter (1875) e a Tecelagem Fortuna (1882) e à margem esquerda, a Fabrica de papel Melchert (1889) (MARTINI e KUHL, 2000, p. 16).

O interessante a ser observado é o pioneirismo que envolve estas três empresas. Salto ainda era iluminada por lampiões quando as fábricas começaram a utilizar a energia produzida pela usina das Lavras. A energia empregada na iluminação da vila operária e nas instalações das fábricas mudou as relações de trabalho existentes na época com o aumento dos turnos de trabalho para até às 21h (DINIZ e FERRARI, 1992, p.49).

No início do século XX (especificamente em 1919), foi criada a empresa Brasital, com a incorporação das fábricas Júpiter e Fortuna pela empresa italiana *Società per L'Esportazione e per L'Industria Ítalo Americana* (Site Oficial da Estância Turística de Salto). “A partir deste momento a empresa passou a ser formada por acionistas brasileiros e italianos” (KREIDLORO, 2007, p.17).

A fábrica que chegou a empregar 1.300 funcionários, quando a população do município era de 5.000 moradores (Site Oficial da Estância Turística de Salto). Era dono de extensa área construída, tendo até mesmo um teleférico para facilitar a comunicação e o transporte dentro da empresa, que era separada pelo rio Tietê. Modificou fisicamente, com suas construções arquitetônicas, e socialmente, ao incentivar a imigração, novos costumes e tradições.

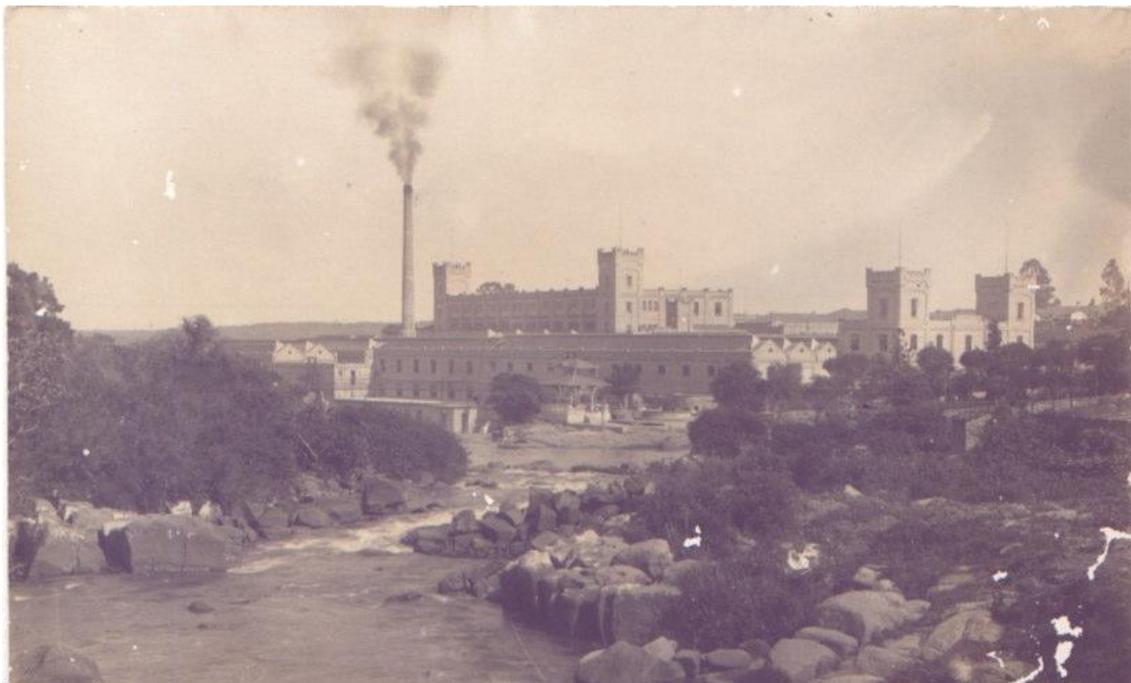


Figura 10 – Cartão Postal com foto da Brasital

Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Salto. 1929

Segundo Diniz e Ferrari (1992, p. 52), os principais traços que definem o retrato da cidade são de responsabilidade da “arquitetura da Brasital”, fixando uma imagem única de Salto.

Além da imensa fábrica de tecidos, a Brasital também foi responsável pela construção de uma vila operária, uma creche para os filhos dos operários e uma distribuidora de alimentos.

Entre as casas construídas estão:

“1920 – 1924: Treze chalés para mestres e contramestres.

1920 – 1925: Duzentas e quarenta e quatro casas da vila operária Brasital.

1924 – 1927: Vinte casas no Porto Góes.

1945 – 1946: Oito casas na barra do Tietê” (KREIDLORO, 2007, p.17).



Figura 11 - Uma das esquinas da Vila Operária Brasital
Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Salto, 1940.

Por causa dos benefícios oferecidos, a Brasital ficou conhecida como a “mãe dos saltenses” (Site Oficial da Estância Turística de Salto). Apesar de todas as ações serem com um único objetivo: acumulação de capital.

Segundo Kreidloro, “outras indústrias, instaladas nas décadas de 1950 a 1970, em sua maioria, multinacionais, compõem o novo cenário e por elas, a industrialização fez-se perdurar” (KREIDLORO, 2007, p.19). Dada à concentração de indústrias, Salto recebe o apelido de “Pequena Manchester Paulista”, em referência ao centro industrial britânico (Site Oficial da Estância Turística de Salto).

Com relação à mão-de-obra, as primeiras fábricas saltenses eram formadas “pelo trabalhador livre nacional, com destaque para a presença de mulheres e crianças nas fábricas de tecidos. Nos últimos anos do século 19, o imigrante, principalmente o italiano, passou a compor este quadro. Em 1901, este ultrapassou, numericamente, aquele primeiro trabalhador” (Painel do Museu da Cidade de Salto).

Por causa da crescente industrialização, entre o fim do século XIX e início do século XX, os estrangeiros se estabeleceram em Salto. De acordo com levantamento feito pela pesquisadora Cláudia Kreidloro, entre os Registros de Estrangeiros¹¹, consta que: 59,01% eram italianos, 18,38% eram espanhóis, 4,68% eram japoneses, 3,51% eram portugueses, 2,92% eram iugoslavos e 11,40% eram imigrantes de outras nacionalidades: alemães, argentinos, armênios, austríacos, búlgaros, norte-americanos, gregos, húngaros, libaneses, lituanos, poloneses, romenos, russos, sírios, suíços e uruguaios (KREIDLORO, 2007, p.20).

¹¹ Os Registros de Estrangeiros originaram-se do decreto-lei nº. 406, de 04 de maio de 1938, regulamentado pelo decreto lei nº. 3.010, de 20 de agosto. Este decreto determinava que todo estrangeiro devesse registrar-se na delegacia de polícia do seu município.

No site oficial da cidade, é citado que houve “aporte de trabalhadores europeus, desviados em parte da lavoura do café e de outros produtos. No caso saltense, foram sobretudo italianos, atraídos em grande número pelas tecelagens, mas fixando-se também em pequenas propriedades rurais e no comércio miúdo pela cidade”.

Kreidloro cita especificamente sobre a magnitude dos imigrantes italianos, que segundo ela se sobressaem “por haver na cidade força econômica e política centrada na Indústria de Tecidos Brasital através de doações em dinheiro para várias instituições, como igreja católica, a escola italiana, o clube de esportes, a banda italiana e outras manifestações que contribuíram à ideologia importada da Itália” (KREIDLORO, 2007, p.22).

Esta força econômica e política citada pela autora são notadas até os dias atuais. Um grande exemplo disto é o Museu da Cidade de Salto, onde a grande maioria de referências históricas é feita em torno da Brasital e da comunidade italiana, esquecendo-se dos outros imigrantes e o mais agravante, da própria população saltense¹².

Segundo dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), Salto permaneceu como cidade tipicamente industrial até 2003, quando o setor de serviços gerou R\$ 420 milhões e o industrial R\$ 411 milhões (TAPERÁ, 19.nov.2005, capa).

4.4 Histórico e Precedentes do Turismo em Salto

A tentativa de obter benefícios advindos do turismo em Salto é tão antiga quanto à fundação da cidade. Segundo matéria do Jornal Taperá, “trazer gente para ver o ‘Ytuguaçu’ e aqui deixar alguns caraminguás, em troca de modesta hospedagem ao pé de nossa queda d’água e ainda levar um alforje de rapadura, é coisa que, por certo, vem dos tempos do Capitão-fundador” (TAPERÁ, 10.jul.99, p. 2).

A bela cachoeira, desde então, atraía turistas e ajudava a movimentar a economia do município. Considerada o primeiro atrativo turístico de Salto, foi fundamental para a construção do primeiro hotel da cidade.

Além da cachoeira, são mencionados outros pontos de atração para a época, conforme é citado: “Porque não era só a queda d’água, mas também a ‘barra’ próxima,

¹² Este tema é profundamente estudado na dissertação de mestrado de Kreidloro, Claudia Aparecida, “Museu da Cidade de Salto: Política Cultural e Educação”.

mas também a fauna rica, abundante, não só nas límpidas águas, como nas verdes matas e, mais ainda no céu azul, riscado no alvorecer e no entardecer, de nuvens com milhares de negros e barulhentos taperás” (TAPERÁ, 10.jul.99, p. 2).

O Hotel Saturno, primeiro hotel de Salto, na época considerado o maior e mais luxuoso do interior paulista (inaugurado em 1897), oferecia aos hóspedes:

- Salão de festas, onde se apresentavam grupos musicais e aconteciam serestas e saraus;

- Piano com caixa de música, que executava algo em torno de 20 músicas diferentes depois de depositada uma moeda de um vintém;

- Adega com bebidas importadas;

- Banheira em mármore branco de Carrara;

- Cozinha diferenciada: hotel mantinha jacarés em grande tanque de cimento com água corrente para serem servidos a grupos de apreciadores. O Hotel também possuía fábrica de gelos e açougue próprio;

- Chopeira trazida sob encomenda da Bavária;

- Estacionamento, que era uma grande novidade para a época. Eram oferecidos serviços de trole, puxados a mulas, à disposição dos viajantes que pretendessem conhecer a cidade (TAPERÁ, 16.ago.97, p. 2). Entre outros.

Sendo que, o principal serviço turístico oferecido pelo hotel e o mais divulgado nos meios de comunicação era o um passeio de barco feito nos rios Jundiaí e Tietê. Cujo roteiro era feito “rio acima até as corredeiras da ‘Pedra Chata’ e na volta, transpondo a barra, até a usina há poucos anos instalada nas ‘Lavras’, arriscando ainda uma rápida esticada às proximidades da cachoeira, no rio Tietê” (TAPERÁ, 25.jan.97, p.2).



Figura 12 - Hotel Saturno

Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Salto, início da década de 1970.

Este hotel promovia a divulgação de seus serviços e das belezas do município não apenas nos jornais brasileiros (São Paulo e Rio de Janeiro), mas também em algumas cidades da Itália (TAPERÁ, 25.jan.97, p.2).

Outro ponto importante da história do turismo no município é que o projeto de transformação de Salto em Estância Turística de autoria de Sylvio Martine não foi o primeiro a ser criado. O primeiro projeto de lei foi idealizado pelo Dr. Archimedes Lammoglia em 1979 (menos de dois anos após a criação desta categoria de Estância - 1977), que na época não foi aprovado, entre outros motivos, pela ausência de um hotel categoria três estrelas no município (TAPERÁ, jun.98, p.3). O que não deixou de ser uma grande ironia.

CAPÍTULO V – PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

5.1 Análise do Processo de Transformação do Município de Salto à Categoria de Estância Turística

Para a realização deste trabalho foi analisado, como fonte de dados, o processo 34218 de 06/05/1996 em que o DADE solicita manifestação do CONDEPHAAT quanto à elevação do Município de Salto à Estância Turística. Este processo se encerra com a manifestação do CONDEPHAAT.

O processo integral que transformou o município de Salto em Estância Turística não foi localizado. Existem duas cópias deste documento, uma deveria estar sob responsabilidade do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE e a outra sob a responsabilidade da Prefeitura do município.

No DADE foram feitas inúmeras tentativas. Todas em vão.

Paralelamente a isto, foi aberto um processo (nº. 003874 de 04/06/07) no protocolo da prefeitura da Estância Turística de Salto solicitando cópias dos documentos. A pessoa responsável procurou em todos os departamentos da prefeitura, porém, também não foi localizado.

Perante isto, foi procurado o CONDEPHAAT que é responsável pela avaliação e manifestação sobre os atrativos apresentados pela prefeitura municipal.

De acordo com este processo localizado no CONDEPHAAT, enquanto o mesmo ainda tramitava no DADE, foram citados pela prefeitura de Salto:

- 1) Os atrativos turísticos do Município, “de natureza histórica, artística ou religiosa, bem como dos recursos naturais e paisagísticos existentes” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 10, 1996). Sendo eles:
 - A. Cachoeira Salto de Itu (p.11, 1996).
 - B. Ponte Pênsil (p.13, 1996).
 - C. Concha Acústica (p.15, 1996).
 - D. Prédio da Indústria Brasital (p.17, 1996).
 - E. Ilha da Eletropaulo (p.19, 1996).
 - F. Ilha dos Amores (p.21, 1996).
 - G. Cine teatro Municipal Giuseppe Verdi e Museu Municipal (p.23, 1996).

- H. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte Serrat (p.28, 1996).
- I. Abadia de São Norberto (p.30, 1996).
- J. Cine Clube Anselmo Duarte (p.32, 1996).
- L. Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat (p.34, 1996).
- M. Parque das Lavras (p.36, 1996).
- N. Parque Rocha Moutonnée (p.43, 1996).
- O. Fabrica de Papel (p.48, 1996).
- P. Usina de Porto Góes. (p.49, 1996)
- Q. Galeria Municipal de Exposições (p.50, 1996).

2) “As áreas de lazer e recreação, bem como jardins ou bosques, para passeio público” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 10, 1996). Sendo elas:

- Parque do Lago (p.77, 1996).
- Praça XV de Novembro (p.82, 1996).
- Praça XVI de Junho (p.83, 1996).
- Calçadão (p.84, 1996).
- Praça Antonio Vieira Tavares (p.6, 1996).
- Biblioteca Municipal (p.88, 1996).
- Shopping Center Salto (p.89, 1996).
- Jardim Tropical (p.90, 1996).
- Centro Esportivo “João Luiz Guarda” (p.91, 1996).
- Ginásio Municipal de Esportes (p.91, 1996).
- Estádio Municipal Amadeu Mosca (p.92, 1996).
- Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari” (p.93, 1996).
- Igreja de São Benedito e Praça Fronteira (p.95, 1996).
- Premio Carlos Pousa de teatro amador (p.97, 1996).

Para ambos os casos foram citados no processo:

- Descrição e sua área de uso público,
- Localização,
- Propriedade,
- Condições de acesso ao público e

- Infra-estrutura turística existente.

Segue abaixo a descrição dos pontos turísticos mencionados no processo:

Cachoeira Salto de Itu

O principal ponto de observação deste atrativo está na Praça Archimedes Lammoglia (onde também se localizam outros dos atrativos listados abaixo, como: Jardim Tropical, Concha Acústica, Ilha dos Amores, Galeria Municipal de Exposições e Ponte Pênsil). Por causa da proximidade dos atrativos, esta região é chamada por alguns de “Complexo Turístico”, “Complexo da Cachoeira”, “Complexo da Concha” entre outros (TAPERÁ, 30.jun.2007, capa e p.8)

A queda d’água possui cerca de oito metros de altura, sendo a maior de toda a extensão do rio Tietê (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p3).

Mesmo com as espumas brancas da poluição, é uma cachoeira belíssima, considerada o primeiro atrativo da cidade, pois sempre motivou a visitação de pessoas de outras localidades.

Ponte Pênsil



Figura 13 – Ponte Pênsil

Fonte: Site Oficial da Estância Turística de Salto, 2007.

Este atrativo localizado na atual Praça Archimedes Lammoglia foi construído no início do século XX. Fins turísticos estavam longe de ser os objetivos desta ponte.

Sua construção foi realizada para sanar um problema que se estendeu por cerca de 30 anos. Com a instalação das tecelagens Júpiter e Fortuna (incorporadas na criação da indústria Brasital) os pescadores e as lavadeiras não tinham mais acesso ao Porto das Canoas, local onde realizavam suas atividades (TAPERÁ, jun.98, p.8).

A Ponte Pênsil, que possui quarenta metros de extensão e aproximadamente 30 metros de altura (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 13, 1996), oferece uma visão singular do rio Tietê, logo após a grande queda d'água, e desperta excitação aos que se encorajam a atravessá-la.

Concha Acústica

Também localizado na Praça Archimedes Lammoglia, a Concha Acústica é o local onde acontecem à maioria dos eventos ao ar livre.

Os eventos mais tradicionais são a encenação da Paixão de Cristo (o segundo maior do Brasil, segundo jornal Periscópio) e a Festa de Salto, no mês de setembro (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p3).

Prédio da Indústria Brasital

O prédio que abrigou a mais importante indústria da história da cidade foi erigido no século XIX.

A obra foi construída com um granito típico da região, o róseo, com estilo arquitetônico inglês, baseado em castelos medievais (Site Oficial da Estância Turística de Salto)

Fica localizado entre o rio Tietê e a Praça Antonio Vieira Tavares. Atualmente o prédio abriga uma instituição de ensino superior.

Ilha da Eletropaulo

Este atrativo é uma ilha artificial que foi construída entre os anos de 1924 e 1927 objetivando a criação de um canal para movimentar as turbinas da Usina Porto Góes. Com esta construção, a queda d'água do Rio Tietê se dividiu em duas partes, unindo-se novamente após gerar energia (TAPERÁ, 12.mai.2001, p.2).

A ilha possui dois alqueires de vegetação nativa e intocada sem possibilidades de acesso, podendo ser observada a partir da Ponte Pênsil (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 19, 1996).

Houve vários projetos e tentativas de se transformar esta área em parque, porém sem nenhum sucesso até o momento.

Ilha dos Amores

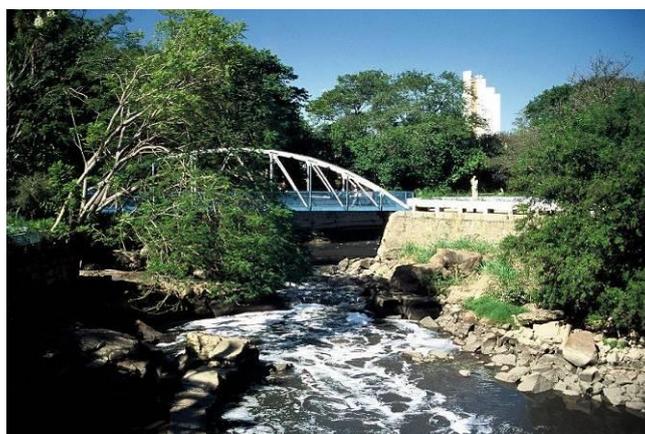


Figura 14 – Ilha dos Amores

Fonte: Site Oficial da Estância Turística de Salto.

Também localizada na Praça Archimedes Lammoglia, é uma pequena ilha que fica pouco antes da grande queda d'água. Atualmente existe na ilha a estátua de um casal em tamanho natural representando o amor.

Esta ilha já passou por diversas restaurações, sendo que, antes desta estátua, a ilha já teve coretos, chafarizes, tablados para bailes e até um minizoológico (TAPERÁ, 12.mai.2001, p.2).

Cine Teatro Municipal Giuseppe Verdi e Museu Municipal



Figura 15 – Museu da Cidade de Salto (Antigo Tear da Brasital)

Fonte: Arquivo da Autora.

Muito provavelmente estes dois itens foram colocados em um único tópico por estarem situados em dois blocos da mesma construção. A construção foi concluída no início do século XX pela Sociedade Italiana.

No Cine Teatro Giuseppe Verdi são apresentadas, além das peças teatrais, danças, palestras, debates e orquestras. Nos dias em que não ocorrem estas apresentações o museu se “transforma” no Cinema Paradiso. Este espaço é fundamental para garantia do título de “Capital Cultural da Região” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 23, 1996).

O Museu de Salto foi baseado no ecomuseu da cidade francesa de Creusot. A proposta do ecomuseu é fazer com que o visitante não fique restrito a um ambiente fechado, conhecendo os pontos históricos e culturais existentes em outros pontos da cidade. Em Salto foi utilizado o termo museu-percurso para designar este ecomuseu a fim de evitar possíveis confusões (KREIDLORO, 2007, p.26).

Na sede do museu, o eixo principal e gerador da organização do acervo e das reflexões foi o cotidiano do trabalho (KREIDLORO, 2007, p.26). Além da sede, o museu possui dois núcleos externos (Parque das Lavras e Parque Rocha Moutonnée) e dez pontos de referência, sendo eles:

01 – Ponte Pênsil, Rio Tietê, Hidrelétrica e o Mirante;

02 – Brasital;

03 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat, Urbanização e Fundação da Cidade;

04 – Jardim Público – Concha Acústica;

05 – Estação Ferroviária;

06 – Escola Tancredo Amaral;

- 07 – Vila Operária Brasital e os Quintalões;
- 08 – Clube de Regatas e Rio Jundiá;
- 09 – Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat e
- 10 – Praça XV de Novembro.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte Serrat

Foi ao redor da Igreja Matriz, considerada marco da fundação da cidade, que Salto se desenvolveu.

A atual igreja foi construída exatamente no mesmo local da original, atendendo ao pedido feito pelo Capitão Antonio Vieira Tavares de que a igreja se conservasse para sempre no mesmo lugar (Site do Museu). Inicialmente, a intenção era de apenas ampliar a igreja, fazendo com que a igreja original coubesse “inteirinha dentro da nova como um carro dentro de uma garagem”. Porém quando se iniciaram as obras, fendas foram se abrindo na antiga construção e esta idéia foi abandonada (TAPERÁ, 13.dez.97, p.2).

As duas igrejas possuem estilos arquitetônicos diferentes, a primeira igreja era simples, construída pelos escravos em taipa de pilão ao contrário da segunda, construída em 1935 por construtores italianos, em estilo romântico (KREIDLORO, 2007, p.42).

Abadia de São Norberto

Trata-se de uma construção iniciada por padres com o intuito de abrigar uma abadia. O local ficou abandonado por alguns anos, sendo posteriormente desapropriado pela Prefeitura Municipal.

O local, que possui 27.650 metros quadrados, foi utilizado para realização de rodeios, shows, feiras, entre outros (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 30, 1996) e atualmente abriga uma instituição de ensino superior.

Cine Clube Anselmo Duarte

Neste Cine Clube, construído em homenagem a Anselmo Duarte, são exibidos filmes mensalmente com a finalidade de estudos. A grande maioria de seu público é formado por estudantes de escolas locais (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 32, 1996).

Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat



Figura 16 – Monumento à Padroeira
Fonte: Site Oficial da Estância Turística de Salto.

Este monumento foi inaugurado em 1980 e hoje é considerado um dos principais atrativos da cidade (TAPERÁ, jun.98, p.10).

Edificado em homenagem a Nossa Senhora do Monte Serrat, é o maior monumento mariano do mundo e o segundo maior monumento religioso do Brasil (perdendo apenas para o Cristo Redentor) (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p10).

O monumento possui aproximadamente 30 metros de altura, sendo que é possível, utilizando uma escada em caracol que circunda a imagem, ao visitante chegar ao topo da mesma. Este “mirante” oferece bela vista de grande parte da cidade.

Dentro do monumento existe ainda uma capela e uma lanchonete.

Parque das Lavras



Figura 17 – Entrada do Parque das Lavras

Fonte: Arquivo da Autora.

A usina das Lavras foi a segunda construída as margens do rio Tietê, sendo inaugurada em 1906.

Após anos de abandono, a prefeitura adquiriu a área em 1971 e transformou o local no Parque das Lavras. Este Parque permite ao visitante, a “exploração da história da energia elétrica, dos aspectos da vegetação e fauna que compõe as margens do rio Tietê e, também, da ação humana destrutiva provinda da poluição do rio, acarretando graves prejuízos ao meio ambiente” (KREIDLORO, 2007, p.37).

O antigo prédio que abrigava a hidrelétrica foi transformado em museu, bem como, a casa dos operários. O local ainda conta com um relógio solar, mirantes, quiosques, lanchonete, anfiteatro, trilhas, orquidário entre outros.

Parque Rocha Moutonnée

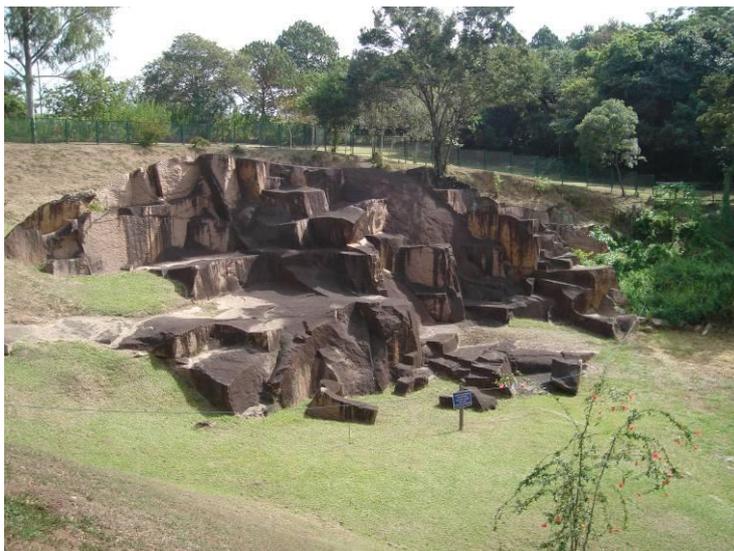


Figura 18 – Rocha Moutonnée

Fonte: Arquivo da Autora.

Este é o primeiro parque ecológico e geo-histórico do continente. Nele é abrigada a Rocha Moutonnée, rocha esta que, através de suas estrias e ranhuras provocadas pela passagem das geleiras, comprova a existência da Era Glacial ocorrida há 270 milhões de anos.

Devido à relevância histórica, o CONDEPHAAT tombou este parque em 1990.

Além deste exemplar, existe apenas mais um com estas características no mundo. Esta outra rocha fica localizada em um parque chamado Glacier Rock na Austrália.

O parque possui estacionamento próprio, lago, quiosques, trilhas e área para estudo.

Fábrica de Papel

A “Papel Paulista” foi a primeira fábrica de papel da América Latina, inaugurada em 1889. Atualmente a fábrica produz papel moeda (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 48, 1996).

Seu prédio faz parte do conjunto arquitetônico típico de Salto: construções com tijolos a vista, lembrando castelos medievais, próximo ao rio Tietê (à margem esquerda).

Usina de Porto Góes

A usina Porto Góes esta em funcionamento desde 1928, sendo a segunda usina construída em Salto e a sexta usina do estado (Painel do Museu da Cidade de Salto – Núcleo Externo).

A obra foi iniciada pela indústria Brasital, que diante das dificuldades na construção transferiu para a Cia. Ituana a concessão obtida pelo Congresso Estadual. Ainda durante as obras, a concessão foi novamente transferida para a Light, que foi a responsável pela sua inauguração em 1928. Atualmente a usina pertence à Eletropaulo (DINIZ E FERRARI, 1992, p.47).

A usina passou por um processo de modernização de seus equipamentos, o que a tornou a primeira usina hidrelétrica brasileira totalmente automatizada por processo digital. Os equipamentos básicos como as turbinas, os geradores e os transformadores foram mantidos, foram substituídos apenas os equipamentos de controle por um sistema digital.

Os antigos equipamentos do sistema de controle eletro-mecânico, que se encontram em perfeito estado de funcionamento, foram conservados em sua locação original, o que transformou Porto Góes num **museu vivo**¹³ da eletricidade, pois continua produzindo energia para o desenvolvimento do país ao mesmo tempo em que documenta com eloquência a história deste desenvolvimento (FERRARI, 1997, p.9).

Diante disto, em 1996, a Câmara Municipal de Salto solicitou à Eletropaulo a transformação da usina em museu, permitindo a visitação controlada e monitorada (TAPERÁ, 27.jan.96, capa). Porém, isto ainda não ocorreu.

A usina Porto Góes também faz parte do conjunto arquitetônico formado pelas empresas localizadas ao redor do rio Tietê.

Galeria Municipal de Exposições

A primeira construção existente neste local foi um mirante, erigido pela empresa Brasital.

¹³ Grifo da autora.

Posteriormente o mirante foi demolido e deu lugar ao Restaurante do Salto, que foi inaugurado com um baile de reveillon na virada de 1968 para 1969. O restaurante não sobreviveu por muito tempo devido à poluição e o mau cheiro do rio Tietê¹⁴.

Hoje funciona no local a Galeria Municipal de Exposições, onde são feitas exposições de artesãos e artistas da cidade.

Como áreas de atração da população foram citadas:

Parque do Lago



Figura 19 – Parque do Lago

Fonte: Site Oficial da Estância Turística de Salto.

O Parque, que possui mais de 200 mil metros quadrados, está situado às margens do rio Tietê. Ele foi criado visando à preservação do pouco que resta da flora e da fauna da região. O local conta com pista de Cooper e de aeromodelismo, quadras, ciclovia, deck panorâmico, lanchonete, playground e estacionamento.

Durante a semana, o parque é mais utilizado por saltenses e ituanos para caminhada matinal ou vespertina. Nos finais de semana, o número de visitantes varia entre 3 e 4 mil pessoas de diversas regiões (TAPERÁ, 01.nov.97, p. 11 e TAPERÁ, 25.set.99, p.6).

Praça XV de Novembro

¹⁴ Ato Institucional Nº 5 (AI 5) entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Existiria alguma relação?

Localizada na parte central da cidade, fica em frente à parte do calçadão, no quarteirão onde existem bares com músicas, academia e a tradicional sorveteria da cidade.

O local é utilizado para pequenos shows, apresentações e festas. Atualmente é o ponto de encontro dos saltenses, que, aos domingos lotam a praça (TAPERÁ, 07.jan.98, capa e TAPERÁ, 24.nov.2007, p.3).

Calçadão

Também é conhecido como Convívio Dom Pedro, por estar localizado na Avenida Dom Pedro II. É uma das principais ruas comerciais e ponto de encontro dos moradores da cidade.

O calçadão possui 1.040 metros de extensão, 10,5 metros de largura, 42 bancos, 14 floreiras, 190 árvores, 60 projetores de iluminação, 27 luminárias decorativas de mercúrio, 36 lixeiras, 32 painéis informativos, e no seu cruzamento com a Avenida 9 de Julho foi feito um monumento homenageando os imigrantes, de autoria de Dionísio José Manuel Freire (Di Freire) (ed. Especial 300 anos).

Praça Antonio Vieira Tavares

Esta praça fica localizada no marco zero da cidade, em frente à igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat.

Durante a última reforma, a praça recebeu um monumento alusivo aos fundadores da cidade, construída por Murilo Sá Toledo, escultor de Santana de Parnaíba. O Monumento representa cinco personagens: o capitão Antonio Vieira Tavares, considerado fundador da cidade, sua esposa Maria Leite, o padre Felipe de Campos, um lavrador e uma mameluca (TAPERÁ, 12.mai.2007, p. 5).

Biblioteca Municipal

O prédio que abriga a biblioteca desde 1998 foi construído no início do século XX e é conhecido como o “casarão de pedra”.

O local dispõe de mais de 20 mil acervos, bosque para leitura, sala com acesso a internet; além de sediar eventos culturais como peças teatrais, saraus, palestras, cursos e oficinas (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p7).

Shopping Center Salto

Localizado na área central da cidade. Atualmente a grande maioria das lojas encontra-se fechada. No piso superior funciona o Cine Clube Salto e o Teatro Montécnica.

Jardim Tropical

O Jardim tropical localiza-se na Praça Archimedes Lammoglia. Possui vista para o Rio Tietê, bancos e árvores centenárias.

Centro Esportivo “João Luiz Guarda”

Centro esportivo de uso público. Possui dois ginásios, quadras de bochas, quadras poliesportivas e quadra de tênis.

Ginásio Municipal de Esportes

Este ginásio possui capacidade para 3.000 pessoas. O local ainda dispõe de piscina Olímpica e quadra de areia.

Estádio Municipal Amadeu Mosca

Estádio aberto ao público, possui pista de Cooper e de atletismo. Normalmente é utilizado por atletas e clubes amadores, além da população local.

Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari”

Esta escola de arte é uma das maiores do gênero na região. A sede fica em um prédio construído no início do século XX, onde funcionava o hotel Saturno. Possui

aproximadamente 600 alunos e inúmeros cursos de música e dança. O conservatório possui também um auditório chamado Maestro Gaó, com capacidade para até 180 pessoas, onde são oferecidos espetáculos variados, debates, palestras entre outros (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p112).

Igreja de São Benedito e Praça Fronteira

Igreja e praça localizadas na área central da cidade. A praça é uma área bucólica com bancos para descanso.

Ainda foram citados os principais eventos, que auxiliam Salto ser considerada a “capital cultural da região”. Foram eles:

- Premio Carlos Pouza de Teatro Amador (p.97).
- Cultura Saltense na Paixão de Cristo (p.98 e 99).
- Mostra Regional de Danças (p.100).
- Aniversário da Cidade (p.101).
- Feira Industrial Comercial e Agrícola de Salto (FICAS) (p.102).
- Exposição Nacional de Orquídeas. (p.103).
- Prêmio Moutonnée de Poesia (p.104).

Foram estes os atrativos e as áreas de lazer e recreação que a prefeitura de Salto listou no processo de transformação.

O mapa da figura 20 apresenta os principais pontos citados anteriormente.

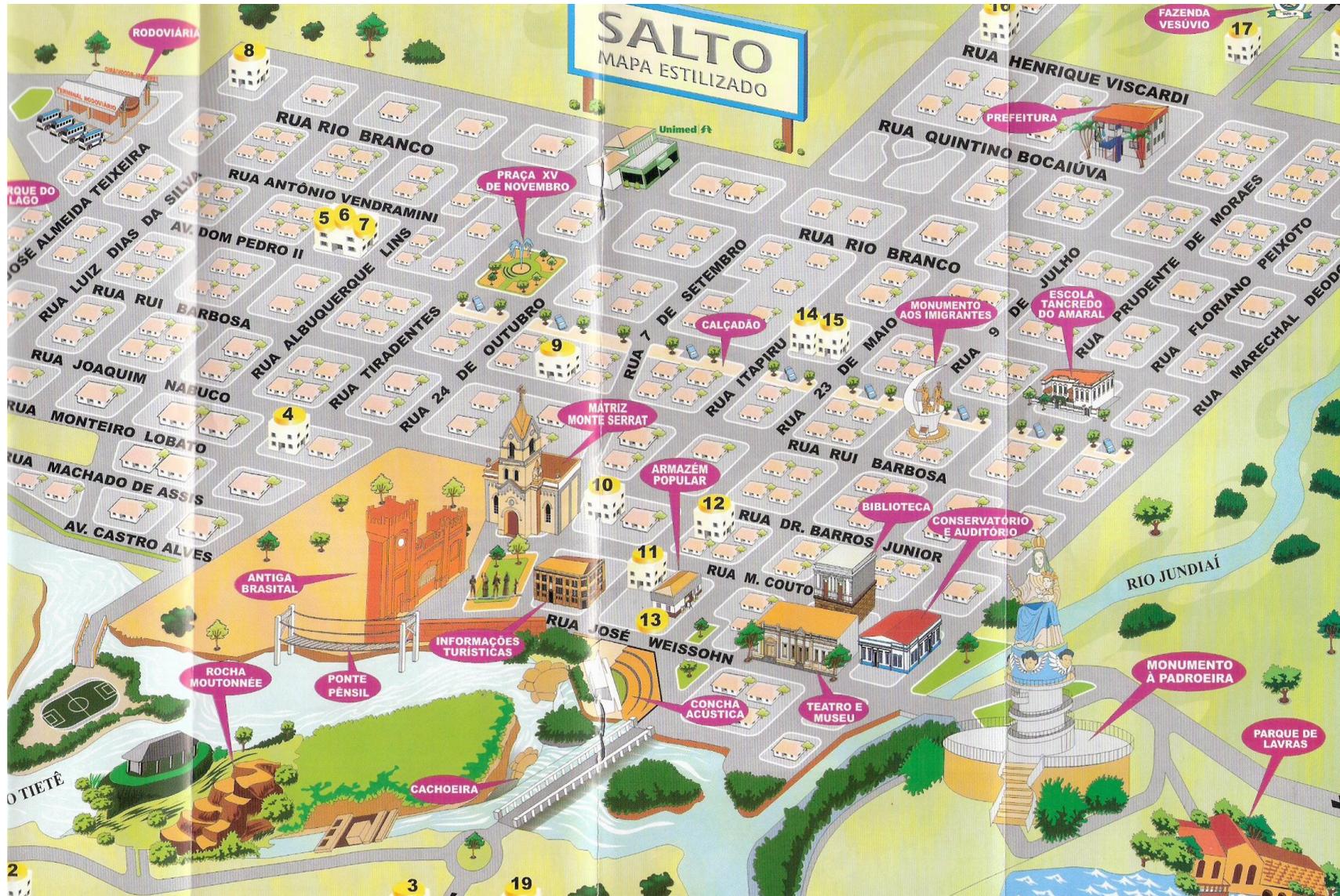


Figura 20 – Salto: Mapa Estilizado
Fonte: Guia Turístico Salto.

Vale observar o fato do Parque do Lago não ter sido mencionado no processo como atrativo e sim como área de lazer e recreação. Os três parques são citados em todos os momentos como fundamental para a transformação (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5). No próprio processo, técnicas do CONDEPHAAT o lista, juntamente com os parques das Lavras e Rocha Moutonné. (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1998, p. 48).

Compete também à prefeitura, informar outros dados conforme previsto em lei. “Caso o município **deixar de atender à pelo menos um dos requisitos exigidos, será elaborado parecer final contrário**¹⁵ à transformação pretendida” (DADE, p.11, sem data). Por este motivo será analisado cada um destes requisitos no processo em questão.

O primeiro deles compreende a questão das águas. O município que almeja a obtenção do título de Estância Turística necessita comprovar que as águas de uso público no município, tais como: rios, lagos, represas etc., inclusive as do abastecimento de água, não excedem padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição.

Também é necessário informar se o município possui abastecimento de água potável, sistema de coleta de esgoto sanitário e de resíduos sólidos e se estes itens também podem atender à população flutuante.

No processo, foi apenas citado, em documento assinado pela engenheira sanitária Selma Delega Ramos (observa-se que o documento foi redigido em papel ofício da prefeitura, sem reconhecimento de órgãos oficiais da área), que a água de abastecimento público atende aos padrões de potabilidade, que não possuem controle sobre a qualidade da água de uma forma geral, que o município conta com 99% de rede de esgoto e que toda a área urbana conta com serviço de coleta de lixo, sendo que o destino final se dá em uma usina de reciclagem ou em um aterro (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1998, p. 48).

Observa-se que o estado dos rios Tietê e Jundiá, próximos a grande maioria dos atrativos, é reconhecidamente o de rios altamente poluídos.

Quanto ao abastecimento, apesar da água ser considerada boa, sua quantidade não atende todo o município (SEBRAE, p.69, 2000). Desta forma, o abastecimento não seria suficiente para atender a população flutuante.

Quando a engenheira sanitária cita que a cidade conta com 99% de rede de esgoto, é omitido o fato de o esgoto ser apenas referente à população urbana, e que

¹⁵ Grifo da autora

100% deste esgoto é lançado no rio Tietê e seus afluentes sem o mínimo de tratamento (SEBRAE, p.56, 2000).

Outro item solicitado é com relação ao ar atmosférico. O município precisa comprovar que sua composição não esteja alterada pela existência de poluentes.

Como não existia uma estação de medição de qualidade do ar em Salto, foi aceito os resultados de amostragens do interior de São Paulo.

É importante observar que, este documento foi anexado após o parecer final, quando já havia sido considerada a aprovação pelo CONDEPHAAT (p.201 verso). Além do que, apesar deste documento ser referente ao interior do estado, Salto, que era na época deste parecer uma cidade predominantemente industrial, muito provavelmente teria índices diferenciados de cidades vizinhas.

O último item obrigatório, de acordo com o Manual do DADE, é a informação sobre as unidades hoteleiras. Neste item deve ser indicado o nome do estabelecimento, o número de apartamentos/quartos e o número total de leitos.

Na ocasião foram citados três hotéis (Central, Moutonné e Cascata) com as devidas informações. Porém, nenhum deles possuía infra-estrutura referente ao padrão de um hotel categoria 3 estrelas. Também foi feita uma observação neste item, onde era mencionado que existia um hotel em construção que atenderia ao padrão 3 estrelas.

Observa-se que é necessária a existência de pelo menos um hotel com esta característica para que o município consiga atender a exigência acerca dos meios de hospedagem.

Além destes itens obrigatórios, também constaram no processo: mapa indicativo das principais estradas de acesso, mapa de localização e distância entre as principais cidades da região, composição dos principais cargos públicos, descrição das características gerais da cidade, meios de comunicação, assistência médica, dados econômicos, educação, cultura, infra-estrutura, listagem das indústrias instaladas no município, entre outros.

Estas foram as informações fornecidas pela prefeitura de Salto ao DADE.

Conforme exposto no capítulo “Estâncias Turísticas Paulistas”, os processos das Estâncias Turísticas devem receber uma manifestação do Condephaat. Assim, o processo foi encaminhado a este órgão e, perante a deficiência de algumas informações, bem como ausência de laudos fornecidos por entidades oficiais, a socióloga Naira Morgado (p.114) e posteriormente, o Prof^o. Dr. Odeibler Guidugli, (p.128) solicitaram

maiores esclarecimentos, citando que tais informações eram **fundamentais** e **indispensáveis** para a concessão do título. Estas informações, que o próprio leitor poderá avaliar, nos próximos parágrafos, sobre sua importância, foram solicitadas reiteradamente durante o processo, conforme páginas 130, 132, 137, 138, 140, 141 e 142, constante no Processo de Transformação.

Seguem, abaixo, os oito itens solicitados pelo Condephaat à Prefeitura de Salto: (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p.128, 1996).

“1º) Seja anexado ao processo documentação originada de instituto com responsabilidade sobre a questão, evidenciado, através de indicadores específicos, a qualidade da água utilizada no município;”

Para este item foi anexada uma cópia do último laudo de potabilidade de água de abastecimento do município de Salto emitido pelo instituto Adolfo Lutz.

“2º) A situação do esgoto doméstico bem como industrial da cidade, tratamento, condições em que são lançados nos rios, etc.;

Não foi dado nenhum esclarecimento sobre o esgoto doméstico, tratamentos e as condições em que ele é lançado no rio. Talvez pelo fato de que o esgoto doméstico é jogado no rio Tietê sem tratamento.

À respeito do esgoto industrial é citado que a maioria utiliza-se da rede de esgoto do Município e que apenas a Eucatex, Alcoa e a Fábrica de Papel possuem tratamento próprio, porém há relatos de que a Eucatex não o faz, conforme citado em matéria do Jornal local (TAPERÁ, 05.jul.2003, capa e p.5).

“3º) Documento informando sobre a situação do lixo municipal (residencial e aquele resultante de atividades econômicas), existência de aterro sanitário, usina de processamento, etc.;

Ao final de um documento onde eram citadas outras informações, como por exemplo, atrativos e transporte público, foram colocados sem nenhum destaque, como continuação dos demais assuntos algumas considerações acerca do lixo municipal.

Em cinco linhas é descrito que todo o lixo residencial e comercial é coletado por empresa especializada contratada pelo município, que o lixo industrial é coletado por

empresa contratada pelas indústrias e que o lixo hospitalar é incinerado no próprio Hospital.

Também é citada a existência de um aterro sanitário e de uma usina de reciclagem.

“4º) Anexação de um mapa do município evidenciando a localização dos diferentes aspectos considerados relevantes e indicados como significativos para atividades turísticas bem como as rodovias, ruas, avenidas, etc. de acesso aos mesmos;”

No início do processo foram anexados dois mapas: um mapa indicando as principais estradas de acesso e um mapa de localização e distância entre as principais cidades da região.

Porém, este novo mapa solicitado (ou planta urbana, como citado anteriormente por Naira Morgado), onde deveriam constar dados relativos à localização e acesso dos atrativos, não foi anexado ao processo.

“5º) Informe detalhado sobre rede hoteleira (qualidade dos hotéis colocados à disposição em termos de equipamentos e categoria de atendimento), bem como os restaurantes;”

Não foram mencionados restaurantes durante todo o processo.

Os esclarecimentos acerca da hotelaria foram falhos. No início do processo foram citados os hotéis Central, Moutonnée e Cascata e houve a observação que estava em construção um hotel categoria 3 estrelas, o hotel Porto Seguro, conforme citado anteriormente.

Após esta solicitação de maiores esclarecimentos sobre os hotéis inicialmente citados, foram anexados ao processo informações sobre o Hotel Kaskata (e não mais “Cascata”), Palmeiras Imperiais e Porto Seguro. As informações foram dispostas de maneira confusa e incompleta.

“6º) Áreas para lazer como jardins ou bosques e toda a infra-estrutura neles disponíveis tais como: estacionamento para veículos (carros e ônibus) e capacidade de suportaçãõ, áreas para alimentação, descanso, disponibilidade de água potável, serviços sanitários, etc.”.

Os esclarecimentos referentes a este item foram feitos sem nenhum critério, com desorganização na redaçãõ e ausência dos principais dados.

A começar pelos pontos analisados, que foram apenas sete, misturando os “atrativos turísticos” com as “áreas de lazer”.

De acordo com dados da prefeitura, existiam 16 atrativos turísticos na época, sendo que seis foram analisados neste item. Observa-se que este não foi o item solicitado.

Do item solicitado, “áreas para lazer”, foram enumeradas a existência de 13 pontos e analisado apenas o Parque do Lago, o qual, muito provavelmente, se enquadra melhor no item “atrativos turísticos” (conforme exposto anteriormente).

Enfim, os pontos analisados não foram os solicitados e, mesmo que fossem, a prefeitura não o fez por completo, nem na quantidade de pontos, nem nas informações solicitadas.

Neste esclarecimento deveriam constar seis informações sobre cada área de lazer (estacionamento e capacidade, áreas para alimentação, descanso, água potável e sanitário). Apenas o item “sanitário” constou em todos os esclarecimentos, seguido do item estacionamento que constou em cinco dos sete pontos citados. A área de alimentação foi mencionada em apenas três pontos. As demais não foram citadas.

“7º) Informes sobre a situação quanto a atual frequência de turistas no município, quantidades mesmo que aproximadas, destinos específicos dentro do município, e permanência;”

O município não tem e nunca teve controle, mesmo que aproximado, de informações no que diz respeito a turistas e visitantes. Nem ao menos em parques, como por exemplo, o Rocha Moutonné, que possui apenas um ponto de entrada é feita uma contabilidade, mesmo que aproximada, da quantidade de pessoas que passaram por ali.

O único dado que a prefeitura possui, são das pessoas e de excursões que entram em contato e solicitam o acompanhamento de um guia turístico (município oferece gratuitamente), que não podem se traduzir em números confiáveis, pois este serviço não é divulgado e não se sabe qual é a porcentagem das pessoas que o solicitam.

No processo foi informado que aproximadamente 80 ônibus/mês visitam Salto durante a semana e 160 ônibus/mês visitam Salto nos finais de semana, totalizando 10 mil visitantes/mês. Estes dados foram informados em papel timbrado da prefeitura, sem assinatura do responsável e sem citar método utilizado para se chegar a estes números.

Também não foram citadas as informações solicitadas: destinos específicos e permanência.

“8º) Apreciação circunstanciada sobre a questão: volume de indústrias, 190 arroladas no processo e os problemas de localização, circulação e ambientais delas decorrentes (ar, água, solo, paisagens etc.);”

Este deveria ser um dos itens mais importante a ser avaliado, não que os outros fossem de menor importância, mas pelo fato de Salto ser um município tipicamente industrial. Segundo Oliveira, este fato já descaracteriza, em parte, uma estância. (p.111, 2003).

Porém, nada foi informado pela prefeitura sobre este item.

“9º) Informes sobre todos os pontos considerados turísticos localizados junto ao rio Tiete o qual, apresenta elevados níveis de poluição.”

Também não foi feita nenhuma consideração sobre esta questão.

Mesmo com a ausência e a omissão de várias informações consideradas fundamentais para a elevação de um Município à Estância Turística foi dado andamento ao processo. Depois da visita *in loco*, do CONDEPHAAT, a técnica Tânia Martinho Veiga deu seu parecer favorável à solicitação de transformação. Posteriormente, a relatora Rejane Cecília Ramos fez o mesmo, finalizando com o parecer final oferecido pelo colegiado do Condephaat.

Após análise dos dados fornecidos pela prefeitura de Salto, também é interessante notar alguns pontos questionáveis na posição do CONDEPHAAT.

Além do fato de emitirem um parecer favorável, sem contar com as informações para tal (informações estas que eles próprios solicitaram como fundamentais e indispensáveis), nota-se que as citações feitas por técnicos do órgão, vão contra as características básicas de uma Estância. Assim, é mencionado, nas páginas 116 e 168, redigidos por diferentes profissionais (uma socióloga e uma arquiteta), o relato que o turismo em Salto é voltado para a “curta permanência”, que também é conhecido como “turismo de um dia” ou “excursionismo”.

Uma das características mais antigas das Estâncias, que remontam às suas origens das “estações européias”, é justamente a longa permanência. Conforme cita

Oliveira: “O município considerado estância incorpora os conceitos de permanência relativamente prolongada e retornos sucessivos...” (2003, p.110).

Além do que, em geral, o turismo de curta permanência não gera divisas como os demais seguimentos, uma vez que não são utilizados meios de hospedagem. Ainda analisando o caso de Salto, até os dias de hoje, a grande maioria dos ônibus de excursão passam pela cidade e vão fazer suas refeições em cidades próximas, que oferecem melhores e maiores opções de restaurantes.

No parecer final é fácil encontrar contradições por parte dos técnicos. As afirmações que mais se destacam são:

a) “A cidade de Salto conta com uma boa infra-estrutura quanto aos aspectos envolvendo especificamente as atividades turísticas (...)” (p.170 verso).

Cabe, neste momento, a seguinte citação:

Oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado (BENI, 1998, p.153).

Quanto aos atrativos, na época que foi dado este parecer, estavam em péssimo estado. O jornal local fez uma série de reportagens onde foram reveladas pichações, banheiros em péssimo estado, falta de água, sujeira, consumo de drogas e prostituição, eram comuns aos principais atrativos da cidade. A segurança, seja em relação ao Monumento à Padroeira (com problemas nas ferragens do bloco de sustentação e rachaduras nas paredes que, segundo engenheiros, representavam perigo) seja quanto a Ponte Pênsil (que estava com suas grades de proteção amassadas e com ferrugem) eram apontadas como deficientes. (TAPERÁ, 10.abr.99, capa, TAPERÁ, 14.abr.99, capa e TAPERÁ, 17.abr.99, capa).

Estabelecimentos de alimentação é um ponto crítico até os dias de hoje. A falta de opção faz com que até os moradores de Salto se dirijam às cidades próximas.

b) “A existência de boa rede (*sic*) de hotéis, a qual oferece excelente e peculiar condição de hospedagem” (p.171).

Existe um único hotel categoria 3 estrelas no município. Os demais são pequenas pensões que oferecem acomodações muito simples.

c) Salto “já tem, de maneira sólida esta atividade (turismo) em pleno desenvolvimento.” (*sic*).

Um município que não possui controle, nem do número nem de características básicas de seus visitantes, não consegue oferecer condições de infra-estrutura turística satisfatória e não consegue manter seus atrativos com o mínimo de segurança e higiene não pode ser considerado como um município onde o turismo é uma atividade sólida. O turismo no município estava tão longe do “pleno desenvolvimento” que até mesmo os camelôs vendiam *souvenires* de Itu (TAPERÁ, 14.abr.99, p.5).

Caberia sim ter sido feita à observação do potencial da cidade, devido às características de seus atrativos históricos, culturais, paisagísticos e até arquitetônicos, mas não afirmar que o turismo de Salto estava em “Pleno Desenvolvimento”.

Perante o exposto, restam algumas dúvidas:

- Com relação ao CONDEPHAAT, o que realmente impediu que o processo tramitasse de forma correta, conforme exigido por lei? Ausência de rigor na cobrança de dados faltantes e na verificação da legitimidade das informações ou pressão política?

- Diante disto, gera-se nova dúvida: as duas vias do processo realmente “sumiram” ou constam mais irregularidades do que as que foram avaliadas até aqui?

Nota-se que mesmo no processo ao qual tive acesso, foi-me dado autorização de fazer cópias digitais apenas de parte dele. Para as demais, foi necessário fazer cópias manuais, com total descrição, uma vez que durante todo o tempo que estive com o processo fui acompanhada por funcionários.

Também é possível chegar a algumas conclusões:

- Os dados que poderiam descaracterizar Salto como Estância Turística, ou não cumprir com os requisitos mínimos exigidos por lei, foram mascarados ou omitidos pela Prefeitura Municipal.

- De acordo com a legislação vigente, Salto não poderia ter se transformado em Estância Turística, uma vez que o não cumprimento de um dos itens já seria o suficiente para a não obtenção do título. Como pode ser notado, Salto não cumpriu com a maioria das exigências solicitadas pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI – RESULTADOS

6.1 Análise dos Resultados

6.1.1 O Processo de Transformação: Ponto de Partida (1995 – 1997)

Durante o ano em que foi elaborado o projeto de lei (1995), apenas uma pequena nota foi veiculada informando a população sobre este fato. Nesta nota, além de não haver nenhuma informação sobre os benefícios e sobre o funcionamento do processo, dois erros foram cometidos: o termo “Estância Turística” foi erroneamente trocado por “Cidade Turística” e o nome do autor do projeto, Sylvio Martini, trocado por Archimedes Lammoglia (TAPERÁ, 11.mar.95, p.6).

Esta nota demonstra que os próprios meios de comunicação não sabiam o real significado desta transformação e, conseqüentemente, a população local ficou alheia a este importante fato. Tampouco há evidências de participação da população local nessa decisão.

Em 1996, o tema continuou sendo abordado em raros momentos e de maneira superficial. Nos dois momentos em que foram citados os benefícios, o enfoque utilizado foi exclusivamente econômico (TAPERÁ, 20.mar.96, capa e TAPERÁ, 17.ago.96, capa).

Durante este período o processo transcorria dentro de uma aparente normalidade: a prefeitura informava os dados do município e os técnicos do Condephaat solicitavam esclarecimentos.

Neste ano, Jesuíno Ruy (1993 até 1996) deixou a prefeitura e em 1997 tomou posse o novo prefeito, João Guido Conti (1997 até 2000).

De acordo com o noticiário local, devido a esta mudança de mandato, o processo permaneceu parado até o vereador Geraldo Garcia solicitar, em abril de 1997, esclarecimentos sobre o andamento do processo que estava parado desde novembro de 1996 (TAPERÁ, 03.mai.97, p.12). A partir de então, tem início uma “guerra” de acusações entre os antigos e os novos políticos sobre quem foi o responsável pelo atraso do processo (TAPERÁ, 23.ago.97, capa e TAPERÁ, 06.set.97, p.9).

Analisando o processo, constata-se que houve atraso por conta da prefeitura da época (Mandato João Guido Conti) e do próprio CONDEPHAAT. Em novembro de

1996 foi solicitado pelo Secretário da Cultura, Esporte e Turismo, Célio de Campos Vendramini (mandato Jesuíno Ruy) esclarecimentos ao CONDEPHAAT sobre que tipo de laudo a prefeitura deveria apresentar. O CONDEPHAAT respondeu e informou exatamente os documentos extras necessários apenas em março de 1997, data em que a prefeitura já estava sendo gerida pelos novos políticos.

Esta determinação do CONDEPHAAT foi enviada à prefeitura em Agosto de 1997 e apenas em Maio de 1998, a prefeitura de Salto encaminha petição com algumas informações.

Isto demonstra não ser verdadeira a afirmação do novo secretário, quando disse que “a administração passada não forneceu a documentação solicitada pelo CONDEPHAAT e por isso foi adiado o sonho de Salto se tornar estância turística este ano” (TAPERÁ, 23.ago.97, capa).

Estes desdobramentos com relação ao processo de transformação foram utilizados como disputa política, infelizmente comum em todos os níveis de administração pública (municipal, estadual e federal) e independente da área em que está sendo desenvolvida a ação.

Quanto à situação dos pontos turísticos, no início do processo foram registrados no jornal local que eles “não oferecem segurança para os visitantes, sofrem com o vandalismo e alguns estão em péssimo estado” (TAPERÁ, 13.mar.96, p.8 e TAPERÁ, 27.jul.96, capa). Porém, em 1997, a prefeitura empreendeu um trabalho de restauração nos parques: primeiro no Parque do Lago e posteriormente na área da Ponte Pênsil, para depois iniciar a restauração do Parque Moutonné, e logo em seguida do Parque das Lavras, o qual, segundo o secretário, é o que necessitará de maiores reparos devido o estado em que se encontra atualmente (TAPERÁ, 10.mai.97, p.13). Neste ano, foi restaurado o Parque do Lago e iniciada a restauração da região da Ponte Pênsil.

Nesta fase haviam, segundo dados do próprio processo, três hotéis (Central Montonné e Cascata). No total, estes empreendimentos ofereciam 136 apartamentos/quartos.

Um dos requisitos para a obtenção do título, como já foi assinalado, é o município possuir pelo menos um hotel com classificação referente a três estrelas, o que foi conquistado, em 1997, com a inauguração do Hotel Porto Seguro (TAPERÁ, 27.set.97, capa, TAPERÁ, 18.out.97, capa e p.8). Este hotel pertence à empresa Granova de Prata, “empresa saltense que reuniu 25 investidores de diversas localidades para financiar o projeto” (TAPERÁ, 14.fev.96, capa) .

Ainda neste período, a Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo ofereceu, por meio do Senac, um curso de capacitação de monitores que capacitou 30 moradores do município (TAPERÁ, 29.jan.97, capa). Desta experiência é interessante observar:

1º - Destes 30 monitores, apenas três estavam empregados. Portanto o município contava com pessoas capacitadas a trabalhar nos pontos turísticos, principalmente após a obtenção do título (TAPERÁ, 29.jan.97, capa).

2º - Oito destes monitores foram entrevistados, revelando que é necessária vontade política para que o turismo se desenvolva em Salto (TAPERÁ, 01.fev.97, p.8).

3º - A profissional que ministrou o curso na cidade, disse em entrevista que é necessário um Plano Diretor de Turismo para que a atividade se desenvolva de maneira organizada em Salto (TAPERÁ, 29.jan.97, p.8).

Sobre este ponto é interessante observar que, até a data de finalização desta dissertação, não foi desenvolvido um Plano Diretor de Turismo. Mesmo com a cidade possuindo duas faculdades que oferecem o curso superior em Turismo (que facilitaria algum tipo de parceria) e com a obtenção do título de Estância Turística.

Durante este período não houve manifestação da comunidade local, nem de apoio, nem de reprovação sobre a transformação em Estância Turística. A única manifestação foi do editorial do jornal, onde pode ser notada a total aprovação com esta questão, como quando é citado que a transformação “é coisa que todos nós queremos” e quando “louva-se os esforços de alguns vereadores saltenses, no sentido de batalhar para que Salto passe a ser estância turística” (TAPERÁ, 26.abr.97, p.3).

6.1.2 Da Expectativa à Transformação Jurídica (1998 – 2000)

A intenção era de que Salto se transformasse em Estância Turística em 1998, ano em que completaria 300 anos (TAPERÁ, 23.ago.97, capa; TAPERÁ, 15.ago.98, capa e TAPERÁ, 21.nov.98, capa e p.7). Porém, o andamento do processo foi lento, em grande parte por responsabilidade da administração municipal de Salto que, como citado anteriormente, demorou a enviar os relatórios solicitados pelo CONDEPHAAT, e, quando os enviou, estavam incompletos.

Em contrapartida, a movimentação política foi grande. Todos os “homens públicos” da cidade se mobilizaram. Inúmeras foram as visitas aos departamentos responsáveis e às pessoas envolvidas de alguma forma com o processo, a fim de

apressar seu andamento (o qual estava parado por ausência de informações do próprio município) (TAPERÁ, 30.mai.98, p.10; TAPERÁ, 08.ago.98, p.7; TAPERÁ, 15.ago.98, p. 4; TAPERÁ, 18.nov.98, capa; TAPERÁ, 21.nov.98, p.5, TAPERÁ, 05.dez.98, p.11; TAPERÁ, 22.mai.99, capa e p.6; TAPERÁ, 26.jun.99, capa e p.5; TAPERÁ, 12.jun.99, p.8).

Em agosto de 1998 foi feita a visita *in loco* pela técnica do CONDEPHAAT. Este “progresso” no andamento do processo se deu, mais em função de “boa vontade” do que por outro mérito do processo, uma vez que o mesmo permanecia sem informações consideradas primordiais.

Durante as análises dos dados colhidos foi observado algo surpreendente. Segundo o jornal local, a Técnica Tânia Veiga esteve em Salto fazendo a visita técnica durante os dias 17, 18 e 19 de Agosto de 1998 (TAPERÁ, 22.ago.98, capa e p.7), porém no processo, a mesma técnica cita sua visita e dá parecer favorável (após vários parágrafos contendo “frases prontas” que não retratavam a realidade do município) em 30 de Julho de 1998. Conclusão, a técnica do Condephaat deu um parecer favorável sobre sua visita *in loco* 20 dias antes de visitar Salto.

O parecer final do CONDEPHAAT, após análise pelo colegiado, foi positivo e ocorreu em Novembro de 1998.

De acordo com o fluxograma, que representa o andamento dos processos para classificação de Estância (ver página 54), apenas após a manifestação do CONDEPHAAT o processo é novamente encaminhado ao DADE onde deverá ser feita uma análise técnica sobre a manifestação feita pelo CONDEPHAAT. Somente após esta análise é enviado um técnico do DADE para nova vistoria *in loco*. Considerando estes procedimentos previstos por lei, surge nova indagação. Como pode a técnica do DADE ter feito visita *in loco* no município em 17 de Novembro de 1998 (TAPERÁ, 18.nov.98, capa), sendo que o parecer final do CONDEPHAAT ocorreu em 18 de Novembro de 1998? (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1998, p. 175).

Nesta instância o parecer também foi favorável à transformação do município em Estância Turística.

Na Assessoria Técnico Legislativa o processo passou por duas comissões. Foram elas: a comissão de Constituição e Justiça e a comissão de Esportes e Turismo.

Em fevereiro de 1999, a primeira Comissão da casa (Constituição e Justiça) aprovou a elevação do município. Após esta aprovação, o processo foi encaminhado à Comissão de Esporte e Turismo que deveria se pronunciar em um prazo de até 10 dias

para exarar seu parecer (TAPERÁ, 27.fev.99, capa). Como isto não ocorreu dentro do prazo, o presidente da Assembléia Legislativa, Wanderley Macris, indicou a deputada ituana Maria do Carmo Piunti (que foi uma das deputadas a votar a favor do projeto na primeira comissão) como relatora oficial, esta, imediatamente, deu parecer favorável à transformação.

Em Agosto de 1999 representantes do executivo e do legislativo saltenses apresentaram requerimento solicitando a urgente votação do projeto com assinaturas de líderes de todos os partidos com representação na assembléia legislativa ao presidente da Assembléia, Wanderlei Macris, que se propôs a colocar o projeto de lei em votação com urgência (TAPERÁ, 26.jun.99, capa, p.5).

Ainda neste mês, o processo é colocado em pauta e a Assembléia Legislativa aprova por unanimidade o projeto que transforma Salto em Estância Turística.

Antes que o projeto de lei fosse finalmente sancionado pelo governador, houve um movimento contrário à transformação por parte da APRECESP – Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo.

O prefeito da Estância Turística de Caconde e presidente da APRECESP marcou uma reunião com o governador Mário Covas para debater o assunto. Seu argumento era que “estão sendo utilizados critérios políticos e não técnicos, o que prejudicaria as atuais estâncias que teriam que dividir com Salto e com outras estâncias a serem criadas a verba que lhes é destinada pelo Governo do Estado” (TAPERÁ, 25.ago.99, capa).

Segundo o Jornal Taperá, “Essa alegação, no caso de Salto, não se aplica, pois a movimentação política só aconteceu depois que um órgão técnico, o CONDEPHAAT, analisou e aprovou a pretensão do nosso município” (TAPERÁ, 25.ago.99, capa).

Por causa deste acontecimento, nova movimentação política tem início:

O prefeito João Conti, além dos contatos com deputados, marcou uma audiência com o secretário de Turismo do Estado, Marcos Arbaitman. (...) Os vereadores Jades M. de Mello e Geraldo Garcia, por sua vez, também se comunicaram com os deputados que apoiaram a luta de Salto, como Rodolfo Costa e Silva e Maria do Carmo Piunti, além de marcarem uma audiência com o secretário de Turismo estadual (...)” (TAPERÁ, 28.ago.99, capa).

Desta movimentação surgiu o efeito esperado e, em 02 de setembro o governador Mário Covas sancionou o projeto de lei transformando Salto em Estância Turística. “A lei levou o número 10.360/99 e entrou em vigor na data de sua publicação” (TAPERÁ, 04.set.99, capa).

No ano seguinte o assunto foi “esquecido”, muito provavelmente pelo fato de que a primeira verba, conforme a legislação, apenas é liberada um ano após a obtenção do título. Fato que não deveria ocorrer, pois além da atividade turística necessitar de planejamento (principalmente com toda a expectativa criada em torno desta transformação), a prefeitura precisava ter projetos que cumprissem com algumas exigências e prazos para poder receber a verba em 2001.

Assim, durante estes três anos, os pontos turísticos deveriam se apresentar satisfatórios, pois além dos motivos de sempre (satisfação de turistas e moradores locais), haveria as visitas dos técnicos do CONDEPHAAT e do DADE. Um laudo negativo sobre a situação dos atrativos custaria (ou pelo menos deveria custar) a não obtenção do título de Estância.

Porém, além dos pontos turísticos não estarem em estado adequado, eles encontravam-se em situação de total precariedade. O Jornal Taperá fez uma série de reportagens mostrando como estavam os atrativos turísticos “as vésperas da transformação” (TAPERÁ, 10.abr.99, capa).

O Monumento à Padroeira, que segundo este jornal é o atrativo mais visitado no município (não há dados oficiais) “(...) se encontra em péssima situação, necessitando de pintura, com muita sujeira, bancos quebrados, beirais decorativos caindo, banheiros exalando mau cheiro, pichações, falta d’água e de telefones públicos.”

Além dos aspectos de higiene e aparência relatados acima, era destacada a questão da segurança, conforme descrito:

Preocupa também a situação de algumas ferragens do bloco de sustentação do monumento, que estão expostas, além de rachaduras nas paredes, o que – segundo os engenheiros – é prova de que há riscos. Do lado externo do monumento, o que se vê é uma enorme quantidade de mato crescendo em meio ao concreto e da pintura desgastada. (10.abr.99, capa).

A segunda reportagem relata o estado da Praça Archimedes Lammoglia, que engloba vários atrativos (TAPERÁ, 14.abr.99, capa).

Segundo relatado na reportagem:

Na Ilha dos Amores, por exemplo, a Estátua dos Namorados continua sendo vítima dos vândalos, pois não há guardas para impedir que isto ocorra. Além disso, o mato nos canteiros estão altos; a fonte da Praça Archimedes Lammoglia fica a maior parte do tempo desligada e a área atrás da concha acústica estava suja e com pichações (...). A

ponte pênsil está com algumas de suas grades de proteção amassadas e apresentando sinais de ferrugem; logo abaixo, o mato toma conta e falta sinalização para os visitantes. Os riscos de uma criança cair no rio é grande, pois as grades de proteção, colocadas sobre as pedras, não possuem telas de arame. Os banheiros são imundos e por perto há sinais de consumo de drogas, camisinhas, etc (TAPERÁ, 14.abr.99, capa).

A última reportagem desta série relata o estado dos três parques do município: o Parque das Lavras, o Parque do Lago e o Parque Rocha Moutonné (TAPERÁ, 17.abr.99).

Segundo a reportagem “A situação dos parques da cidade é caótica. Exceto o parque do Lago, os das Lavras e Moutonné se encontram totalmente depredados, tomados pelo lixo e relegados ao vandalismo, à pichação, à destruição lenta e constante, assim como os animais e o mato.”

Além dos problemas dos parques, é citada uma situação de extrema ausência de hospitalidade no recebimento aos turistas.

(...) falta de sinalização nas principais entradas da cidade que permitam o acesso rápido a esses pontos turísticos. Depois de muito perguntar sobre o caminho até os parques, os visitantes são obrigados a conviverem com a falta de telefone, de bebedouros, de banheiros limpos, de folhetos explicativos, de guias turísticos, de informativos, etc. Caso queiram comer ou se hospedar em algum local, terão que novamente contar com o apoio da população para se dirigirem até um hotel ou restaurante (TAPERÁ, 17.abr.99).

Infelizmente, relatos como estes aconteceram em outros momentos (TAPERÁ, 17.jun.2000, p.6 e p.15; TAPERÁ, 05.ago.2000, p.5; TAPERÁ, 02.dez.2000, p.5). Destaca-se uma matéria de Junho de 2000, onde é feita nova avaliação dos pontos turísticos citados nas reportagens anteriores: “A realidade de abandono, sujeira, vandalismo e depredação ainda impera na maioria dos pontos turísticos de Salto, **mesmo um ano depois de uma série de reportagens feitas por Taperá** sobre o assunto”¹⁶ (TAPERÁ, 12.jun.99, p.9).

Em Outubro de 1999, pouco antes da visita dos técnicos, a prefeitura iniciou a reforma (apenas) dos banheiros e da Ponte Pênsil na Praça Archimedes Lammoglia, os demais atrativos não receberam melhorias (TAPERÁ, 09.out.99, capa). Em Dezembro de 2000, esta praça voltou a ser noticiada devido ao estado calamitoso em que se

¹⁶ Grifo da autora

encontrava: foram citados problemas como mato alto, piso solto e até um buraco de 2 metros de profundidade entre outros (TAPERÁ, 02.dez.2000, p.5).

Este momento de transição proporcionou aos residentes um maior número de informações sobre os benefícios que a obtenção do título poderia trazer ao município. Conforme trecho de entrevista com Geraldo Garcia: “ao nos transformamos em Estância, estaremos recebendo uma verba anual garantida na Constituição. Neste ano seria em média R\$ 700 mil reais. Isso sem dúvida nenhuma vai representar uma força para que o poder público comece a ter um fundo, que só pode ser gasto em questões relacionadas ao turismo. (...)” (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5). Além dos benefícios serem exaltados, a baixa na industrialização saltense fez com que o turismo fosse apresentado como uma “tábua de salvação” à comunidade local (TAPERÁ, 27.jun.98, capa; TAPERÁ, 12.jun.99, p.2).

Por causa das promessas e expectativas criadas em torno da obtenção do título de Estância Turística, tanto o editorial do jornal, como a população local, eram totalmente a favor desta transformação (TAPERÁ, 06.jun.98, p.3).

Os meios de hospedagem permaneciam com poucas alterações, quando confrontados com aqueles da primeira fase analisada. Seriam eles: Cascata I, Cascata II, Rio Branco e Porto Seguro, totalizando 125 quartos/apartamentos. Os três primeiros hotéis não possuem classificação e o Porto Seguro é padrão 3 estrelas (TAPERÁ, 17.jun.2000, p.19).

Os principais clientes destes hotéis são profissionais que estão em Salto a trabalho. De acordo com os gerentes dos hotéis, durante os finais de semana o movimento cai consideravelmente e surgem alguns turistas, porém, para visitar outras cidades.

De acordo com Valdemar Roberto Bruni, gerente do Hotel Porto Seguro “Os campeonatos de automodelismo promovidos na Fazenda Vesúvio são o único evento em Salto que atrai muitos turistas para o hotel. No carnaval eles também aparecem, mas em porcentagem menor”. De acordo com Kátia Regina Miller, gerente do Hotel Cascata II, os turistas “vêm para participar de competições no Kartódromo em Itu ou corrida de bicicross em Indaiatuba. Os que vêm para ficar em Salto aparecem somente no carnaval ou ocasiões em que são promovidos eventos, como a exposição de orquídeas” (TAPERÁ, 17.jun.2000, p.18).

Apesar da existência dos turistas de um dia, também conhecidos como excursionistas, estes dados da hotelaria saltense demonstram que não existe um fluxo de turistas considerável e regular como havia sido citado pela técnica do CONDEPHAAT.

Diante da realidade do município (não possuir serviços adequados), muitas vezes, os excursionistas não gastam nada na cidade, deixando para fazer sua alimentação e compras de souvenirs nos municípios vizinhos onde encontram maiores opções. Este fato é preocupante perante o aspecto econômico, que foi o item mais citado como benefício advindo da obtenção do título.

6.1.3 Sonho Realizado: Salto é Estância Turística. E agora? (2001 – 2007)

Este é o período em que Salto deveria receber verbas anuais do DADE referente à transformação em Estância Turística. Porém, para que isto ocorra, os municípios precisam cumprir com algumas exigências.

Para o recebimento da verba é necessário que o município apresente projetos relacionados ao turismo. O destino dos recursos solicitados poderá ser utilizado:

(...) para pavimentação de ruas, melhoria no abastecimento de água, reparos e manutenção em parques e pontos turísticos, realização de eventos (festas de rodeio, concurso de bandas, shows populares etc.) tudo o que venha a provar que é para melhorar o atendimento ao turista. Essa verba é dividida em 70%, no mínimo, aplicados em obras de interesse turístico e 30%, no máximo, aplicados em eventos (TAPERÁ, 11.set.99, p.3).

As solicitações devem ser feitas e documentadas na forma da lei e dentro dos prazos.

Os repasses das verbas, durante este período de sete anos, enfrentaram problemas. Ora por culpa do governo municipal, ora por culpa do governo estadual.

A começar pelo repasse da primeira verba, referente a 2001. Os valores aprovados pelo DADE que eram “para ser aplicados no turismo da cidade vão ser utilizados para o término da Ponte do Palma” (TAPERÁ, 13.out.2001, p.1).

Segundo explicações do prefeito Pílzio Nunciatto Di Lelli, esta medida foi tomada seguindo orientações do governador, que sugeriu que obras iniciadas fossem finalizadas antes de iniciar outras. O prefeito também argumentou que os projetos enviados pela Secretária de Cultura e Turismo do município não estavam completos e

para evitar a perda da verba optou-se por garantir a conclusão da Ponte do Palma a perder o repasse (TAPERÁ, 29.dez.2001, capa).

Vale ressaltar que o secretário da Cultura e Turismo, o Sr. Lelli Filho, teve, pelo menos, todo o ano de 2000 para desenvolver projetos que objetivasse a melhoria e o desenvolvimento do turismo no município. Isso sem falar na situação caótica em que se encontravam os atrativos já existentes, como relata o jornal da época:

Atualmente, tanto o teatro como o museu ficam cada dia mais danificados com as chuvas. No teatro o palco encharca e artistas são impedidos de se apresentar em dias de chuva. Tanto o assoalho como o teto tem pontos de podridão e buracos, além do cheiro de carpete embolorado. No museu, quando há chuvas mais fortes, as goteiras aumentam e formam poças no assoalho de madeira. Nos parques da cidade há atraso na abertura dos portões e tem dias que sequer abrem. Em alguns deles já foram constatadas ações de vândalos, marginais armados que enfrentam guardas municipais, além de jovens que chegam a usar entorpecentes. Turistas visitam a cidade e além de encontrar parques fechados ou sem conservação, ficam desorientados, sem informações de profissionais especializados, placas ou folders (TAPERÁ, 13.out.2001, p.1).

Se a verba liberada pelo DADE é destinada exclusivamente a obras ou eventos para impulsionar o desenvolvimento do turismo (previsto por lei), como foi permitida a aplicação destes recursos em uma obra que não acrescentava nada ao desenvolvimento do mesmo? Não apenas o recurso foi liberado para esta finalidade como esta decisão teve o aval e a garantia de liberação por parte do governador do Estado. Soma-se a este agravante o estado dos pontos turísticos já existentes, o que indica que sequer manutenções são feitas, quanto mais melhorias e novas aquisições.

E, um agravante: Salto ainda perdeu prazo para a solicitação das verbas para 2002 (TAPERÁ, 10.nov.2001, p.6). Um dos vereadores conseguiu um novo prazo no DADE (TAPERÁ, 22.dez.2001, p.5) o qual foi novamente ultrapassado (TAPERÁ, 29.dez.2001, capa).

Apenas em 2003 o município recebeu (pela primeira vez) parte da verba referente a 2002. Esta verba foi utilizada para asfaltar o acesso ao Distrito Industrial do Parque do Lago, facilitando não só o acesso ao parque como também as indústrias da área (TAPERÁ, 26.abr.2003, capa e p.4). Em Dezembro de 2003 também foi liberada parte da verba referente a 2001.

Em 2004, houve nova liberação de verbas do DADE e, mais uma vez, a verba não foi utilizada para beneficiar o turismo. O dinheiro foi utilizado para asfaltar bairros

periféricos (Monte Paschoal, Jardim Europa, Jardim União entre outros) (TAPERÁ, 14.fev.2004, p.5).

O período analisado nesta dissertação se encerra sem que grande parte das verbas fosse repassada ou pelo menos tivesse uma previsão de repasse. A última matéria que refere-se a este assunto (Julho de 2007) menciona que existem verbas em atraso desde 2003 (TAPERÁ, 07.jul.2007, p.5).

Para o DADE os atrasos devem-se às falhas na utilização dos recursos e na prestação de contas (TAPERÁ, 22.dez.2007, p.5). “Durante a execução do segundo trecho da 9 de Julho a administração utilizou recursos destinados para a primeira etapa e mesmo que seja para a mesma obra o contrato não aceita esta inversão de verbas, fato que motiva o atraso (...)” Também foram citados erros referente à prestação de contas do segundo trecho e diferenças entre os valores citados pelo prefeito e os firmados por contrato.

E para a prefeitura de Salto, os atrasos ocorreram porque as exigências feitas pelo DADE mudam constantemente (TAPERÁ, 28.set.2002, p.5).

Paralelamente ao impasse dos repasses de verbas, o jornal noticiava que, mesmo as verbas que não advinham propriamente da obtenção do título (DADE), vinham em função de Salto ser Estância Turística.

“A grande maioria das verbas que Salto vem recebendo só estão sendo em virtude de sermos estância turística. Está vindo dinheiro até de onde não se esperava, da Embratur, como a verba de quase 1 milhão de reais (...)” (TAPERÁ, 05.jan.2002, p.3).

Desta forma, perante o aspecto econômico, o jornal transmite que a obtenção do título foi uma das melhores coisas que aconteceu ao município (TAPERÁ, 18.set.2004, capa e p.8), conforme trecho publicado:

“Salto, há seis anos, se dá ao luxo de ostentar o título de ‘Estância Turística’, título este muito almejado por outras cidades paulistas” (...) “A simples ostentação do título permite à cidade, maiores facilidades na obtenção de recursos e investimentos do estado, assim como da Embratur, especialmente em infra-estrutura, divulgação, etc.” (TAPERÁ, 10.set.2005, p.5).

Porém, quando analisados outros aspectos, tanto a manifestação do jornal como a da sociedade civil demonstraram insatisfação e descrença frente a todos os benefícios que foram prometidos caso o município se transformasse em Estância.

A primeira crítica feita à Estância Turística de Salto foi em uma matéria cujo título era: Somos Estância Turística?

Segundo a matéria, “Salto é Estância Turística há quase três anos e continua fazendo valer este título apenas no papel, pois continua errando em sua organização e no trato ao turista que vem nos visitar” (TAPERÁ, 09.mar.2002, p.5).

A maior indignação é referente à “praca” localizada no portão de entrada de um dos mais conhecidos atrativos turísticos: a ponte pênsil e o centro de exposições.

A Figura 21 é retrato do descaso com o turismo no município:

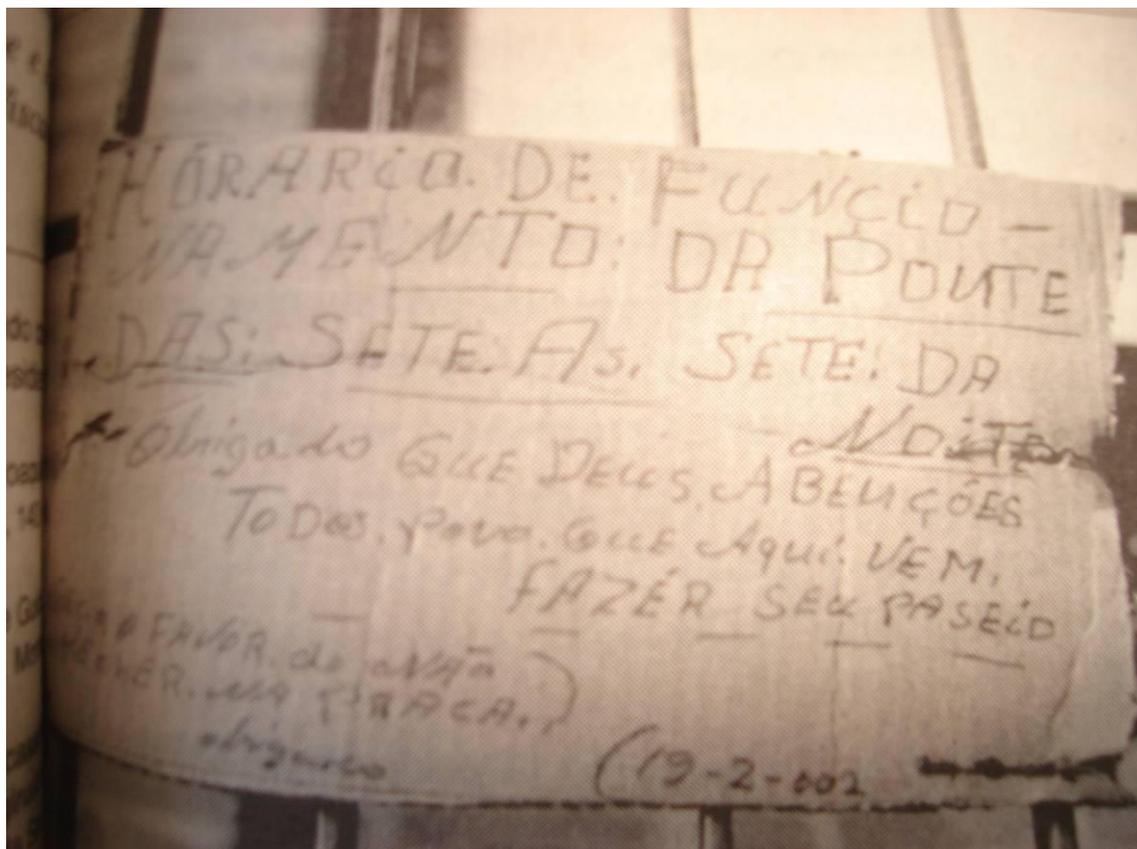


Figura 21 – “Praca”

Fonte: Jornal Taperá, 09.mar.2002, p.5.

HÓRARIO. DE. FUNCIONAMENTO: DA PONTE DAS: SETE: AS. SETE: DA NOITE.

OBRIGADO QUE DEUS ABENÇÔES TODOS. POVO. QUE AQUI. VEM, FAZER SEU PASSEIO

PEÇO O FAVOR DE NÃO MECHER NA PRACA.)

Obrigado.

(19-2-002

O descrédito e a decepção são revelados, com freqüência, até o último ano em que este trabalho se propôs a analisar.

Por exemplo, com o título “Turistas: Por Favor, não venham pra cá!” é citado “Não é segredo nenhum para os saltenses que nossa cidade só é Estância Turística no nome” (TAPERÁ, 26.abr.2003, p.8).

Ou ainda sob o título “Será necessário perder o título de Estância para investir no Turismo de Salto?”, onde é citado “Será que, da maneira como andam as coisas para turismo, não seria melhor perder o título?”

Abaixo seguem alguns trechos de matéria referentes há alguns anos subseqüentes:

“Hoje faz 5 anos que a Assembléia Legislativa aprovou a concessão do título de ‘Estância Turística’ para Salto. Nesse período pouca coisa foi feita para proporcionar a necessária infra-estrutura para o município poder receber os turistas que hoje vem em menor número para cá” (TAPERÁ, 21.ago.2001, capa);

“Enquanto não tivermos pelo menos uma pequena estrutura, não adianta trazer turistas. Se eles vierem, poderá ser a última vez” (TAPERÁ, 19.nov.2005, p.3);

“O município detém o título de estância turística há 8 anos mas, neste período, não conseguiu ainda implantar uma eficaz sinalização turística (...)” (TAPERÁ, 11.ago.2007, p.7).

A hotelaria, que também pode ser considerada um termômetro para o desenvolvimento da atividade, não teve muitas alterações em relação ao quadro diagnosticado nos dois primeiros períodos, havendo inclusive queda no número de quartos/apartamentos oferecidos. O “Balcão de Informações Turísticas” oferece uma listagem onde constam quatro hotéis, sendo eles: Hotel Kaskata II, Hotel Rio Branco, Hotel Porto Seguro e Pousada Por do Sol. Destes, apenas o Porto Seguro possui padrão 3 estrelas, os demais não possuem classificação. Estes quatro juntos oferecem 105 quartos/apartamentos.

De uma forma geral, a maioria das críticas ocorre por causa das condições dos atrativos. O estado dos pontos turísticos descrito durante o período em que Salto ainda não era Estância (1999) repetiram-se por diversas vezes e, infelizmente, com níveis de gravidade como os relatados na época.

Um exemplo é a Praça Arquimedes Lammoglia, local onde estão concentradas a Concha Acústica, a Ilha dos Amores, a Ponte Pênsil, o Jardim Tropical e a Galeria de Exposições. Durante o período de sete anos foram inúmeras as matérias denunciando o estado crítico em que se encontravam. Em 2003 foi descrito o estado dos banheiros que deveriam ser utilizado pelos turistas: “Vitrôs, privadas e mictórios quebrados, paredes imundas, mau cheiro e chão forrado por preservativos (...)”. Além de alertar sobre a possibilidade da existência de prostituição no local (TAPERÁ, 22.mar.2003. p.1 – 2 matérias).

Em outra oportunidade também foram descritos o estado dos atrativos desta praça:

(...) o piso maltratado da Concha Acústica, dos mendigos que dormem embaixo da mesma, das pichações, da péssima manutenção dos banheiros públicos, da estátua da Ilha do Amor totalmente tomada por pichações, da Galeria de Exposições que apresenta possíveis infiltrações e problemas na rede elétrica, além da pintura desgastada e muitas teias, cujas aranhas assustam pelo tamanho e podem atingir os mais despercebidos, sem falar na parte baixa da Ponte Pênsil, que é uma aventura (TAPERÁ, 24.mai.2003, p. 5).

Em 2004, 2006 e 2007 os mesmos problemas foram relatados nas matérias “Praça Archimedes Lammoglia Continua Esquecida” (TAPERÁ, 30.out.2004, p.4), “Problemas Persistem em Complexo Turístico do Centro Velho” (TAPERÁ, 11.fev.2006, p.7) e “Continuam a Prática de Prostituição e o Consumo de Drogas no Centro” (TAPERÁ, 10.jan.2007, capa). Problemas de segurança na Ponte Pênsil também foram relatados (TAPERÁ, 04.fev.2004, capa e TAPERÁ, 07.fev.2004, p.5).

O Monumento à Padroeira e os três Parques (Lavras, Lago e Moutonnée), são outros exemplos onde persistiram as matérias denunciando o estado crítico em que se encontravam.

Em 2002 o estado do Monumento à Padroeira era descrito: “água limpa parada, sujeira, banheiros sem condições de uso, ausência de vigilantes durante as tardes e parte da noite, capela descascada, falta de segurança para o comércio local, vidros de janelas estourados há anos, telefone quebrado e presença de vândalos. Tudo isso foi observado em apenas uma hora (...)” (TAPERÁ, 23.mar.2002, p.1).

Em 2003 novas matérias sobre o estado deste atrativo (TAPERÁ, 22.mar.2003, p.1; TAPERÁ, 19.abr.2003, p.5; TAPERÁ, 26.abr.2003, capa).

A falta de manutenção foi percebida pelos turistas, que encontraram alguns problemas já denunciados pelo Jornal Taperá, como o tanque das carpas vazio, as trilhas de pedras na praça tomadas pelo piso afundado e pequenas moitas de capins crescendo no meio dos paralelepípedos da área de alimentação. Outro problema que afeta o monumento da Padroeira é a falta de energia elétrica na praça e nas ruas próximas, o que deixa as imediações totalmente no escuro há meses, depois que foram furtados os cabos de energia e nenhuma ação para reverter a situação foi colocada em prática. Este problema se agrava ainda mais com a falta de iluminação do próprio monumento que está apagado há muito tempo, mesmo tendo, em 2000, a administração municipal anterior restaurado a pintura da

Santa e toda a sua iluminação com o apoio de empresas privadas (TAPERÁ, 26.abr.2003, p.1).

A situação dos três parques são muito parecidas com as relatadas no Monumento à Padroeira. Sujeira, abandono, falta de segurança, pichações e lixo são alguns dos pontos mencionados (TAPERÁ, 22.mar.2003, p.1; TAPERÁ, 19.abr.2003, p.5; TAPERÁ 26.abr.2003, capa e p.1).

Após estas notícias, foi firmado um acordo entre a promotoria e a empresa Eucatex, que deveria pagar multa pesada por não respeitar leis ambientais. Neste acordo ficou determinado que a empresa ficaria responsável pela manutenção destes quatro atrativos: Monumento à Padroeira, Parque do Lago, das Lavras e Rocha Moutonnée até 2010 (TAPERÁ, 05.jul.2003, capa e p.5). Apesar de algumas melhorias terem sido feitas (TAPERÁ, 23.ago.2003, p.4; TAPERÁ, 25.out.2003, p.6; TAPERÁ, 20.dez.2003, p.6; TAPERÁ, 14.ago.2004, capa e p.6; TAPERÁ, 09.abr.2005, capa e p.4; TAPERÁ, 21.mai.2005, p.6; TAPERÁ, 20.ago.2005, capa; TAPERÁ, 03.set.2005, capa e p.8), as matérias posteriores demonstram que não foram suficientes para resolver os problemas relatados anteriormente.

Apesar da ação da Eucatex no Monumento à Padroeira (TAPERÁ, 25.out.2003, p.6 e TAPERÁ, 20.dez.2003, p.6), alguns dias depois é noticiado sob o título “Monumento Aniversária com Nova Pintura e Velhos Problemas” onde é relatado que

“quem visita o local se depara com vidros quebrados, água suja parada no reservatório que já abrigou carpas, a falta de iluminação – que deixa a padroeira às escuras há dez meses – e um outro grave problema imperceptível para a maioria dos turistas: a água das torneiras, que muitos devotos colocam em garrafinhas para levar para seus familiares, vem de uma caixa extremamente suja. A caixa de água esta localizada embaixo do altar da capela. Ela não possui tampa e o que a protege da sujeira é o próprio altar (...), embaixo deste altar há muitas barata (...)” (TAPERÁ, 27.dez.2003, p.1).

Posteriormente, os problemas ainda foram descritos, como na matéria de julho de 2005 onde é relatado que apesar da área em torno do monumento estar limpa e conservada devido às ações da Eucatex, os problemas no interior do monumento permanecem (TAPERÁ, 23.jul.2005, p.6 e TAPERÁ, 18.jan.2006, capa).

A trajetória da conservação dos três parques segue a mesma constatação: alternâncias de (pequenas) ações positivas e notícias que alertavam ao estado de degradação dos parques (TAPERÁ, 30.dez.2005, capa e p.5; TAPERÁ, 12.jul.2006,

capa; TAPERÁ, 10.fev.2007, p.10; TAPERÁ, 24.fev.2007, p.6 e TAPERÁ, 11.ago.2007).

Mesmo havendo algumas matérias mencionando manutenção ou melhorias feitas nestes locais (nota-se que são poucas), pelo decorrer do período observa-se que não são suficientes, conforme foi citado “não adiante reformar tudo e abandonar novamente” (TAPERÁ, 17.mai.2003, p.6).

No (final) último ano analisado são identificadas ações que poderão melhorar o estado dos atrativos. Este fato deve-se ao prefeito José Geraldo Garcia (posse em 2005), que durante período analisado (12 anos) foi vereador e secretário do turismo, idealizador dos parques saltenses e fundamental no processo de transformação. Devido a sua trajetória e por acreditar nos benefícios do turismo, durante seu mandato buscou as melhorias destes atrativos e, quando não era possível somente através dos esforços públicos, firmou novas parcerias. Porém, não foi possível fazer uma completa análise destas ações uma vez que estas se iniciaram no final do período estudado, como cita o prefeito em matéria de setembro de 2007: “Salto pode ser considerada hoje um grande canteiro de obras a céu aberto, em virtude do volume de construções em andamento em todos os pontos do município” (TAPERÁ, 15. set.2007, p.8).

Espera-se que seja dado prosseguimento a estas ações e posteriormente seja feita manutenção adequada dos mesmos para que isto não se transforme em um “processo cíclico”: gasta-se verbas públicas para arrumar, não há manutenção, e os pontos turísticos sempre voltam ao estado de degradação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte do desfecho desta pesquisa foi bastante surpreendente para a autora, e, acredita-se que para grande parte dos pesquisadores que debruçaram-se sobre este tema.

Que a atividade na Estância Turística de Salto não atingia os níveis mínimos de um local considerado “turístico” era notado até por pessoas leigas no assunto. As principais hipóteses para esta situação eram a ausência de políticas públicas, planejamento, envolvimento da população, ausência de pessoas capacitadas entre outros.

Estes, de fato, contribuíram para a atual situação do município, porém as ineficiências iniciaram-se no cerne da questão: o processo de transformação.

Com relação a este, acreditava-se que a metodologia utilizada pelos órgãos públicos não era eficiente devido aos resultados observados não apenas em Salto, mas também em resultados de trabalhos acadêmicos. Fonseca, também nas considerações finais de sua dissertação, menciona: ”Presume-se assim que ou a legislação está inadequada ou interesses setoriais têm injustamente privilegiado alguns municípios em detrimento de outros” (FONSECA, 2006, p.71).

Ao final da pesquisa observa-se que, pelo menos no caso estudado, não é possível afirmar que a legislação ou a metodologia estão incorretas, pois não houve respeito a nenhuma destas questões.

No processo analisado foi verificado que eram anexados documentos incoerentes com o contexto, laudos com frases prontas sem relação com a realidade, ausência de informações que eram tidas como fundamentais para a aprovação do processo, omissão dos pontos negativos, ausências de requisitos mínimos, além de convergências de datas (laudos favoráveis referentes às visitas *in loco* antes destas terem ocorrido) que podem ser mais um indício de que este processo não foi conduzido com o rigor necessário exigido na legislação.

Salto nunca poderia ter se transformado em uma Estância Turística uma vez que, como foram pontuados no capítulo IV, não apenas um, mas vários requisitos não foram atendidos e segundo o próprio órgão que concede o título afirma: “caso o município deixar de atender à pelo menos um dos requisitos exigidos, será elaborado parecer final contrário à transformação pretendida” (MANUAL DO DADE, sem data, p.11). Até hoje, 12 anos após, Salto não conseguiria cumprir com todos os requisitos.

Esta análise sugere que a aprovação em todas as instâncias do processo jurídico se deu em função de pressão política e não de atributos do município em questão. Não que esses atributos não existem. Eles, porém, não se encontravam em condições adequadas de acordo com as exigências do processo em questão.

Diante das constatações surgem indagações que poderão ser objetos de estudos futuros, uma vez que não eram os objetivos desta dissertação. São elas:

As duas vias do processo (integral) de fato sumiram ou escondem irregularidades maiores que as observadas?

A tramitação dos demais processos de transformação em Estância segue os mesmos passos (falhos)?

Outro fato observado, durante este período em que o processo estava em tramitação, foi que a população local não estava ciente do que realmente significava para o município esta transformação, o que significa que os moradores não foram consultados sobre esta questão, contrariando assim uma das principais premissas do processo de planejamento turístico de um município. Conforme cita Antunes: “(...) a possibilidade de um desenvolvimento bem-sucedido só é possível a partir da elaboração de um planejamento turístico que utilize as investigações no sentido de priorizar os interesses dos moradores fixos” (ANTUNES, 2006, p. 202).

Salto se transformou em Estância Turística no ano de 1999, mesmo possuindo inúmeros problemas no que tange a atividade.

Com relação aos problemas do turismo no município, era transmitida a idéia (tanto pelos políticos, como pelo editorial do jornal) de que com o título tudo se resolveria. Como em entrevista com Geraldo Garcia que citou, pouco antes da transformação, que estes problemas se resolveriam após a obtenção do título (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5) e na edição especial “Estância: um Sonho prestes a se realizar”, onde o editorial fala que “antigamente” o turismo era feito de forma amadora, transmitindo a idéia de que, o título era a solução para todos os problemas (TAPERÁ, 12.jun.99, p.2).

O fato é que, mesmo após a obtenção do título pouca coisa mudou no município com relação à atividade turística.

Primeiro que as verbas não foram repassadas nem com a frequência (anualmente), nem com a quantidade (os repasses eram feitos em etapas, muitas vezes demorando anos para o recebimento integral) imaginada. Das verbas que chegaram ao município, grande parte não foi utilizada para o desenvolvimento da atividade. Contrariando mais uma vez a legislação.

Nunca houve um planejamento da atividade. Em entrevista com Wanderlei Rigolin, presidente do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, havia o interesse em desenvolver um Plano Diretor de Turismo, mas até o término desta dissertação o mesmo não havia sido desenvolvido. No Plano Diretor do Município, o turismo possui pouco espaço. A ausência de planejamento colaborou para que a situação atual permanecesse, de certa forma, como a analisada antes da obtenção do título

Apesar de ser um dos requisitos feito durante a tramitação do processo, o município permanece não fazendo nenhum controle de sua demanda. O conhecimento deste é fundamental para as tomadas de decisão do município, conforme cita Pellegini Filho: “A análise da demanda é de extrema importância para a atividade turística, pois por meio dela é possível detectar o público real que a localidade atrai, perceber o mercado potencial, detectar as falhas e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo” (PELLEGINI FILHO, 2000, p.127).

O estado dos pontos turísticos, de uma forma geral durante todo o período analisado, não atendiam as condições mínimas para o recebimento de turistas.

Com relação à infra-estrutura turística, no ano de transformação já era citado por uma historiadora envolvida em um outro projeto que “Existe uma infra-estrutura muito fraca. Não há hotéis atrativos em número suficiente. Os funcionários que neles trabalham não estão preparados para turismo. Faltam ainda restaurantes e guias (...)” (TAPERÁ, 14.abr.99, p.5).

Esta continua sendo a realidade de município. Poucas são as opções na área alimentícia e não houve crescimento (nem quantitativos, nem qualitativos) na hotelaria. Chegando a haver queda no número de quartos/apartamentos oferecidos. Nota-se que no primeiro período analisado (1995 até 1997) havia 136 quartos/apartamentos, no segundo período (1998 até 2000) eram 125 e atualmente o município oferece 105.

Segundo Pellegrini Filho, os meios de hospedagem “representam um índice de desenvolvimento da atividade em determinada localidade” (2000, p. 117).

Os turistas que visitam Salto, não utilizam os serviços da cidade (bares, restaurantes, hotelaria, compras em geral), muito provavelmente porque estes serviços não suprem suas expectativas e até mesmo necessidades, sendo estas supridas em cidades vizinhas. Este também pode ser um dos motivos que os excursionistas não permaneçam mais tempo no município e façam valer uma das premissas do nome “Estância”, conforme menciona Yasoshima: “O município que é estância incorpora os conceitos de permanência relativamente prolongada e retornos sucessivos, obrigando-o

a dispor de infra-estrutura e serviços dimensionados, segundo as necessidades de seus visitantes” (YASOSHIMA, 2003, p.122).

O que poderia ser considerado um avanço no turismo saltense foi a criação do “Balcão de Informações Turística”, porém o mesmo é localizado fora das rotas de chegada de turistas e não há divulgação nem placas indicativas. Este posto atende os turistas que fazem uma pesquisa prévia, via telefone ou internet, e assim descobre sua existência ou aqueles que visitam o prédio da Brasiltal e, devido à proximidade, dirigem-se até o local.

Logo após a transformação também houve um relato sobre os folders oferecido aos turistas. Na época haviam materiais específicos para todos os atrativos, porém em todos continham erros de português. O “campeão” era o folder do Parque das Lavras, contendo 21 erros. Na matéria foram citados erros como: contemplar, ao invés de contemplar; vistantes, ao invés de visitantes; Tiête, ao invés de Tietê, através, ao invés de através, entre outros (TAPERÁ, 17.jun.2000, p.4).

Atualmente, o único folder existente, denominado “Guia Turístico Salto”, é oferecido apenas no balcão de informações turísticas. Nele consta breve resumo sobre cada um dos atrativos e, apesar de não haver erros de português, existem erros como quando é citado que Antonio Vieira Tavares (fundador da cidade) é sobrinho de Maria Leite, quando, na verdade, ela era sua esposa (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p.6). Outro ponto notado é quando cita-se que o Monumento à Padroeira “é o maior monumento dedicado a Maria em todo o mundo, e o segundo do Brasil.”. Observa-se que, como pode um monumento ser o maior do mundo e não ser o maior do Brasil? (GUIA TURÍSTICO SALTO, 2007, p.10).

A ausência de folders explicativos nos pontos turísticos pode ser considerado um retrocesso, uma vez que, apesar dos erros, antigamente eles existiam em todos os atrativos. A ausência deste material prejudica as visitas aos atrativos já que a maior parte deles tem forte potencial educativo.

Pode-se considerar o Museu como o maior prejudicado devido as suas características de museu percurso. Ao visitá-lo o turista não sabe quais são os pontos da cidade que deve percorrer. Em visita ao museu a autora solicitou que ao menos fossem informados quais eram os pontos de visitaçã, alegando que gostaria de conhecê-los. A senhora que oferecia atendimento no local disse que não tinha a informação e ofereceu um site para que a consulta fosse feita (observa-se que não havia esta informação no site). Mesmo havendo esta informação no site indicado, dificilmente um turista pararia

sua viagem para procurar um local onde fosse possível realizar uma consulta via internet.

Além da ausência de planejamento turístico, que colaborou para que a situação do município fosse a descrita, outro ponto que deveria ser repensado em todos os níveis (municipal, estadual e federal) é a contratação de pessoas especializadas no assunto.

De uma forma geral,

“O grau de organização e de envolvimento dos organismos oficiais de caráter nacional, regional ou local é o fator determinante da orientação ou atração da demanda, cuja tendência é desenvolver-se sempre mais, na medida das manifestações de interesse que os turistas percebem pelo tratamento que lhes é dado nos países que os recebem” (ANDRADE, 2000, p.205).

Finalmente, espera-se que esta dissertação, ao revelar questões acerca das Estâncias, possa contribuir para uma melhor entendimento da realidade e despertar o interesse de novos estudos a respeito do tema abordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, JOSÉ VICENTE DE. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ANTUNES, Rogéria. Desenvolvimento Turístico: Um Olhar Sobre as Comunidades Receptoras. *In*: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo (org.). **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, p.201 – 218, 2006.

ASSOCIAÇÃO DAS PREFEITURAS DE CIDADES ESTÂNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.aprecesp.com.br/estancia.php>

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Decretos**. Disponível em: www.al.sp.gov.br. Acesso em 21/07/2008.

AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e Estâncias: Impactos e Benefícios para os Municípios**. São Paulo: Futura, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, Mário Carlos. Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado do Turismo. *In*: RODRIGUES, Adyr (org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, p. 79 – 86, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo: Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2004.

CASTELLARI, Luiz. **História de Salto**. Salto – SP. Taperá, 1971.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em 26/07/2007

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DADE. **Manual do DADE**. São Paulo. Não informado editora e data.

DADOS E FATOS (ORG). **Estatísticas Básicas do Turismo**. Disponível em: http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo_2000_a_2005_final.pdf. Acesso em 25/07/2007.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, Renato; MARTINI, Sueli Martini. Porto Góes: A Usina das Fábricas de Tecido. **Revista Memória**, São Paulo, v. IV, n. 16, p. 46-52. 1992.

FERRARI, Sueli Martini. Automação da Usina de Porto Góes. **Revista Memória**, São Paulo, n. 24, p. 9-10. 1992.

FONSECA, Paula Moreti. Turismo e Desenvolvimento no Estado de São Paulo: A Atuação do Poder Público. 2006. Dissertação de Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas, e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIA TURÍSTICO SALTO. Distribuição “Balcão de Informações Turísticas”. 2007

JORNAL TAPERÁ. **Empresa**. Disponível em: <http://tapera.uol.com.br/jornal/empresa.asp>. Acesso em 08/05/2008.

KREIDLORO, Claudia Aparecida. **Museu da Cidade de Salto: Política Cultura e Educação**. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp, Campinas, 2007.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LIBERALESSO, Ettore. **Salto: História, Vida e Tradição**. 2. ed. Salto – SP: Imprensa Oficial, 2000.

LIMA, Patrícia Carla Sitônio. **Desenvolvimento Local e Turismo no Pólo de Porto de Galinhas – PE**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, Brasília.

MARTINI, Sueli; Kuhl, Júlio César Assis. Companhia Ituana Força e Luz. **História & Energia**, São Paulo, n. 8, p.16 – 21. 2000

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Relatório de Atividades**. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/benson/lagovdocs/brazil/federal/esporte/relatorioativides2000.pdf>. Acesso em 17/09/2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/benson/lagovdocs/brazil/federal/turismo/turplanoNacionalPortugues2003-2007.pdf>. Acesso em 13/10/08.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Linhas de Atuação do Ministério do Turismo**. Disponível em: www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/mens03_07.pdf. Acesso em 13/10/08.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Disponível em: http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/doc/PNT_2007_2010.pdf. Acesso em 13/10/2008.

MUSEU DA CIDADE DE SALTO. **Fotos.** Disponível em <http://www.salto.sp.gov.br/museu/>. Acesso em 04/11/2008.

NEATH/EBAPE-FGV. Ambiente Econômico do Turismo. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo.** Disponível em: http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Boletimdedesempenho/bdet14_v4.pdf. Acesso em: 25/07/2007.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. **Capacidade de Carga nas Cidades Históricas.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional:** Uma perspectiva Global. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Turismo Cultural em Tiradentes. São Paulo: Manole, 2000.

Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/turismo/int_estanc.htm. Acesso em 12/07/2008.

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO. Processo número 34218. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1996.

PUPO, Oswaldo de Aguiar. **ABC do Turismo e Estâncias.** São Paulo: Martins, 1974.

RANDI, Adriano. **História do Jornalismo Da Cidade de Salto.** Salto – SP: Imprensa Oficial, 1984.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Espaço: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. 7. ed. Campinas - SP: Papirus, 2002.

São Paulo Convention & Visitors Bureau - SPCVB. **Dados da Cidade. São Paulo**. Disponível em: <http://www.visitesaopaulo.com/cidade/dados-saopaulo.htm>. Acesso em 03/05/2007.

SEBRAE. **Turismo no Alto-Médio Tietê: Potencialidade e Infra-Estrutura**. São Paulo: SEBRAE; Salto – SP: INDER, 2000.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. **Turismo Ganha Secretaria Exclusiva**. Disponível em: www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/?ID=24. Acesso em 09/10/2008.

SERSON, Júlio. Ação Estratégica no Turismo – O Caso de São Paulo. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência e Opinião**. Curitiba, v. 03, n, 01, p. 120 – p. 135, Junho 2006.

SITE OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO. Disponível em: <http://www.salto.sp.gov.br>. Acesso em 11/01/2007.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo. 2004. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TULIK, Olga. Residências Secundárias no Estado de São Paulo – Identificação de Centros Emissores de Demanda. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

YASOSHIMA, José Roberto. Hospitalidade e Turismo: Um Modelo de Acolhimento para as Estâncias Paulistas. 2003. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Matérias Jornalísticas

TAPERÁ. Apresentado projeto para transformar Salto em cidade turística. 11.mar.95, p.6.

TAPERÁ. Pedida a musealização da usina de Porto Góes. 27.jan.96, capa.

TAPERÁ. Salto terá novo Hotel dentro de 12 meses. 14.fev.96, capa.

TAPERÁ. Ex-secretário de cultura fala sobre a situação crítica dos parques. 13.mar.96, p.8.

TAPERÁ. Mais uma tentativa para transformar Salto em Estância. 20.mar.96, capa.

TAPERÁ. Falta de verbas prejudica turismo e deixa parques abandonados. 27.jul.96, capa.

TAPERÁ. Salto de Itu, ofensa para muitos Saltenses. 10.ago.96, p.3.

TAPERÁ. Salto torna-se oficialmente município com potencial turístico. 17.ago.96, capa.

TAPERÁ. Antes da Ponte Pênsil, cascata e hotel atraíam turistas. 25.jan.97, p.2.

TAPERÁ. Curso do Senac forma 30 monitores de turismo em Salto. 29.jan.97, capa.

TAPERÁ. **Salto precisa de um plano diretor de turismo para explorar melhor seu potencial.** 29.jan.97, p. 8.

TAPERÁ. **O turismo em Salto.** 01.fev.97, p. 8.

TAPERÁ. **Foguete turístico.** 26.abr.97, p3.

TAPERÁ. **Em estudos transformação de Salto em Estância Turística.** 03.mai.97, p. 12.

TAPERÁ. **Secretaria continua restauração dos parques.** 10.mai.97, p.13.

TAPERÁ. **Encontrados cacos de vasos pré históricos.** 17.mai.97, capa.

TAPERÁ. **Há 100 anos inaugurava maior hotel do interior.** 16.ago.97, p2.

TAPERÁ. **Adiado o sonho da Estância Turística.** 23.ago.97, capa.

TAPERÁ. **Para turistas parques merecem maior atenção das autoridades.** 06.set.97, p9.

TAPERÁ. **Salto ganha hotel 3 estrelas.** 27.set.97, capa.

TAPERÁ. **Salto ganha seu primeiro hotel 3 estrelas.** 18.out.97, capa.

TAPERÁ. **Porto Seguro hotel inaugura instalações hoje.** 18.out.97, p.8.

TAPERÁ. **Natureza e lazer em sintonia no parque do lago.** 01.nov.97, p.11.

TAPERÁ. **Porque a Matriz de Salto foi construída no mesmo lugar da antiga capela.** 13.dez.97, p.2.

TAPERÁ. **Praça XV, ponto de encontro da galera.** 07.jan.98, capa.

TAPERÁ. **Secretario recebeu vereadores para tratar da estância.** 30.mai.98, p.10, geral.

TAPERÁ. Projeto da Estância terá comissão especial. 30.mai.98, p.10, geral..

TAPERÁ. **O turismo de Salto.** 06.jun.98, p.3.

TAPERÁ. Edição Especial: Salto 300 anos. **Transformação em Estância Turística: um objetivo difícil.** jun.98, p.3.

TAPERÁ. Edição Especial: Salto 300 anos. **A polêmica troca de nome.** jun.98, p.6.

TAPERÁ. Edição Especial: Salto 300 anos. **Ponte Pênsil não foi construída para ser atração turística, mas é.** jun.98, p.8.

TAPERÁ. Edição Especial: Salto 300 anos. **Monumentos à Padroeira causaram polêmicas.** jun.98, p. 10.

TAPERÁ. **Queda na industrialização direciona Salto para o turismo.** 27.jun.98, capa.

TAPERÁ. **Secretário vê grandes chances de Salto passar à estância.** 18.jul.98, capa.

TAPERÁ. **Para secretário, é possível Salto virar estância.** 18.jul.98, p.5, geral.

TAPERÁ. **Reiterado pedido para aprovação da estância.** 08.ago.98, p7.

TAPERÁ. **Técnicos vão avaliar o potencial turístico de Salto.** 15.ago.98, capa.

TAPERÁ. **Secretário empenha-se para elevar Salto à Estância.** 15.ago.98, p4.

TAPERÁ. **CONDEPHAAT veio avaliar nosso potencial turístico.** 22.ago.98, capa.

TAPERÁ. Técnica do CONDEPHAAT avaliou o potencial turístico do município. 22.ago.98, p.7.

TAPERÁ. Despoluição do rio Tietê é fundamental para transformação em Estância Turística. 02.set.98, p.2, gente.

TAPERÁ. Dado o primeiro grande passo para Salto se tornar Estância Turística. 14.nov.98, capa.

TAPERÁ. Nova vistoria no processo da Estância Turística. 18.nov.98, capa.

TAPERÁ. Técnica do departamento das estâncias teve boa impressão da cidade. 21.nov.98, capa.

TAPERÁ. Estância Turística: Secretário vai agilizar tramitação do processo. 21.nov.98, p.5.

TAPERÁ. Técnica veio avaliar potencial turístico de Salto. 21.nov.98, p.7.

TAPERÁ. Estância turística: prefeito reuniu-se com presidente da assembléia. 05.dez.98, p.11.

TAPERÁ. Projeto da Estância poderá ser aprovado até março. 12.dez.98, capa.

TAPERÁ. O SEBRAE esta apostando no pólo turístico regional como algo pioneiro no Brasil. 10.fev.99, p.5.

TAPERÁ. Estância é aprovada pela comissão de justiça da assembléia. 27.fev.99, capa.

TAPERÁ. Pontos turísticos abandonados, as vésperas de Salto virar Estância. 10.abr.99, capa.

TAPERÁ. **Margens do Tietê, próximas à cascata, exigem maior cuidado.** 14.abr.99, capa.

TAPERÁ. **Historiadora diz que falta de informação pode atrasar a consolidação do pólo turístico.** 14.abr.99, p.5, gente.

TAPERÁ. **Dos 3 parques, apenas o do Lago esta em boas condições.** 17.abr.99, capa.

TAPERÁ. **Projeto da Estância já esta aprovado nas duas comissões.** 08.mai.99, p.5, geral.

TAPERÁ. **Governador promete sancionar projeto da Estância.** 22.mai.99, capa.

TAPERÁ. **Vereadores pedem apoio do governador ao projeto da Estância.** 22.mai.99, p.6.

TAPERÁ. **Prefeito quer entrosamento turístico com cidades da região.** 09.jun.99, p.6, gente.

TAPERÁ. Edição Especial. 1999, A Caminho da Estância. **Estância, um sonho prestes a se realizar.** 12.jun.99, p.2.

TAPERÁ. **Prefeitos atrapalham votação do projeto da Estância.** 05.jun.99, capa.

TAPERÁ. **Vereadores também colaboram pela aprovação do projeto da Estância.** 12.jun.99, p.8.

TAPERÁ. Edição Especial. 1999, A Caminho da Estância. **Pontos turísticos Saltenses necessitam de maiores cuidados.** 12.jun.99. p.9.

TAPERÁ. **Líderes de 15 partidos pedem votação do projeto da estância.** 26.jun.99, capa.

TAPERÁ. **Saltenses fazem apelo as lideranças para votar projeto da Estância.** 26.jun.99, p.5.

TAPERÁ. **Turismo é coisa séria - Já dizia jornal de Salto há 30 anos.** 10.jul.99, p.2.

TAPERÁ. **Assembléia aprova transformação de Salto em Estância Turística.** 21.ago.99, capa.

TAPERÁ. **Periga a transformação de Salto em estância turística.** 25.ago.99, capa.

TAPERÁ. **Governador garante que sanciona projeto da estância.** 28.ago.99, capa.

TAPERÁ. **Publicada ontem a lei que transforma Salto em estância turística.** 04.set.99, capa.

TAPERÁ. **Vereador foi ver o que Salto ganha com a Estância.** 11.set.99, p.3, classificados.

TAPERÁ. **Parque do Lago recebe milhares de pessoas nos finais de semana.** 25.set.99, p.6.

TAPERÁ. **Estância Turística: Autoridades em busca de informação.** 02.out.99, capa.

TAPERÁ. **Iniciada a reforma dos pontos turístico próximos ao centro velho.** 09.out.99, capa.

TAPERÁ. **Taperá aponta os destaques de 1999.** 15.jan.2000, p.1, caderno 2.

TAPERÁ. **Destaques de 1999.** 26.fev.2000, capa, p.6, p.7 e p.9, suplemento especial.

TAPERÁ. Edição Especial 302 anos. Opção: Turismo. **Divulgação dos pontos turísticos Saltenses ainda é falha.** 17.jun.2000, p.4.

TAPERÁ. Edição Especial 302 anos.Opção: Turismo. **Abandono e sujeira imperam nos pontos turísticos a mais de 1 ano.** 17.jun.2000, p.6.

TAPERÁ. Edição Especial 302 anos.Opção: Turismo. **Parque do Lago é exceção.** 17.jun.2000, p.15.

TAPERÁ. Edição Especial 302 anos.Opção: Turismo. **Turistas se hospedam em hotéis Saltenses para visitar outras cidades.** 17.jun.2000, p.18.

TAPERÁ. Edição Especial 302 anos.Opção: Turismo. **Compare os serviços e preços dos hotéis Saltenses.** 17.jun.2000, p.19.

TAPERÁ. **Principal praça da cidade apresenta diversos problemas.** 02.dez.2000, p.5.

TAPERÁ. **Abandonado, coreto da praça sofre com vandalismo.** 05.ago.2000, p.5.

TAPERÁ. **Em 500 metros de Tietê, 5 ilhas. A artificial abrigará belo complexo turístico.** 12.mai.2001, p.2.

TAPERÁ. **Salto receberá neste ano quase 1 milhão para desenvolver o turismo.** 26.mai.2001, p.6, caderno 2.

TAPERÁ. **Cultura e Turismo de Salto perdem verba de R\$ 835 mil.** 13.out.2001, p.1.

TAPERÁ. **Prazo vence e Salto pode perder quase R\$ 1 milhão.** 10.nov.2001, p.6.

TAPERÁ. **Salto ganha segunda chance para receber verba do turismo em 2002.** 22.dez.2001, p.5, geral.

TAPERÁ. **Prefeitura relaciona obras para receber verba do DADE.** 29.dez.2001, capa.

TAPERÁ. **Turismo saltense é beneficiado com quase R\$ 3 milhões.** 05.jan.2002, capa.

TAPERÁ. **Verba poderá reduzir problemas da Cultura e Turismo em Salto.** 05.jan.2002, p.1, caderno 2.

TAPERÁ. **Turismo.** 05.jan.2002, p.3, geral.

TAPERÁ. **2002.0309 p5 geral -Somos estância turística?.** 09.mar.2002, p.5.

TAPERÁ. **Abandono - Monumento à Padroeira tem até possível criadouro da dengue.** 23.mar.2002, p.1., caderno2.

TAPERÁ. **Secretário diz que verbas do turismo também ajudarão na infra-estrutura da cidade.** 03.abr.2002, p.5.

TAPERÁ. **Para o DADE é complicado tratar com Salto.** 07.set.2002, p.5 geral.

TAPERÁ. **Salto ganha segunda chance para receber verba do turismo em 2002.** 22.dez.2001, p.5.

TAPERÁ. **Salto deve receber R\$ 1 milhão para investir no turismo em 2003.** 28.set.2002, p.5.

TAPERÁ. **Pontos turísticos são usados como motéis.** 22.mar.2003, p1.

TAPERÁ. **Sujeira e abandono marcam pontos turísticos de Salto.** 22.mar.2003, p1.

TAPERÁ. **Vereadores cobram melhorias no Parque das Lavras e Santa.** 19.abr.2003, p.5, geral.

TAPERÁ. **Acesso ao Parque do Lago está sendo pavimentado e ponte será concluída.** 26.abr.2003, capa.

TAPERÁ. **Acesso ao distrito e Parque do Lago começa a ser asfaltado.** 26.abr.2003, p.4, geral.

TAPERÁ. **Os pontos turísticos estão abandonados, mas os turistas ainda vêm para cá.** 26.abr.2003, capa.

TAPERÁ. **Turistas visitam os pontos abandonados de Salto.** 26.abr.2003, p.1, caderno 2.

TAPERÁ. **Acesso ao distrito e Parque do Lago começa a ser asfaltado.** 26.abr.2003, p.4.

TAPERÁ. **Turistas: por favor, não venham pra cá!** 26.abr.2003, p.8.

TAPERÁ. **Governo Federal lança Plano Nacional de Turismo.** 10.mai.2003, p.5, geral.

TAPERÁ. **Vamos fechar os pontos turísticos para reformas!** 17.mai.2003, p.6, geral.

TAPERÁ. **Sugeridas algumas medidas simples para melhorar o turismo.** 24.mai.2003, p.5.

TAPERÁ. **Parques e monumento da Santa serão mantidos pela Eucatex até 2010.** 05.jul.2003, capa.

TAPERÁ. **Sítio arqueológico é encontrado em Salto.** 05.jul.2003, capa.

TAPERÁ. **Eucatex cuidará dos parques da cidade até 2010.** 05.jul.2003, p.5, geral.

TAPERÁ. **Equipe das rodovias das colinas encontra sítio arqueológico.** 05.jul.2003, p.5.

TAPERÁ. **Parque do Lago esta sendo restaurado.** 23.ago.2003, p.4, geral.

TAPERÁ. **Revitalizações dão um novo estímulo ao turismo em Salto.** 25.out.2003, p.6, geral.

TAPERÁ. **Salto pode ter 4 anos para consolidar turismo e manter título de estância.** 06.dez.2003, p.4 geral.

TAPERÁ. **Concluída a pintura do Monumento à Padroeira.** 20.dez.2003, p.6, caderno 2.

TAPERÁ. **Monumento aniversaria com nova pintura e velhos problemas.** 27.dez.2003, p.1, caderno 2.

TAPERÁ. **Segurança da Ponte Pênsil preocupa.** 04.fev.2004, capa.

TAPERÁ. **Pedida manutenção e avaliação técnica completa da Ponte Pênsil.** 07.fev.2004, p.5.

TAPERÁ. **Verba do Turismo será usada para asfaltar bairros de Salto.** 14.fev.2004, p.5, geral.

TAPERÁ. **Pontos turísticos saltenses agora estão em bom estado.** 14.ago.2004, capa.

TAPERÁ. **Parques turísticos agora estão em ótimas condições.** 14.ago.2004, p.6, geral.

TAPERÁ. **Há 5 anos Salto se transformava em estância turística.** 21.ago.2004, capa.

TAPERÁ. **Turismo: avanços e deficiências em cinco anos de estância.** 21.ago.2004, p.6, geral.

TAPERÁ. **Especialistas opinam sobre os cinco anos da Estância Turística.** 28.ago.2004, p.5, geral.

TAPERÁ. **Turismo proporciona milhões para Salto.** 18.set.2004, capa.

TAPERÁ. **Projeto que pode tirar título esta parado.** 18.set.2004, p.8

TAPERÁ. **Turismo proporciona mais de R\$ 5 milhões para Salto.** 18.set.2004, p. 8.

TAPERÁ. **Praça Archimedes Lammoglia continua esquecida.** 30.out.2004, p.4.

TAPERÁ. **Problemas persistem em complexo turístico do Centro Velho.** 11.fev.2006, p.7.

TAPERÁ. **União pode ajudar Salto a desenvolver o turismo.** 19.fev.2005, p.7, geral.

TAPERÁ. **Município tem R\$ 2,5 milhões para receber do DADE.** 19.mar.2005, p.6, classificados.

TAPERÁ. **Secretário anuncia planos para o turismo.** 09.abr.2005, capa.

TAPERÁ. **Executivo apresenta pacote para estimular o turismo.** 09.abr.2005, p.4, geral.

TAPERÁ. **Salto tem mais de R\$ 3 milhões para receber do DADE.** 16.abr.2005, p.4, geral.

TAPERÁ. **Atrativos turísticos estão sendo mais divulgados pela prefeitura.** 21.mai.2005, p.6, geral.

TAPERÁ. **Capela do monumento à Padroeira será reformada – Não sou contra o turismo religioso.** 23.jul.2005, p.6, geral.

TAPERÁ. **Missa Campal na entrega das obras do monumento à Padroeira.** 20.ago.2005, capa.

TAPERÁ. **Até mudança do nome de Salto foi sugerida no Plano Diretor.** 20.ago.2005, p5.

TAPERÁ. **Reinauguração.** 03.set.2005, capa.

TAPERÁ. **Monumento à Padroeira será reinaugurado amanhã.** 03.set.2005, p.8, geral.

TAPERÁ. **Turismo dá lucro: cerca de 200 cidades tentam obter título na Assembléia.** 10.set.2005, p.5.

TAPERÁ. **Nova lei permitirá retirada do título de Estância Turística.** 17.set.2005, p.7, geral.

TAPERÁ. **Salto perde R\$ 387 mil em repasses para o turismo.** 01.out.2005, p.4, geral.

TAPERÁ. **Seade comprova que Salto deixou de ser uma cidade industrial.** 19.nov.2005, capa.

TAPERÁ. **Turismo pra valer.** 19.nov.2005, p.3.

TAPERÁ. **Parque das lavras continua sendo invadido por materiais.** 30.dez.2005, capa

TAPERÁ. **Sujeira faz deputado sugerir interdição do Parque das Lavras.** 30.dez.2005, p.5 geral.

TAPERÁ. **Falta d'água na área do Monumento da Santa afasta turistas.** 18.jan.2006, capa.

TAPERÁ. **Projeto que disciplina as estâncias deve ser votado até março.** 28.jan.2006, p.12, geral.

TAPERÁ. Salto sedia hoje o encontro de secretários das estâncias do Estado. 08.mar.2006, capa.

TAPERÁ. Pela primeira vez, salto sedia Encontro de secretários das Estâncias Turísticas. 11.mar.2006, p.1, caderno 2.

TAPERÁ. Administração espera para hoje liberação das verbas do turismo. 05.jul.2006, capa.

TAPERÁ. Virou novela: Estado adia novamente repasse das verbas do turismo. 08.jul.2006, capa.

TAPERÁ. Comtur busca alternativas para reforçar segurança nos parques. 12.jul.2006, capa.

TAPERÁ. Continuam a prática de prostituição e o consumo de drogas no Centro. 2007.jan.20, capa.

TAPERÁ. Parque do Lago apresenta problemas por falta de manutenção. 10.fev.2007, p.10, classificados.

TAPERÁ. Ausência de sinalização impede conhecimento de atrações do Parque Rocha Moutonné. 24.fev.2007, p.6, geral.

TAPERÁ. Verbas do DADE, liberadas em 2006, têm futuro incerto. 07.abr.2007, p.8 geral.

TAPERÁ. Praça da Matriz passa por mudanças e terá monumento aos fundadores da cidade. 12.mai.2007, p.5.

TAPERÁ. Projetista da Concha Acústica vai ajudar na recuperação. 30.jun.2007, capa.

TAPERÁ. **Arquiteto renomado visita obras do Complexo Turístico da Cachoeira.** 30.jun.2007, p.8.

TAPERÁ. **Salto perderá R\$ 720 mil das verbas do DADE.** 07.jul.2007, capa.

TAPERÁ. **As verbas do DADE.** 07.jul.2007, p.3, opinião.

TAPERÁ. **Salto vai perder parte da verba do DADE.** 07.jul.2007, p.7, geral.

TAPERÁ. **Sinalização turística esta longe de virar realidade em Salto.** 11.ago.2007, p.7.

TAPERÁ. **Município volta a cobrar verbas de quase R\$ 3 milhões do DADE.** 25.ago.2007, p.6, geral.

TAPERÁ. **Praça XV.** 24.nov.2007, p.3.

TAPERÁ. **Segundo DADE, erros com a documentação motivam atraso no repasse.** 22.dez.2007, p.5, geral

TAPERÁ. **DADE libera R\$ 537 mil para Salto.** 29.dez.2007, p.5, geral.

.

APÊNDICE - Análise das Matérias sobre “Estância” publicadas no Jornal Taperá

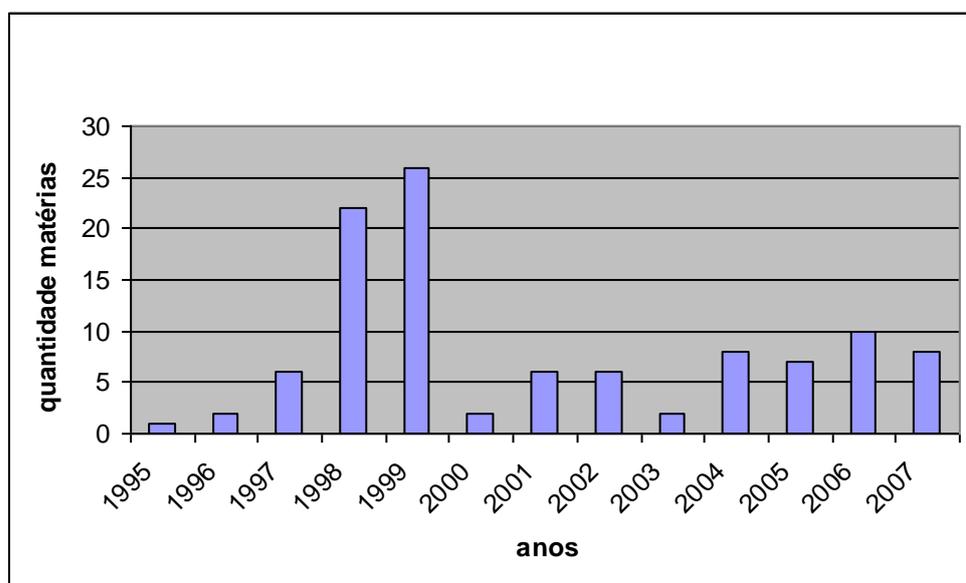


Figura 22 – Matérias “Estância”
 Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

Prefeito: Jesuíno Ruy

1995

Neste ano foi apresentado o projeto de lei para solicitação da transformação do município em Estância Turística.

Foi publicada apenas uma matéria comunicando sobre este projeto de lei, não sendo passadas informações importantes como os benefícios ou detalhes do processo.

Nota-se que o assunto ainda é tratado de forma “insipiente”. O termo “Estância Turística” é erroneamente trocado por “Cidade Turística” e o nome do autor do projeto, Sylvio Martini, trocado por Archimedes Lammoglia (TAPERÁ, 11.mar.95, p.6).

1996

Neste ano foram mencionadas apenas duas vezes a questão da transformação do município em Estância Turística.

Nos dois casos foram explanadas de maneira superficial, sem dar grandes detalhes do processo.

Na reportagem de Março, foi citado que “dentre os inúmeros benefícios (...) será o de pertencer a um grupo de elite de municípios e ainda auferir uma maior participação nos impostos que são repassados pelo Estado, além de abrir uma linha de crédito para empréstimos que tiverem como destino ampliações e melhorias de interesse turístico na cidade” (TAPERÁ, 20.mar.96, capa). Enquanto que, na reportagem de Agosto, os benefícios citados são que Salto “poderá receber verbas dos governos Federal e Estadual, para a manutenção de seus atrativos, o que em muito auxiliaria na manutenção de nossos parques” (TAPERÁ, 17.ago.96, capa).

Prefeito: João Guido Conti

1997

Neste ano ficou evidente a falta de entrosamento e de continuidade de projetos quando existem mudanças de mandatos governamentais. Graças à solicitação de esclarecimentos sobre o andamento do processo pelo vereador Geraldo Garcia, foi noticiado, pelo então secretário de Estado dos Negócios de Esporte e Turismo, que o processo estava parado desde 14/11/96, sendo que este esclarecimento foi dado em 16/04/97 (TAPERÁ, 03.mai.97, p.12). Começa aí uma “guerra” de acusações entre os novos e antigos responsáveis. (TAPERÁ 23.ago.97, capa e TAPERÁ, 06.set.97, p.9).

Também neste ano foi veiculado, pela primeira vez, o assunto na coluna “cá entre nós”, onde é relatada a opinião do editorial. Nela observa-se total aprovação com relação a transformação. (TAPERÁ, 26.abr.97, p.3.).

1998

Devido à proximidade com a transformação do município em Estância, esperada para este ano, mas que aconteceria apenas no ano seguinte, observa-se um crescimento no número de reportagens sobre o assunto.

É notado grande empenho em apressar a transformação por parte dos vereadores Geraldo Garcia e Jades Martins de Melo e do próprio prefeito, João Guido Conti junto a responsáveis pelo andamento do processo como o secretário da Secretária de Esporte e Turismo, Marcos Arbaitman, e o presidente da Assembléia, Paulo Kobayashi (TAPERÁ, 30.mai.98, p.10; TAPERÁ, 08.ago.98, p.7; TAPERÁ, 15.ago.98, p.4; TAPERÁ, 18.nov.98, capa; TAPERÁ, 21.nov.98, p.5 e TAPERÁ, 05.dez.98, p.11), e até foi proposto uma comissão especial de acompanhamento da transformação de Salto em Estância Turística (TAPERÁ, 30.mai.98, p.10).

Em entrevista, a deputada Maria do Carmo Piunti também se solidarizou no auxílio na aprovação do processo. Segundo ela, quando o processo chegar a Assembléia, “entra o nosso trabalho, no sentido de convencimento que o projeto vá para o plenário e em seguida que os deputados aprovem” (TAPERÁ, 02.set.98, p.2).

Durante este ano houve grandes evoluções no processo de transformação. Em agosto o CONDEPHAAT enviou uma técnica, a Sra. Tânia Veiga para fazer um parecer sobre as potencialidades do município. Em Novembro foi notificado o parecer favorável por parte desta instituição e o resultado comunicado à Secretaria de Esporte e Turismo. Esta, por sua vez, encaminhará ao DADE para que este departamento também emita um parecer após a visita de um de seus técnicos à Salto (TAPERÁ, 14.nov.98). Ainda em Novembro foi enviada a técnica Marie de Abreu Sampaio para fazer a segunda avaliação sobre o potencial turístico do município (TAPERÁ, 18.nov.98, capa).

Segundo os vereadores, a tendência “é que seu parecer seja favorável, faltando apenas uma declaração da CETESB sobre a qualidade do nosso ar para que o processo seja completado” (TAPERÁ, 21.nov.98, capa).

Mais uma vez a avaliação feita no município foi favorável e para finalizar esta etapa, foi enviado um relatório de qualidade do ar da região (pois Salto não possui estação medidora da poluição).

Finalizada esta etapa o processo foi encaminhado para a Assembléia (TAPERÁ, 05.dez.98, p.11). Havia a esperança de a aprovação sair neste ano, porém, devido ao

recesso, a votação ficou sem data definida, havendo uma expectativa que seja feita até março de 1999 (TAPERÁ, 12.dez.98, capa).

Os benefícios são amplamente citados como na reportagem com o Secretário de Esportes e Turismo do Estado: “(...) com o título de Estância Turística, o município passa a receber 10% do ICMS arrecadado no Estado, citando que neste ano, até junho último, o governo já repassou cerca de R\$ 173 milhões às Estâncias Turísticas, além do que passa a gerar mais empregos, riquezas e outros importantes benefícios”(TAPERÁ, 18.jul.98, p.5).

O secretário ainda cita que Salto tem total condição de se tornar Estância, ainda segundo ele: “contribui para isso o fato de contarmos com todos os requisitos necessários, entre eles as várias rodovias de acesso ao município, parques turísticos, hospedagem, alimentação, etc.” (TAPERÁ, 18.jul.98).

Foi registrada uma opinião do editorial onde é parabenizado o empenho dos vereadores nesta questão. Ainda segundo esta matéria:

A transformação de Salto em estância é fundamental para que o turismo possa se tornar uma indústria rentável e geradora de empregos como se deseja a tempos. Cidades bem menos expressivas que a nossa conseguiram o título e desfrutam hoje de verbas repassadas pelos governos estadual e federal a estâncias turísticas de todo o país. Também faturam com atrações que projetam nos cenários estadual e nacional e atraem turistas de toda parte, proporcionando recursos pelo que estes vêm a gastar em seus territórios (TAPERÁ, 06.jun.98, p.3).

O título de Estância Turística também foi apresentado à comunidade saltense como uma “tábua de salvação” em um momento de dificuldades que o município estava passando com a baixa na industrialização. “Muitos entendem que esta é a saída, tendo em vista que a industrialização, que já foi o forte da cidade, teve uma queda acentuada nos últimos anos...” (TAPERÁ, 27.jun.98, capa).

1999

Em setembro deste ano o município, enfim, consegue a obtenção do título de Estância Turística. Por este motivo houve muitas matérias relatando o andamento deste processo.

O processo, antes de obter a votação em plenário na Assembléia Legislativa, deve passar por duas comissões da Assessoria Técnico Legislativa. Foram elas: a comissão de Constituição e Justiça e a comissão de Esportes e Turismo.

Em fevereiro, a primeira comissão da casa (Constituição e Justiça) aprovou a elevação do município. Após esta aprovação, o processo foi encaminhado à Comissão de Esporte e Turismo que deveria se pronunciar em um prazo de até 10 dias para exarar seu parecer (TAPERÁ, 27.fev.99, capa). Como isto não ocorreu dentro do prazo, o presidente da Assembléia Legislativa, Wanderley Macris, indicou a deputada ituana Maria do Carmo Piunti (que foi uma das deputadas a votar a favor do projeto na primeira comissão) como relatora oficial, que, imediatamente, deu parecer favorável à transformação.

No texto do parecer, a deputada Maria do Carmo comenta que:

conforme se depreende, a justificativa do projeto corroborada pelo CONDEPHAAT e DADE, o município de Salto possui atrativos de natureza histórica, artística, recursos naturais e paisagísticos. Além disso, dispõe de rede hoteleira que atende a demanda turística atual e futura e excelentes áreas de lazer e recreação. Ante o exposto, não nos resta dúvida quanto à vocação para o turismo, esportes e lazer de Salto, o qual desponta no cenário do nosso Estado como um importante pólo turístico, que reflete a harmonia da natureza com o desenvolvimento, reunindo assim, condições para se transformar em estância Turística. Isso posto somos favoráveis à aprovação do projeto (TAPERÁ, 08.mai.99, p.5).

Após estes pareceres favoráveis, o presidente da Assembléia Legislativa se compromete com os saltenses a colocar o projeto em votação com a maior brevidade possível.

Ainda durante o mês de Maio, os vereadores Jades M. de Mello, Ermani Soares e Geraldo Garcia tiveram a oportunidade de conversar com o governador do Estado, Mario Covas. Na ocasião Covas se diz favorável pois, segundo ele a cidade possui potencial para isto uma vez que a conhece pessoalmente. Em seguida, os vereadores citados estiveram na Assembléia Legislativa, “passando a tarde peregrinando pelos gabinetes dos deputados líderes dos partidos, solicitando apoio na aprovação do projeto” (TAPERÁ, 22.mai.99, capa e p.6).

Em Junho, a votação pela Assembléia Legislativa ainda não tinha ocorrido. O prefeito João Guido Conti tomou conhecimento que o motivo de tal atraso se dava por conta dos prefeitos dos municípios estâncias, que estavam tentando atrapalhar a votação

do projeto de lei. A hipótese levantada “é que os prefeitos das outras cidades não querem dividir o dinheiro destinado às estâncias com mais um município” (TAPERÁ, 05.jun.99, capa).

Com o objetivo de agilizar a aprovação do projeto, representantes do executivo e do legislativo saltenses apresentaram requerimento solicitando a urgente votação do projeto com assinaturas de líderes de todos os partidos com representação na Assembléia Legislativa ao presidente da Assembléia, Wanderlei Macris, que se propôs a colocar o projeto de lei em votação com urgência (TAPERÁ, 26.jun.99, capa e p.5).

Em Agosto o processo é colocado em pauta e a Assembléia Legislativa aprova por unanimidade o projeto que transforma Salto em Estância Turística. Macris prometeu assinar ainda na data o autógrafo para que fosse encaminhado ao governador Mário Covas, o quanto antes, para sanção e promulgação (TAPERÁ, 21.ago.99, capa).

Quando tudo parecia caminhando para a obtenção do título de Estância, é noticiada uma matéria cujo título é “Periga a Transformação de Salto em Estância Turística”. A matéria fala sobre a movimentação (já alertada anteriormente ao prefeito João Guido Conti) da APRECESP (Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo) para solicitar ao governador que vete este projeto de lei e outros que aumentam o número de Estâncias no Estado (TAPERÁ, 25.ago.99, capa).

O prefeito da Estância Turística de Caconde e presidente da APRECESP, Antonio Carlos de Farias, marcou uma reunião com o governador Mário Covas para debater sobre o assunto. Seu argumento é que “estão sendo utilizados critérios políticos e não técnicos, o que prejudicaria as atuais estâncias que teriam que dividir com Salto e com outras estâncias a serem criadas a verba que lhes é destinada pelo Governo do Estado” (TAPERÁ, 25.ago.99, capa).

Segundo o jornal, “Essa alegação, no caso de Salto, não se aplica, pois a movimentação política só aconteceu depois que um órgão técnico, o CONDEPHAAT, analisou e aprovou a pretensão do nosso município” (TAPERÁ, 25.ago.99, capa).

Com esta notícia houve uma grande movimentação dos “homens públicos” da cidade.

O prefeito João Conti, além dos contatos com deputados, marcou uma audiência com o secretário de Turismo do Estado, Marcos Arbaitman. (...) Os vereadores Jades M. de Mello e Geraldo Garcia, por sua vez, também se comunicaram com os deputados que apoiaram a luta de Salto, como Rodolfo Costa e Silva e Maria do

Carmo Piunti, além de marcarem uma audiência com o secretário de Turismo estadual (...)” (TAPERÁ, 28.ago.99. capa).

Em 02 de setembro o governador Mário Covas sancionou o projeto de lei. “A lei levou o número 10.360/99 e entrou em vigor na data de sua publicação” (TAPERÁ, 04.set.99, capa).

Além das matérias relacionadas ao processo de transformação, outros temas sobre o assunto foram abordados durante o ano como, por exemplo, a série de reportagens mostrando a situação precária dos atrativos turísticos “as vésperas da transformação” (TAPERÁ, 10.abr.99, capa).

Em entrevista, o então vereador Geraldo Garcia (hoje prefeito), grande idealizador do desenvolvimento turístico no município, fala sobre a importância de alguns destes pontos para o sucesso no processo de transformação. Segundo ele, “A razão pela qual Salto esta virando uma estância deve-se quase que exclusivamente aos parques, principalmente o Parque Rocha Moutonnée” (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5).

Sendo perguntado se é possível transformar um município como Salto (problemas de poluição, vandalismo e abandono) em Estância Turística. Geraldo Garcia respondeu confiante de que os problemas se resolveriam após a concessão do título.

Acho que vamos ser estância, mas vamos precisar honrar este título depois. Vai ficar muito desagradável se depois de fazer todos estes trâmites e quando recebermos grande fluxo de pessoas, vai ficar feio para nós se não tratarmos bem nossa cidade e também aos turistas (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5).

Neste ano também foram noticiados, com maiores detalhes, os benefícios que os municípios Estâncias recebem. Ainda nesta entrevista, Garcia menciona que “ao nos transformamos em Estância, estaremos recebendo uma verba anual garantida na Constituição. Neste ano seria em média R\$ 700 mil reais. Isso sem dúvida nenhuma vai representar uma força para que o poder público comece a ter um fundo, que só pode ser gasto em questões relacionadas ao turismo. (...)” (TAPERÁ, 10.fev.99, p.5). O prefeito, João Conti, também foi entrevistado pela coluna Gente. Nesta entrevista ele cita como benefício do título uma maior facilidade para que pessoas invistam no município (TAPERÁ, 09.jun.99, p.6).

Logo após a sanção da lei, o vereador Jades Martins esteve com o diretor do DADE, Ricardo Montoro, para saber sobre os reais benefícios obtidos com a transformação. Montoro esclareceu que

pela legislação vigente, o Estado obriga-se a repassar anualmente às estâncias um montante nunca inferior a dez por cento do total de arrecadação dos impostos municipais no exercício imediatamente anterior. O montante é auferido pela somatória dos impostos municipais de cada município, através da 'Declaração da Receita Tributária Própria Municipal - DREMU' fornecida pela secretária da fazenda. A Lei 7862/92 trata o assunto e classifica os seguintes impostos para formar o DREMU: IPTU, Transmissão de bens Imóveis, IVV e impostos sobre serviço de qualquer natureza (TAPERÁ, 11.set.99, p.3).

Montoro ainda cita que, no momento da solicitação da verba, a prefeitura deve informar o destino do recurso a ser repassado que poderá ser:

(...) para pavimentação de ruas, melhoria no abastecimento de água, reparos e manutenção em parques e pontos turísticos, realização de eventos (festas de rodeio, concurso de bandas, shows populares etc.) tudo o que venha a provar que é para melhorar o atendimento ao turista. Essa verba é dividida em 70%, no mínimo, aplicados em obras de interesse turístico e 30%, no máximo, aplicados em eventos (TAPERÁ, 11.set.99, p.3).

Ainda é comentado sobre a importância de estas solicitações serem documentadas na forma da lei e feitas dentro dos prazos.

O vereador Jades Martins e o prefeito João Conti estiveram em SP posteriormente para buscar informações “sobre as providencias para que Salto se firme com Estância Turística” (TAPERÁ, 02.out.99, capa). Na ocasião, Virgílio de Carvalho, coordenador geral do DADE, citou que:

inicialmente nosso município deve montar o Conselho Municipal de Turismo, a ser integrado por pessoas ligadas ao comércio e à rede hoteleira da cidade. Em seguida deve criar o Fundo Municipal de turismo, órgão que receberá 5% do valor pago ao município; nomear um ‘divulgador de turismo’, aquele que vai divulgar a cidade em todo Brasil, apoiar os ambulantes, guias turísticos e outras pessoas que pretendem trabalhar no setor (02.out.99, capa).

Neste ano houve extrema queda no noticiário a respeito do tema Estância. Esta questão foi citada em apenas três oportunidades. Duas delas nos “Destaques de 1999” (TAPERÁ, 15.jan.2000, p.1 e TAPERÁ 26.fev.2000, capa, p.6, p.7 e p.9) onde foram homenageadas pessoas envolvidas no processo e a última noticiando a participação do prefeito de Salto na reunião dos prefeitos das Estâncias do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que, neste ano, não houve liberação de verba das Estâncias, conforme previsto na legislação, esta apenas ocorrerá um ano após a transformação e os valores repassados são referentes ao exercício anterior (no caso referentes a 2000).

Prefeito: Pílzio Nunciatto Di Lelli

2001

Este foi o primeiro ano que Salto pode solicitar o repasse de verbas. “Diante deste fato a prefeitura já encaminhou vários projetos pedindo verbas e está elaborando outros que visem estimular a atividade econômica em torno do turismo” (TAPERÁ, 26.mai.2001, p.6).

Em maio foram solicitadas verbas para os seguintes projetos:

- Realização da festa Ítalo-Saltense.
- Eventos comemorativos aos 100 anos de falecimento de Giuseppe Verdi.
- Reforma do Teatro Municipal.
- Completa revitalização do Parque da Lavras.

Apenas em outubro a verba de R\$ 835.840,54 foi liberada, porém com um agravante: os recursos que eram “para ser aplicados no turismo da cidade vão ser utilizados para o término da Ponte do Palma” (TAPERÁ, 13.out.2001, p.1).

Em novembro, o vereador Jades Martins, buscando informações junto ao DADE, descobriu que Salto havia perdido prazo para solicitação de recursos para 2002, conforme ofício enviado por Ronaldo Assumpção: “Até o presente momento (11 de outubro) a Prefeitura não encaminhou nenhum pedido para o exercício de 2002. O valor total da verba para 2002 é de R\$ 984.168,66 e o prazo estipulado para entrega dos projetos foi 30 de setembro” (TAPERÁ, 10.nov.2001, p.6).

Em dezembro, o então presidente da câmara, José Geraldo Garcia, disse ter conseguido junto ao DADE uma nova chance para Salto solicitar a verba. Segundo ele “Se Salto correr pode obter esta verba, mas os papéis devem ser entregues antes de 31 de dezembro” (TAPERÁ, 22.dez.2001, p.5).

Porém, em noticiário de 29 de dezembro é citado que a secretária de Cultura e Turismo enviará até dia 15 de janeiro de 2002 os projetos das obras (fugindo mais uma vez do prazo estipulado), que no caso seriam:

- A reurbanização dos principais acessos à cidade
- Revitalização dos pontos turísticos
- Saneamento básico (TAPERÁ, 29.dez.2001, capa).

2002

Este ano iniciou-se com manifestação de entusiasmo e incentivo sobre a questão da transformação. Na coluna “cá entre nós”, onde o editorial relata “A grande maioria das verbas que Salto vem recebendo só estão sendo liberadas em virtude de sermos Estância Turística. Está vindo dinheiro até de onde não se esperava, da EMBRATUR (...)” (TAPERÁ, 05.jan.2002, p.3). Citando matéria deste mesmo dia onde é relacionado verbas liberadas pela EMBRATUR (observa-se que este benefício não é resultado do processo de transformação) (TAPERÁ, 05.jan.2002, capa e p.1).

Porém, no mês de março é feita a primeira crítica à Estância Turística de Salto. A matéria trazia como título: Somos Estância Turística?

Nesta matéria foi feita a primeira crítica relacionada ao assunto conforme segue trecho da matéria: “Salto é Estância Turística há quase 3 anos e continua fazendo valer este título apenas no papel, pois continua errando em sua organização e no trato ao turista que vem nos visitar” (TAPERÁ, 09.mar.2002, p.5).

A maior indignação é referente a “praca”, contendo inúmeros erros de português, localizada no portão de entrada de um dos mais conhecidos atrativos turísticos: a ponte pênsil e o centro de exposições.

Se não bastasse, o Jornal Taperá também descreveu o estado em que se encontravam os banheiros públicos para atendimento aos turistas localizados próximos a ponte pênsil. “É impossível ter acesso aos mesmos, tamanha a destruição, sujeira, dejetos humanos e mau cheiro; sem se esquecer das pichações de toda natureza” (TAPERÁ, 09.mar.2002, p.5).

Esta matéria foi um marco tanto para as críticas como para o descrédito dos benefícios prometidos com a obtenção do título.

No mês seguinte a esta matéria, foi entrevistado na coluna “gente” o titular da secretária de obras e serviços públicos, o Sr. Lissandro Paiva Zacarias.

Sobre a situação dos parques, Lissandro disse que o problema é a falta de mão-de-obra. “Com a contratação de um contingente para cuidar só da limpeza dos parques e pontos turísticos, o problema será amenizado (...), Serão contratados 40 pessoas para cuidar só dos parques e pontos turísticos, além de escolas” (TAPERÁ, 03.abr.2002, p.5).

Lissandro ainda diz que, apesar de sua secretaria ter tido uma redução de quase 1 milhão de reais do orçamento anterior, isto não é um problema pois “a cidade, uma Estância Turística, tem recebido muita verba do Estado para investir em infra-estrutura e manutenção dos parques, por exemplo. A gente não investe tanto nestes locais e isso permite cuidar das demais obrigações” (TAPERÁ, 03.abr.2002, p.5).

Neste ano, a única verba depositada em conta à prefeitura da Estância Turística de Salto foi a da EMBRATUR que, como citada anteriormente, não esta relacionada diretamente com a transformação.

Do total da verba liberada pela EMBRATUR, foram designados:

- R\$ 387.942,32 para reforma e recuperação do Parque das Lavras.
- R\$ 43.340,00 para reforma e recuperação da Concha Acústica.
- R\$ 130.812,80 para pavimentação asfáltica do acesso ao Parque do Lago.
- R\$ 387.942,32 para restauração do Teatro Municipal e do Museu.

Com relação às verbas da Estância Turística (vale lembrar que, até o momento, nenhuma foi repassada), o vereador Jades foi até o DADE conversar com o presidente, o Sr. Ronaldo Machado Assumpção para entender sobre o motivo de não ter havido os repasses.

Assumpção diz que a Estância Turística de Salto é considerada uma das mais difíceis de tratar, tentando justificar os atrasos nos repasses de verbas. Segundo ele, a verba de 2001 deve ser destinada à conclusão da ponte do Palma, porém o projeto de conclusão apresentado ao DADE possui um orçamento de quase o dobro do valor máximo liberado para Salto.

A liberação desta verba “vai acontecer apenas quando definir o impasse: ou Salto apresenta a diferença de R\$ 796 mil como contrapartida ou faz um rápido e eficiente trabalho político junto ao governador Geraldo para que libere esta diferença ainda em 2002” (TAPERÁ, 07.set.2002, p.5).

Alguns dias após, o prefeito Pílzio Nunciatto Di Lelli, disse que “todas as exigências do órgão estadual foram cumpridas e que as mesmas mudam

constantemente, atrasando a vinda do dinheiro. Por fim, disse que a versão distribuída na cidade pelo vereador Jades Martins de Melo é uma ‘futrica’ e convidou a imprensa para acompanhá-lo ao órgão” (TAPERÁ, 28.set.2002, p.5).

Nesta reportagem, Lelli também fala sobre a verba de 2003, que deverá chegar a quase R\$ 1 milhão e deverá visar à preparação do município para os turistas. Os projetos que serão enviados ao DADE serão objetivando:

- Melhoria das entradas da cidade
- Construção de duas rotatórias na Rodovia da Convenção
- Melhoria de algumas praças públicas (TAPERÁ, 28.set.2002, p.5).

Todas as declarações relacionadas sobre a questão das verbas transmitem uma situação equivocada, pois nenhuma verba relacionada a transformação do município em Estância Turística foi de fato repassada.

2003

Neste ano foi repassada parte das verbas do DADE. Foi liberado o valor de R\$ 300 mil para o asfaltamento do acesso ao Distrito Industrial do Parque do Lago referente a parte da verba de 2002. “Esse serviço, além de beneficiar todas as indústrias da área, permitirá um acesso muito mais facilitado à atração turística do município” (TAPERÁ, 26.abr.2003, p.4).

O vereador Luciano Zinsly diz que esta liberação “é mais uma prova que turismo dá dinheiro e pode alavancar nosso crescimento e nossa ‘qualidade de vida’” (TAPERÁ, 26.abr.2003, p.4).

Também foi liberada a verba total referente a 2001 que somada ao montante liberado através convênio pré-estabelecido com o Estado proporcionou a construção da Ponte do Palma (TAPERÁ, 06.dez.2003, p.4).

Mesmo com o repasse das verbas, as críticas à “Estância Turística” continuam, conforme pode ser observada ao final de uma matéria que falava sobre o PNT (Plano Nacional de Turismo) do governo Federal. “Nossa cidade é detentora do título de Estância Turística há quatro anos e mesmo estando no penúltimo ano do segundo prefeito que dirige Salto com o título de ‘Estância’ ainda não temos um plano efetivo para alavancar nosso turismo” (TAPERÁ, 10.mai.2003, p.5).

Agravando este fato, em Dezembro é noticiado que tramita, na Assembléia Legislativa de São Paulo, um projeto de lei complementar que

além de disciplinar a concessão do título de estância de qualquer natureza para municípios paulistas, poderá exigir que Salto implemente uma série de políticas para o turismo e o consolide como atividade econômica rentável até o fim de 2007, para que em 2008 volte a pedir novamente o título de Estância Turística, caso não cumpra as exigências (TAPERÁ, 06.dez.2003, p.4).

Se aprovada, o não cumprimento dos itens propostos nesta lei complementar “implicará na revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como estância, com a conseqüente perda de tal condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes” (TAPERÁ, 06.dez.2003, p.4).

2004

Houve algumas matérias durante o mês de aniversário de 5 anos que o projeto de lei para a concessão do título de Estância Turística foi aprovado na Assembléia Legislativa.

Nestas matérias foram passadas mensagens que demonstram insatisfação com a realidade existente 5 anos após a “promessa de solução de todos os problemas”, conforme pode ser observado:

“As idas e vindas na questão (da concessão do título de Estância Turística), para tornar o turismo uma fonte concreta de geração de empregos e renda para a cidade ainda esta longe de virar realidade”(TAPERÁ, 21.ago.2004, p.6).

Ou ainda quando lê-se “Nesse período (5 anos) pouca coisa foi feita para proporcionar a necessária infra-estrutura para o município poder receber os turistas que hoje vem em menor número para cá” (TAPERÁ, 21.ago.2004, capa).

Também foram entrevistadas algumas pessoas que estiveram envolvidas com o desenvolvimento da atividade nestes últimos 5 anos. Foram elas: Julyany Rodrigues, coordenadora do curso de Turismo das Faculdades Sant’Anna de Salto e ex-diretora da Turismo de Salto; Minoru Takahashi, diretor do extinto movimento “Pró-Turismo de Salto”; Wanderley Rigolin, ex-secretário de Cultura em 1999 e o ex-prefeito João Guido Conti. De maneira geral, e apesar da situação que o turismo no município se encontra após 5 anos da transformação, todos eles demonstram ter “confiança no potencial

turístico da cidade e na geração de empregos e renda no setor, desde que amplas políticas públicas e privadas sejam criadas e implementadas (TAPERÁ, 28.ago.2004, p.5).

Já com relação ao repasse das verbas, a opinião do editorial do jornal é que

Embora o turismo continue sendo tratado como assunto secundário, ou terciário e até sem a devida importância, por alguns responsáveis por seu desenvolvimento, é possível afirmar com toda certeza que é vantajoso para Salto deter o título de 'Estância Turística'. Essa vantagem é maior ainda para os cofres públicos municipais, que todo ano recebe um bom volume de repasses, apenas porque somos uma das cerca de 70 Estâncias do Estado (TAPERÁ, 18.set.2004, p. 8).

Neste ano foram veiculadas notícias positivas acerca dos repasses de verbas e negativas acerca de suas utilizações.

Em fevereiro sob o título "Verba do Turismo será usada para asfaltar bairros de Salto", é noticiado que o DADE liberou quase R\$ 1 milhão para investimento em infraestrutura. Com esta verba serão asfaltados os bairros Monte Paschoal, Jd. Europa, Jd. União, etc. (TAPERÁ, 14.fev.2004, p.5).

Posteriormente, sob o título "Turismo proporcionou mais de R\$ 5 milhões para Salto" o jornal Taperá fez um levantamento de todas as verbas repassadas ao município desde que o município se transformou em Estância Turística. "Salto recebeu quase R\$ 5 milhões em recursos repassados pelo Estado, através do DADE e da união, através da Embratur" (TAPERÁ, 18.set.2004, p.8).

Com relação especificamente as verbas originadas da transformação em Estância, a Assessoria de Imprensa do DADE disse que "atualmente o município está aplicando e já recebeu parte das verbas que totalizam R\$ 2.309.440,04" (TAPERÁ, 18.set.2004, p.8). A maneira como foi veiculada a notícia parece que o valor foi excepcional. Porém, se considerarmos o período de 5 anos de transformação e 4 anos de repasses, o valor está abaixo do que o município teria direito.

Para 2005, devido a expectativas do exercício de 2004, está previsto repasse de verbas no valor aproximado de R\$ 1,2 milhão. Que deverão ser aplicados: "na revitalização do Complexo Centro Velho-Barra (R\$ 560 mil), no recapeamento do acesso ao Parque Rocha Moutonnèe (R\$ 500.379,03) e na reestruturação da iluminação Pública (R\$ 140.000,00)" (TAPERÁ, 18.set.2004, capa).

O projeto de lei que pode tirar o título dos municípios Estância de qualquer natureza permaneceu parado durante este ano (TAPERÁ, 18.set.2004, p.8).

Prefeito: José Geraldo Garcia

2005

Este ano foi marcado por notícias sobre o não recebimento de verbas dos anos anteriores relativas a condição de Estância Turística. Em março houve a primeira matéria a respeito, cujo título foi: Município tem R\$ 2,5 milhões para receber do DADE (TAPERÁ, 19.mar.2005, p.6).

Segundo o secretário de Cultura e Lazer, Walderez Antonio da Silva: “Salto tem direito a uma verba de R\$ 2.534.133,83 disponível no DADE referentes aos anos de 2002 a 2005” (TAPERÁ, 19.mar.2005, p.6).

No mês seguinte, nova matéria sobre o atraso nos repasses, cujo título “Salto tem mais de R\$ 3 milhões para receber do DADE” (TAPERÁ, 16.abr.2005, p.4). Em entrevista coletiva José Geraldo Garcia e Valderez Antonio da Silva disseram que “o DADE ainda não repassou verba de aproximadamente R\$ 3,1 milhões referentes aos anos de 2003, 2004 e previstos para 2005.”. De acordo com levantamentos feitos por esta administração “Salto ainda não recebeu R\$ 529.467,45 da verba total de R\$ 1.058.405,90 liberada em 2003. Os recursos de 2004, no valor de R\$ 1.200.378,03, também não foram liberados pelo departamento” (TAPERÁ, 16.abr.2005, p.4).

Esta demora nos repasses de verbas levou a Assembléia Legislativa do Estado a intimar os diretores do DADE a prestar esclarecimentos sobre o problema. Porém, não foi noticiado se houve ou não resposta por parte do DADE.

Mais uma matéria relacionada a problemas com os repasses foi veiculada em Outubro: “Salto perde R\$ 387 mil em repasses para o turismo” (TAPERÁ, 01.out.2005, p.4). Este valor refere-se ao que faltava da verba de 2003.

A justificativa dada pelo prefeito Garcia é de que “a cidade demorou muito para cumprir as exigências previstas para a liberação do recurso” (TAPERÁ, 01.out.2005, p.4).

Mesmo com estas notícias, em setembro houve uma matéria cujo título era: “Turismo dá lucro: Cerca de 200 cidades tentam obter o título na Assembléia” (TAPERÁ, 10.set.2005, p.5).

Nesta matéria, a obtenção do título é exposta como uma grande conquista para o município, mesmo quando não advêm verbas relacionadas diretamente à transformação, conforme trechos abaixo.

“Salto, há seis anos, se dá ao luxo de ostentar o título de ‘Estância Turística’, título este muito almejado por outras cidades paulistas” (...) “A simples ostentação do título permite à cidade, maiores facilidades na obtenção de recursos e investimentos do estado, assim como da Embratur, especialmente em infra-estrutura, divulgação, etc.” (TAPERÁ, 10.set.2005, p.5).

Ainda no início do ano, Salto, juntamente com a Associação das Estâncias do Estado de São Paulo, cobrou mais investimentos e programas da União. O novo secretário de Cultura e Lazer de Salto, Walderez Antonio da Silva “entende que a União deva apoiar o turismo como atividade econômica em franca expansão, para que possa gerar emprego e divisas para as cidades” (TAPERÁ, 19.fev.2005, p.7).

Neste ano também foi citado o projeto de lei que, se aprovado, poderá retirar o título de Estância dos municípios que não cumprirem com alguns requisitos. Segundo o secretário de Turismo do Estado, Fernando Longo, “algumas Estâncias não atendem hoje nem os critérios necessários para manter o status, como por exemplo 100% da água e esgotos tratados e ausência de empresas poluidoras”(TAPERÁ, 17.set.2005, p.7).

Esta notícia gerou preocupações, uma vez que “Salto se insere neste contexto, pois ainda não trata seu esgoto e tem empresas poluidoras” (TAPERÁ, 17.set.2005, p.7).

Em dezembro foi divulgado que a previsão de verbas do DADE para 2006 é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

2006

Neste ano as notícias foram mais variadas.

Houvera duas reportagens falando sobre o encontro sediado em Salto de secretários das Estâncias Turísticas. Cerca de 30 secretários de turismo estiveram no encontro cujo objetivo foi discutir assuntos para o fortalecimento das atividades turísticas das cidades (TAPERÁ, 08.mar.2006, capa e TAPERÁ, 11.mar.2006, p.1).

Também houve duas reportagens falando sobre os repasses das verbas. Na primeira era expressa a esperança do recebimento das verbas em atraso, conforme havia

sido prometido pelo governador do Estado Geraldo Alckimin em um evento na Estância Turística de Itu (TAPERÁ, 05.jul.2006, capa).

Na segunda matéria, o título expressa a situação em que as cidades Estâncias estão vivendo: “Virou Novela: Estado adia novamente repasse das verbas do turismo”, referindo-se as verbas do DADE (TAPERÁ, 08.jul.2006, capa).

Neste ano foi citada, mais uma vez, o projeto de lei que disciplina as Estâncias. Desta vez, com mais detalhes. Segundo o autor do projeto, João Caraméz, “a idéia é que a cada determinado período o Estado reavalie as Estâncias e decida manter ou não o referido título e os privilégios advindos dele” (TAPERÁ, 28.jan.2006, p.12).

Este projeto de lei “impõe uma série de exigências, prazo para o cumprimento delas e condições mínimas de desenvolvimento para que uma cidade já considerada Estância possa manter o título e o privilégio”. Por exemplo, serão exigidas que as cidades tenham “uma forte e decisiva política ambiental, tenha estrutura para receber turistas, projetos para alavancar a atividade econômica, etc.” (28.jan.2006, p.12).

2007

Este ano foi caracterizado por novos impasses e dificuldades no recebimento das verbas.

A primeira matéria do ano referente a questão da transformação intitulada “Verbas do DADE, liberadas em 2006, tem futuro incerto” (TAPERÁ, 07.abr.2007, p.8) representa como foi, de uma maneira geral, todo o ano de 2007. As verbas que foram prometidas em 2006 referem-se a parte dos repasses dos anos de 2003 e 2004 e a verba integral de 2005 (TAPERÁ, 07.jul.2007, capa).

Em Julho, na matéria “Salto perderá R\$ 720 mil das verbas do DADE” (TAPERÁ, 07.jul.2007, capa), o secretário de governo da prefeitura de Salto Gilmar Mazetto já dá por certo a perda dos repasses, o que gerou resposta na coluna “opinião” da mesma edição (TAPERÁ, 07.jul.2007, p.3).

Segundo informações do Governo Estadual, “o governador José Serra afirmou que terminará de pagar apenas os convênios já firmados com os municípios e para os quais já foram liberados alguns recursos.”. Mazetto calcula que, dos R\$ 4,2 milhões que Salto teria direito a receber serão perdidos R\$ 720 mil. “é certo que só serão pagos os convênios já iniciados. Os prometidos e não iniciados, deveremos perder” (TAPERÁ, 07.jul.2007, p.7).

Na coluna opinião fica registrada a indignação com o conformismo das notícias. “A estranheza no caso é a aceitação tácita disso pelo governo municipal, como se o governador pudesse fechar os olhos e fazer desaparecer uma dívida que tem com os municípios-estância (...)” (TAPERÁ, 07.jul.2007, p.3). Nesta coluna é cobrada uma atitude por parte de poder público saltense conforme segue trecho

“Ainda que haja uma justificativa legal (os convênios não terem sido iniciados ainda), não é possível aceitar uma situação deste tipo sem protestar e sem tentar mudar a realidade (...). Se não fez isso ainda, o prefeito Geraldo Garcia (PDT) deveria se articular politicamente com os outros prefeitos de cidades-estância para cobrar em bloco postura diferente do governador (...)”

Em agosto é noticiada nova tentativa de repasse integral das verbas em haver com a visita de Geraldo Garcia ao DADE. “Fui com assessores do deputado Rogério Nogueira mostrar que estamos com todas as nossas obrigações cumpridas junto ao Estado e que continuamos precisando, e muito, dos recursos prometidos” (TAPERÁ, 25.ago.2007, p.6).

Ainda nesta matéria são citadas as obras em que os recursos ainda não foram repassados integralmente:

“(...) pavimentação e drenagem da avenida Brasília, pavimentação em ruas do João Jabour, revitalização da praça Archimedes Lammoglia, 3ª etapa da construção da Ponte dos Pescadores, construção da avenida Castro Alves, contenção geotécnica das margens do Rio Tietê, 1ª e 2ª etapas da avenida 9 de julho (...). Em 2002 o município firmou convenio para as obras de drenagem da avenida Brasília, nas proximidades do Jardim Saltense. Da verba prevista de R\$ 90 mil, Salto ainda aguarda R\$ 91 mil. De 2003 Salto espera receber R\$ 238 mil para pavimentação das ruas do Jardim João Jabour” (TAPERÁ, 25.ago.2007, p.6).

Segundo o DADE, as falhas na utilização dos recursos e na prestação de contas motivaram os problemas com os repasses (TAPERÁ, 22.dez.2007, p.5). “Durante a execução do segundo trecho da 9 de Julho a administração utilizou recursos destinados para a primeira etapa e mesmo que seja para a mesma obra o contrato não aceita esta inversão de verbas, fato que motiva o atraso (...)” Também foram citados erros referente a prestação de contas do segundo trecho e diferenças entre os valores citados pelo prefeito e os firmados por contrato.

Após justificativas feitas pelo governo de Salto (como por exemplo à mudança de preços unitários no aditivo do contrato de execução, os reajustes e a não aceitação de notas fiscais com datas anteriores a assinatura do convênio), a segunda parcela do convênio foi liberada. Garcia frisa que apesar de o município não ser imune às falhas, “as mesmas ocorrerem devido à falta de informações por parte do departamento, que exigiu inúmeros documentos durante as diversas visitas feitas à sede do mesmo” (TAPERÁ, 29.dez.2007, p.5).